

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

**MAYARA ROMANCINI RENNÓ DE ASSIS**

**A HERANÇA PORTUGUESA NA FORMAÇÃO DO BRASIL:  
DISCUTINDO RAÍZES DO BRASIL E SEU LEGADO NOS LIVROS DIDÁTICOS**

**Alfenas/MG  
2019**

**MAYARA ROMANCINI RENNÓ DE ASSIS**

**A HERANÇA PORTUGUESA NA FORMAÇÃO DO BRASIL:  
DISCUTINDO RAÍZES DO BRASIL E SEU LEGADO NOS LIVROS DIDÁTICOS**

Texto apresentado como requisito para a obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Romualdo Hernandes

**Alfenas/MG  
2019**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas

Assis, Mayara Romancini Rennó de.  
A848h A herança portuguesa na formação do Brasil: discutindo Raízes do Brasil e seu legado nos livros didáticos -- Alfenas/MG, 2019.  
106f. : il. --  
Orientador: Paulo Romualdo Hernandes.  
Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de Alfenas, 2019.  
Bibliografia.

1. Brasil - História - Período Colonial, 1500-1822. 2. História - Estudo e ensino. 3. Holanda, Sérgio Buarque de, 1902-1982 - Raízes do Brasil. 4. Ibérica, Península (Espanha e Portugal). 5. Livros didáticos. I. Hernandes, Paulo Romualdo. II. Título.

CDD-981.03

**MAYARA ROMANCINI RENNÓ DE ASSIS RIBEIRO**

**“A HERANÇA PORTUGUESA NA FORMAÇÃO DO BRASIL: DISCUTINDO  
RAÍZES DO BRASIL E SEU LEGADO NOS LIVROS DIDÁTICOS”.**

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a  
Dissertação apresentada como parte dos  
requisitos para a obtenção do título de Mestra em  
História Ibérica pela Universidade Federal de  
Alfenas. Área de concentração: Ensino e  
Pesquisa de História Ibérica

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Prof. Dr. Paulo Romualdo Hernandes  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas  
UNIFAL-MG

Assinatura: 

Prof. Dr. João Bosco Fernandes  
Instituição: Pontifícia Universidade Católica de  
Poços de Caldas PUC-MINAS

Assinatura: 

Prof. Dr. Carlos Tadeu Siepierski  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas  
UNIFAL-MG

Assinatura: 

Dedico este trabalho ao meu pequeno Raul, de quem estive tantas vezes distante para fazer este estudo. E ao João, por toda parceria e amor.

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Alfenas e ao Programa de Mestrado Profissional em História Ibérica.

Aos professores do Programa de Mestrado.

Ao meu orientador, professor Dr. Paulo Romualdo Hernandez. Por todo apoio, pelo acolhimento, por toda paciência e pelas contribuições para que este trabalho se desenvolvesse.

Aos professores presentes na banca: professor Dr. Carlos Tadeu Siepierski, que me acompanhou desde meus primeiros dias no Programa e me ajudou, exigiu e muito me ensinou. Ao professor Dr. João Bosco Fernandes, por aceitar estar presente na minha defesa de Mestrado, depois de ter participado da minha formação escolar fundamental e média.

Ao professor Zaluar Martins Renó, minha inspiração profissional da vida.

Ao professor Antônio Rosa (*in memoriam*), por ter me intrigado, ainda em tempo de graduação, com o *ranço* ibérico.

Aos colegas de mestrado, às nossas conversas em trio na aula, aos nossos cafés e às nossas cervejas de quinta.

Aos amigos que Alfenas me deu.

Aos meus alunos, que me aguentaram até nos piores dias, e lançavam sua curiosidade sobre minha pesquisa, servindo de combustível sempre.

Ao Rafael e ao Gustavo pela ajuda com o Objeto de Aprendizagem.

À minha irmã, Ana Clara, pela ajuda com as traduções.

Aos meninos, meus irmãos, Caíque e Juninho, pela disponibilidade do escritório de vocês.

Aos meus pais, Ana Lúcia e Alexandre, por terem acreditado em mim. E me ajudado sempre. Incondicionalmente.

À FAPEMIG, pela bolsa concedida, possibilitando minha ida à Universidade de Granada - Espanha, no ano de 2018, na qual tive a oportunidade de apresentar uma Comunicação.

“Se lembra do futuro  
Que a gente combinou  
Eu era tão criança e ainda sou  
Querendo acreditar que o dia vai raiar  
Só porque uma cantiga anunciou.”  
 (“Maninha”, Chico Buarque)

## RESUMO

Este estudo procurou analisar como o livro *Raízes do Brasil* construiu e constrói um discurso historiográfico sobre a contribuição da herança portuguesa na identidade brasileira, com influência, inclusive, sobre os livros didáticos que estão presentes nas salas de aulas em todo o país. O Brasil dos anos 1930 foi um período de uma vasta e rica produção historiográfica a respeito da constituição da nação brasileira e do povo brasileiro. Autores clássicos da nossa historiografia se consagraram com suas obras-primas lançadas nesta década e nos anos seguintes, e foi neste contexto que as obras de Sérgio Buarque de Holanda, aqui, em especial *Raízes do Brasil*, deram a legitimidade científica e acadêmica que contribuiu para perpetuar no cotidiano e no inconsciente do brasileiro a noção que ele tem de si e de seu país e que, por muitas vezes, atribuiu à herança ibérica o atraso do Brasil diante do mundo moderno ocidental. Esta pesquisa pretendeu levantar como determinados conceitos construídos por Sérgio Buarque de Holanda – que continuam defendidos por toda uma geração de estudiosos que o sucedeu, mas também são alvos de críticas por alguns pesquisadores – ainda se fazem presentes nos livros didáticos do PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático) do ano de 2018. A partir da pesquisa com os materiais didáticos adotados nas escolas públicas do Brasil, optamos por desenvolver um objeto de aprendizagem que, utilizando da ferramenta Xerte, fizesse uma reflexão sobre a presença das ideias de Sérgio Buarque de Holanda nos livros didáticos, valendo-se de atividades que levassem o aluno a perceber e questionar a chamada herança ibérica.

Palavras-chave: Identidade brasileira. Herança ibérica. *Raízes do Brasil*. Xerte. Livros didáticos.



## **ABSTRACT**

This research claimed to analyze the Portuguese heritage contribution, through the works of Sérgio Buarque de Holanda, to the development of the Brazilian identity, from its early days until today. Brazil from the 1930's was a period of an extensive and rich historiographic production towards the Brazilian nation constitution and Brazilian people. Classic authors from our historiography have established themselves with their masterpieces launched in this decade and in the following years, and in that background was when Sérgio Buarque de Holanda's works, especially "Roots of Brazil", gained scientific and academic legitimacy, which contributed to perpetuate in the Brazilians' daily life and unconscious, the idea they have of their country and, in many occasions, assigned to the Iberian heritage, the Brazil's delay towards the western modern world. This research aimed to raise how certain concepts constructed by Sérgio Buarque de Holanda - which continue to be defended by a whole generation of succeeding scholars but are also criticized by some researchers - are still present in the 2018 books of National Book and Teaching Material Program. From the research with the didactic materials adopted in the public schools of Brazil, we chose to develop a learning object that, using the Xerte tool, would make a reflection on the presence of Sérgio Buarque de Holanda's ideas in the textbooks, using activities that led the student to perceive and question the so-called Iberian heritage.

**Key-words:** Brazilian identity, Iberian Heritage, Brazilian roots, Xerte, Didatic books.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>2</b>	<b>O PAI DO CHICO</b> .....	13
2.1	O PAI DO CHICO E SEU TEMPO .....	16
<b>3</b>	<b>NOSSAS RAÍZES</b> .....	18
3.1	O QUE SE VÊ DO PARAÍSO .....	23
3.2	A HERANÇA IBÉRICA – UM RANÇO? .....	30
3.3	IDENTIDADE BRASILEIRA .....	37
<b>4</b>	<b>O LEGADO NOS LIVROS DIDÁTICOS</b> .....	43
<b>5</b>	<b>OBJETO DE APRENDIZAGEM</b> .....	88
5.1	EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE REVOLUÇÃO INFORMACIONAL .....	88
5.2	XERTE COMO FERRAMENTA .....	90
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	101
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	104

## 1 INTRODUÇÃO

Compreender como se deu a formação do Brasil é um desafio proposto por muitos pesquisadores desde a segunda metade do século XIX. Por se tratar de um país tão complexo e diverso, a resposta para tal desafio não poderia ser simples e, evidentemente, não é única; ela sofre variações conforme o sujeito histórico que assume a posição de intérprete na busca pela compreensão do que é “ser brasileiro”. Nessa condição, muitos autores se tornaram intérpretes consagrados no pensamento nacional, sendo citados e discutidos, consciente e inconscientemente, nos botequins e nas universidades.

A década de 1930 registrou uma mudança na maneira de se compreender o processo de formação do Brasil. Os intelectuais que fizeram história na Geração de 1870, tais como Euclides da Cunha e Joaquim Nabuco, eram parte de uma geração que apresentava uma visão pessimista a respeito do país e de seu povo, notoriamente marcada pelo determinismo biológico, pelo positivismo e pelo darwinismo social. Tal concepção foi rompida com o pernambucano Gilberto Freyre, que, no ano de 1933, publicou *Casa Grande & Senzala*. A obra do escritor pernambucano, que se tornou a produção de interpretação do Brasil mais conhecida no país e mais traduzida no exterior, é um marco nas ciências sociais ao apresentar de forma singular o passado colonial brasileiro como responsável pelas relações encontradas na vida coletiva e no cotidiano brasileiro. Jessé Souza atribui a Gilberto Freyre a fundação do “culturalismo brasileiro” e “da forma como o Brasil contemporâneo percebe a si mesmo” (SOUZA, 2015, p. 30) a partir de um encontro de raças.

Se a mestiçagem era apontada como uma característica única na formação do Brasil, e, por isso, numa perspectiva evolucionista, era a raiz de muitos de seus problemas, a partir da obra de Gilberto Freyre, a mestiçagem, conforme tendência do “culturalismo”, passou a ser analisada em sua singularidade, e lhe foi atribuída responsabilidade pelo sentimento de afetividade e pertencimento, necessários para a criação de uma identidade nacional. Ela foi de principal defeito da nação à sua maior virtude cultural. Daí a compreensão do professor Jessé Souza em apontar Gilberto Freyre como o fundador do “Culturalismo brasileiro” a partir do momento em que este deixou de fazer uma análise puramente quantitativa e biológica para inserir a afetividade e a subjetividade na compreensão da formação do povo brasileiro. Tal concepção se deve à influência do alemão Franz Boas em sua obra, pois “Como os meios antropológicos estavam marcados pelo determinismo geográfico e racial, essa ênfase na ‘cultura’ trará uma mudança significativa na pesquisa social. Os fenômenos culturais são complexos e, para eles, não há leis” (REIS, 2001, p.53).

Os mesmos anos 1930, que conheceram *Casa Grande & Senzala*, precisam ser considerados a partir do contexto de modernização estabelecido após a chegada de Getúlio Vargas à presidência da República. Embora a obra de Gilberto Freyre não trate dos dilemas gerados pela modernização, ela olha para o passado colonial da vida doméstica da família rural luso-brasileira de forma nostálgica. Mas, o tempo de Gilberto Freyre é um tempo de mudança, e ele, mesmo inserido, torna-se um defensor do passado. Para Reis (2001), Freyre quer fazer uma defesa do passado e impedir ou desacelerar a mudança, pois não haveria motivo para tal aceleração, uma vez que o passado brasileiro teria sido bom e as elites brasileiras teriam sido competentes e democráticas. O que o autor desejaria, no máximo, seria uma medida reformista e gradualista, propondo o fim da monocultura que, ao melhorar a dieta da população brasileira, seria responsável por uma população mais saudável e de uma inteligência mais vigorosa.

Contudo, sua obra abriu caminhos para múltiplas interpretações acerca do passado colonial, como é o caso de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, que se apropriou das tensões ocasionadas pela modernização crescente nos anos de 1930 para analisar o legado ibérico presente na cultura brasileira e, tal como Gilberto Freyre, seguiu o “Culturalismo”, e apontou um elemento singular na formação do brasileiro: a cordialidade.

Sérgio Buarque de Holanda nasceu em São Paulo, em 1902, e, após cursar Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro, antigamente Universidade do Brasil, começou a trabalhar como jornalista, fazendo coberturas na Alemanha, onde conheceu o Historicismo. A partir desta influência, a tendência evolucionista tão adotada no país foi preterida por ele, como já havia sido por Gilberto Freyre. Suas pesquisas objetivavam compreender por que o Brasil de seu tempo, rumando ao desenvolvimento industrial, ainda apresentava elementos arcaicos que acabavam por atrapalhar o desenvolvimento da democracia e da modernização do país. Para compreender tais tensões surgidas neste contexto de urbanização, Sérgio Buarque de Holanda estudou o passado colonial e encontrou, nos elementos ibéricos da formação do Brasil, os entraves que, segundo ele, precisavam ser superados.

Ideias como as de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda não ficaram restritas à academia e aos intelectuais, mas foram basilares para que a sociedade brasileira se compreendesse com uma chancela científica. Transformaram-se em ideias dominantes e até certo ponto determinantes na maneira como os indivíduos percebem a própria realidade. Por isso, é importante reconhecer que as ideias dominantes, que estão presentes no senso comum, não surgem “do nada”: são resultados da apropriação de ideias de intelectuais e especialistas, que acabam por institucionalizar uma leitura dominante que toda uma sociedade tem sobre si mesma. Neste sentido, existe uma apropriação cultural daquilo que é produzido pelos

intelectuais, que passa por um processo de legitimação para a aceitação da sociedade. No passado, a legitimação era obtida por intermédio da religião; hoje, para legitimar ou convencer, é preciso que esteja no campo da ciência e dos especialistas: é assim com as ideias dominantes a respeito do Brasil:

É preciso levar e conta que, na sociedade contemporânea, a legitimação da dominação social é realizada pela “ciência” de modo semelhante à maneira como as grandes religiões do passado faziam nas sociedades tradicionais. São sempre ideias de intelectuais e especialistas que estão na base de programas de partido político, de planejamento de Estado, do que se ensina na sala de aula, do que se decide em tribunais e daquilo que se publica em jornais (SOUZA, 2015, p. 12).

A relevância do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, que é considerado, por muitos, como o pai-fundador das ciências sociais brasileiras, é incontestável, pois ele seria o responsável pela forma dominante como a sociedade brasileira contemporânea se compreende até os dias hoje, reconhecendo-se em sua interpretação. Suas ideias estão perpetuadas no senso comum e, inclusive, no que se ensina na sala de aula. Mas, de quais ideias estamos falando? Da herança ibérica responsável pela formação do Brasil e que dificultaria sua modernização.

Partindo do pressuposto de que as ideias de Sérgio Buarque de Holanda se tornaram hegemônicas e dominantes, voltamos para os livros didáticos presentes nas escolas públicas do Brasil. O PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático) de 2018 divulgou uma lista com treze compêndios de História para o Ensino Médio para que a comunidade escolar fizesse a opção do livro que seria trabalhado no ano letivo de 2018. Utilizamos essa listagem para localizar, nos livros, a maneira como os tipos criados por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, que habitavam o Brasil em sua gênese, ou seja, no século XVI, são retratados aos nossos alunos e como o pensamento buarqueano se faz presente nessas interpretações.

Por último, o desenvolvimento de um objeto de aprendizagem, que utilizou a plataforma Xerte, e partiu de uma perspectiva socioantropológica com o propósito de proporcionar que o estudante possa desenvolver uma visão mais abrangente sobre os sujeitos e fatos históricos que contribuíram para a formação da identidade brasileira. Sabendo que a escola é parte fundamental na educação desses jovens e que o ensino de História contribui para a formação da representação que muitos brasileiros fazem de si e de seu país, esta pesquisa, após investigar o período colonial da História do Brasil nos livros didáticos, chama a atenção para a forma como aparecem os conceitos, categorias, debates historiográficos e sujeitos e se essa representação está contribuindo, ou não, para a construção de visões estereotipadas e de perspectivas tipológicas. Em tempos de revolução informacional, as aulas de História precisam

ser compreendidas como espaço para interação e experimentação de outros meios mais dinâmicos de ensino, como o uso das novas tecnologias de informação e comunicação, afastando-se cada vez mais do tradicionalismo e da simples memorização de datas e fatos, que vêm carregado de paradigmas que se traduzem em dificuldade e recusa por parte dos alunos.

A escola deve procurar desenvolver o senso crítico dos alunos e, se assim o faz, torna-se uma ferramenta de transformação da sociedade. A mesma escola, quando entende o processo de ensino e aprendizagem de forma mecanicista, acaba reproduzindo e mantendo os abismos sociais e econômicos existentes. Sendo mais um instrumento de perpetuação de ideias dominantes que podem mascarar as verdadeiras razões das desigualdades e dificuldades enfrentadas pela população brasileira, que não é capaz de se reconhecer no processo de formação de seu próprio país.

## 2 O PAI DO CHICO

Sérgio Buarque de Holanda foi um ensaísta, um crítico literário e, também, um historiador que se propôs a interpretar o Brasil, embora ele mesmo tenha se definido como um “historiador e ponto” ou, ainda, apenas como “pai do Chico”, como visto em documentários e biografias. Entre suas obras, estão *Visão do Paraíso*, cuja proposta nos remete às maravilhas e mistérios que cercaram o período quinhentista e suas narrativas de viagem; e *Raízes do Brasil*, nossa obra em questão, que é um livro curto e de poucas citações. Escrito em 1936, precisa ser entendido no seu contexto de transitoriedade: o Estado desenvolvimentista proposto por Getúlio Vargas, que esbarrou na tradição rural do Brasil. Somado à polarização política característica do período entreguerras, o livro contribuiu para que as pessoas de sua época pudessem compreender melhor o momento vivido, marcado pela descrença no modelo liberal e pela ascensão de regimes totalitários de direita, de um lado, e pelas propostas coletivistas do socialismo, do outro.

O pensamento social brasileiro tem feito a aproximação entre questões do passado e indagações do tempo presente, abarcando áreas como a formação da sociedade em suas várias dimensões, passando pelas discussões entre os tipos acerca da modernidade, da formação e transformação do Estado-nação, política e cidadania, da cultura, entre outras. É esse debate em torno da formação da sociedade brasileira que nos leva a buscar as origens das heranças ibéricas que, hodiernamente, ainda influenciam a ideia que o próprio brasileiro construiu de si próprio. Muitos são os estudos que visam a esclarecer a história, explicar as raízes e origens da sociedade nacional, e eles vão de acordo com a constante busca sobre o que foi, o que é e o que poderá ser o país em que vivemos. Segundo Otavio Ianni (2002), “[...] o Brasil é uma nação em busca de conceito, uma nebulosa movendo-se no curso na história moderna em busca de articulação, direção” é essa nebulosa buscando direção que conduz à aceitação e assimilação de tipos tais como Jeca Tatu, Macunaíma, Zé Carioca e o próprio Homem Cordial. Mito, fantasia ou imaginação, essa tipologia tipicamente brasileira impregna nas pessoas – no senso comum – e vai perpetuando uma certa identidade. O mesmo autor faz uma classificação interessante a respeito das “famílias” de explicação, que seriam as diferentes linhas de pensamento desenvolvidas pelos principais intérpretes do Brasil:

a) No Brasil, o Estado constitui a sociedade civil, já que esta seria pouco organizada, dispersa, gelatinosa, de tal maneira que o Estado se constitui em demiurgo da sociedade, realizando a sua articulação e direção, promovendo a mudança e tutela, sempre de conformidade com o descortínio das elites.

- b) O Brasil seria um país cuja história está amplamente determinada pelos movimentos e exigências dos mercados externos, desde o colonialismo e o imperialismo ao globalismo, definindo-se por diferentes modalidades de sua inserção dos mercados externos.
- c) O Brasil é visto como um país patriarcal, marcado pelo patriarcalismo que se forma e desenvolve no curso dos séculos de escravismo, com desdobramentos no coronelismo, caciquismo, oligarquia; tudo isso no âmbito de algo denominado lusotropicalismo, sem esquecer a contínua e reiterada associação, mescla ou confusão entre o privado e o público.
- d) O Brasil se singulariza por ser uma "democracia racial", a despeito dos séculos de regime de trabalho escravo e da forma pela qual são tratados prática e ideologicamente o índio, o negro, o árabe, o japonês, o polonês e outros, indivíduos e coletividades deste singular "laboratório racial".
- e) O Brasil tem sido visto como um país que se destaca por sua "história incruenta", uma história de "revoluções brancas", na qual floresce a "democracia racial", tudo isso "lusotropical" (IANNI, 2002).

Dois elementos merecem nosso destaque: primeiro, a presença do elemento “lusotropical” como uma espécie de *quase-teoria* a respeito da relação de Portugal com os trópicos, no caso, com o Brasil, reafirmando a tão falada herança ibérica; e, segundo, mas não menos relevante, uma interpretação que está presente nos estudos das diversas linhas de pensamento, que trata do Brasil como uma junção de tipos. Esses tipos servem como base para muitos mitos que se formaram e se enraizaram na formação sociocultural, política, econômica e psicossocial do povo brasileiro.

A perspectiva "tipológica" focaliza a realidade social ou a história do país em termos principalmente culturais, com nítidos ingredientes psicossociais. E focaliza a sociedade, a política e a cultura, seja em termos de estudos de ciências sociais, seja em termos de narrativas literárias, como setores ou círculos que podem ser tratados separadamente, nos quais haveria dinâmicas próprias, certa autonomia. É como se a história do país se desenvolvesse em termos de signos, símbolos e emblemas, figuras e figurações, valores e ideais, um tanto ou muito alheios às relações, processos e estruturas de dominação e apropriação com os quais se poderiam revelar mais abertamente os nexos e os movimentos da sociedade, em suas distintas configurações e em seus desenvolvimentos históricos (IANNI, 2002).

Um dos principais pensadores que utiliza essa forma de interpretar o Brasil é Sérgio Buarque de Holanda, cujas estratégias de escrita e argumentação são alvos constantes de análises e discussões. Apontado por Ronaldo Vainfas (2002) como o pioneiro na História das Mentalidades no Brasil, a obra *Visão do Paraíso* foi classificada por Maria Yedda Linhares como pertencente a essa corrente historiográfica por reconstituir o universo intelectual do fim da Idade Média Ocidental em contato com o novo mundo do Renascimento. A História das Mentalidades é um dos mais importantes ramos da historiografia, surgiu a partir da *Escola dos Annales*, e vai utilizar os estudos da psicologia moderna para estruturar formas duradouras de pensamento que se perpetuam por longos espaços de tempo. O olhar do historiador das



Mentalidades, para Barros (2004, p.39), “se dirige para o universo mental, os modos de sentir, o âmbito mais espontâneo das representações coletivas e, para alguns, o inconsciente coletivo.” Em contrapartida, a historiadora gaúcha Sandra Jatthy Pesavento aponta a importância da obra de Sérgio Buarque de Holanda para a história social ao afirmar

[...] que Sérgio Buarque de Holanda escreveu uma história social em que o elemento cultural serviu para apresentar as formas de ser, as sensibilidades, as visões de mundo e as mentalidades, como já havíamos explicitado. Na visão desta historiadora gaúcha, o autor de *Visão do Paraíso* fez uma história diferente para o seu tempo ao buscar as raízes da lusitanidade em elementos do imaginário, do afetivo e do simbólico (apud ASSIS, 2012, p.128).

Seja como historiador de mentalidades ou de história social, Sérgio Buarque de Holanda realizou uma leitura da cultura e da sociedade brasileira que fez com que Jessé Souza (2015) o considerasse o pai fundador das ciências sociais brasileiras do século XX e o responsável pela forma dominante como a “sociedade brasileira” contemporânea se compreende até hoje. A década de 1930 produziu grandes clássicos que discutiram a formação do Brasil-nação: Oliveira Vianna, com sua polêmica acerca da participação do negro na sociedade e suas teses em defesa de um estado forte, compatível com o autoritarismo característico dos anos 1930; Gilberto Freyre, que, com *Casa Grande e Senzala* (1933), deu início às discussões sobre democracia racial no Brasil ao mesmo tempo em que seguia a linha conservadora de elogio à colonização portuguesa e colocava o Brasil na condição de “moderno” graças à miscigenação, que teria sido fundamental para a adaptação aos trópicos. Nesse contexto, Sérgio Buarque de Holanda lançou, em 1936, *Raízes do Brasil*, que ainda hoje divide a opinião de intelectuais: de um lado, aqueles que o apontam como legitimador da cordialidade; do outro, aqueles que percebem uma postura “revolucionária” do autor, que, em uma época de sucesso de projetos autoritários, defendia a ordem democrática por meio da separação entre o público e o privado, a extensão da cidadania e a superação das raízes ibéricas, que se encontram nas elites que prendem o Brasil na pré-modernidade, sendo responsáveis pelo atraso que haverá de ser superado.

Holanda era membro e militante de uma faixa de intelectuais preocupados em remover as elites intelectuais e políticas do Brasil. Assim como nas artes, na política eram estas elites o grande mal, o grande obstáculo à renovação, ao advento do moderno e do nacional. Por serem assim tão obsessivamente acusadas pelos nossos males é que talvez elas tenham passado a ser, aos olhos de acusadores como Holanda, a cara do Brasil: daí que a investigação do passado nacional seja uma radiografia do que seriam as raízes de nessas elites, tão ruins, tão atrasadas, tão anacrônicas. Era preciso explicar nosso atraso, e nosso atraso era responsabilidade de nossas elites – daí a identificação (PIVA, 2000, p. 157).

Dada a relevância do seu pensamento, tomaremos Sérgio Buarque de Holanda e seu livro *Raízes do Brasil* para nossos estudos, no qual o “homem cordial” é tido como a personificação da herança ibérica, marcada pelo culto à personalidade e pela pouca capacidade de racionalização da vida, dentro de uma concepção tipológica da História.

(...) O livro [Raízes do Brasil] de Sérgio Buarque é, ainda hoje, a leitura dominante do Brasil, seja na sua modernização em seus epígonos mais famosos, como Raymundo Faoro, Fernando Henrique Cardoso ou Roberto DaMatta, seja na sua influência ampla e difusa nos intelectuais de direita e de esquerda no Brasil de hoje em dia. É a influência continuada dessa leitura na cabeça das pessoas que nos faz de tolos (SOUZA, 2017, p.33).

Que o livro de Sérgio Buarque de Holanda tem uma importância imensa na leitura do Brasil, não nos resta dúvida. Mas será que a intenção do autor foi nos fazer tolos uma vez que somos influenciados por ela? Essa foi a intenção de Sérgio Buarque de Holanda ou essa foi a apropriação feita de sua obra? O que o autor em questão fez foi construir uma interpretação do Brasil, inspirado em Max Weber, um tanto inovadora para sua época. A metodologia tipológica presente desde as raízes do Brasil pode nos permitir uma ampla compreensão sobre a formação do país.

## 2.1 O PAI DO CHICO E SEU TEMPO

Sérgio Buarque de Holanda nasceu em São Paulo em 1902. Sua família, de classe média, garantiu seus estudos em escolas tradicionais da capital paulistana, onde recebeu uma educação humanista e teve contato com outros idiomas, tais como francês, alemão e inglês. Durante a década de 1920, presenciou a intensa tensão no cenário político do país, entre a classe urbana em ascensão e as velhas oligarquias cafeeiras enraizadas no poder. Acompanhou o Movimento Modernista e identificou-se com a pauta da defesa de uma linguagem, arte e cultura propriamente brasileiras, o que motivou seu trabalho no Correio Paulistano nesse mesmo período.

Mudou-se para o Rio de Janeiro no início dos anos de 1920, onde estudou Direito na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, concluindo o curso em 1925 e, posteriormente, trabalhou como jornalista, comentarista, crítico literário e editor. Depois de uma breve estada no Espírito Santo, retornou à capital, onde passou a escrever para o Jornal do Brasil. Depois seguiu para Berlim, onde trabalhou como correspondente internacional até 1936.

Nos anos em que esteve na Alemanha, acompanhou a ascensão do nazismo ao poder e toda polarização política do período entreguerras. Nesse mesmo período, teve contato com autores e correntes de pensamento pela Europa, com destaque para a influência teórica de Max Weber. De volta ao Brasil, em 1936, casou-se com Maria Amélia de Carvalho Cesário Alvim, com quem teria sete de seus oito filhos – o primeiro era um alemão, fruto de uma relação no Velho Mundo e com quem perdeu contato ao retornar para seu país de origem. No mesmo ano, publicou *Raízes do Brasil*, nossa obra em questão e de grande importância para a compreensão do Brasil e da identidade brasileira. Foi neste retorno que começou a lecionar História Moderna e Contemporânea na Universidade do Rio de Janeiro.

Voltando ao período em que esteve na Alemanha, Sérgio Buarque de Holanda foi influenciado pelo pensamento weberiano, o que pode ser notado na metodologia utilizada pelo pensador brasileiro, que buscou analisar o processo histórico, indo em suas origens e enquadrando-o na tipologia weberiana. Max Weber estabeleceu tipos de legitimação: a legal, da qual fazem parte aquelas cujas regras são racionalmente criadas – o trabalho, o método, a burocracia e o urbano, por exemplo; e a legitimação pela autoridade tradicional ou carismática, que nos permite compreender melhor os pilares da cordialidade, na qual as relações são fundamentadas na esfera do íntimo e do particular em detrimento da regulamentação jurídica e impessoal que deveria reger as relações burocráticas. No Brasil, “cada indivíduo afirma-se ante os seus semelhantes indiferentes à lei geral, onde esta lei contrarie suas afinidades emotivas, e atento apenas ao que o distingue dos demais, do resto do mundo” (HOLANDA, 1995, p. 155).

O retorno para São Paulo aconteceu em 1946, quando assumiu a direção do Museu Paulista e passou a lecionar na Escola Paulista de Sociologia e Política. No início dos anos 1950, mudou-se com a família para Itália, onde assumiu a cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de Roma. Em 1956, ocupou a cátedra de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), instituição onde lecionou até sua aposentaria precoce, em 1969, acompanhando colegas que tiveram a aposentadoria compulsória decretada pela ditadura militar vigente. A obtenção de tal cátedra se deu com a apresentação do que, pouco depois, o leitor conheceria como “Visão do Paraíso”. Pouco antes de sua morte, em 1982, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores, condizendo com sua luta pela ampliação da participação política e por um país mais democrático.

### 3 NOSSAS RAÍZES

Os elementos ibéricos herdados da colonização brasileira foram, muitas vezes, apontados de forma repulsiva por alguns pesquisadores e corroboraram para que uma visão negativa acerca da colonização portuguesa fosse construída e Portugal fosse vista como uma nação atrasada, que transferiu não só o atraso, mas boa parte de suas mazelas para seus domínios além-mar. Àqueles que argumentam que a Península Ibérica fica no norte geográfico, é importante lembrar que ela é vista, muitas vezes, como desconectada do restante da Europa. Já dizia Saramago (1989), em seu romance homônimo, que a Península Ibérica se parecia com “a jangada de pedra”, distante e desconectada do Mundo Moderno Europeu. No romance, escrito na década de 1980, quando se discutia sobre a entrada de Portugal na União Europeia, utilizando-se de meios ficcionais, o escritor português trouxe à tona todo o sentimento de marginalidade em relação ao continente, além dos Pirineus e da estagnação econômica sentida na Península desde tempos Modernos, quando o restante da Europa começava a vivenciar o capitalismo. A metáfora da Jangada de Pedra ilustra a argumentação que autores, como Roberto DaMatta e Sérgio Buarque de Holanda, vão utilizar para responsabilizar a herança portuguesa pelo atraso brasileiro frente ao mundo moderno ocidental, uma vez que uma metrópole atrasada não poderia ter estruturado uma colônia em outras bases.

As discussões a respeito da formação da nação e do povo brasileiro são tantas que sobram trabalhos no campo das ciências sociais que estudam os clássicos autores que, entre os anos de 1920 e 1950, marcaram uma fase no pensamento social brasileiro relacionando a formação nacional à questão da modernização do país. Seguindo essa ideia, Gabriela Nunes Ferreira (1996) apresentou autores que, apesar de diferirem em muitos aspectos, apresentam, em comum, o fato de produzirem novas interpretações sobre a sociedade brasileira, procurando, a partir do passado, a compreensão para a realidade social, cultural e política. E, segundo a autora, cada um encontra sua chave:

Cada qual fundamenta sua interpretação, baseia seus argumentos históricos em um aspecto central: no caso de Oliveira Vianna, o elemento explicativo central é a formação e o primado do clã rural, fato que se origina na forma de colonização empreendida no Brasil. Para Sérgio Buarque, o argumento histórico gira basicamente em torno da nossa "herança ibérica", que se desdobrará no conceito-síntese da nossa herança colonial, o de "homem cordial". Já em Gilberto Freyre, a ideia de "plasticidade" da colonização, com os vários aspectos que isto envolve (miscigenação, mobilidade social, adaptabilidade ao trópico), ideia associada à de "equilíbrio de antagonismos", parece constituir o cerne do seu argumento. Entre os três autores, percebe-se um ponto em comum: a ênfase dada à influência da família e do patriarcalismo sobre nossa formação social (FERREIRA, 1992, p.2).

Para Ferreira (1996), esses autores têm em comum a ênfase ao peso do ruralismo, do patriarcalismo, das relações familiares na formação da nação. Mas, Sérgio Buarque de Holanda se destacou por apresentar um elemento singular: a herança ibérica. Ao tratar da colonização a partir do conceito de “homem cordial”, o autor conseguiu unir os dois elementos centrais de sua análise: cultura e estrutura social. O “homem cordial” denota a personificação da herança ibérica – uma herança marcada pelo culto à personalidade e pela pouca capacidade de racionalização da vida.

Encontramos autores que discutem o *atraso* brasileiro e a possível relação com a presença de elementos ibéricos, como territorialismo, racismo, falta de racionalização, patrimonialismo, fidalguismo, religiosidade e outros elementos que são tratados como herança ibérica, como foi possível perceber no comentário de Reis (2007, p.122) sobre Sérgio Buarque de Holanda, que, em *Raízes do Brasil*, desvenda, no presente, as instituições arcaicas ibéricas que ainda sobrevivem e que precisam ser superadas, pois são identificadas como obstáculos e entraves à modernização política e econômica-social-mental do país. Tal superação passa pela recusa e corte das nossas raízes ibéricas.

*Raízes do Brasil*, ao lado de *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre e de *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Junior, formam um conjunto de três livros-chave para a análise social do Brasil. As três obras, segundo comenta Antônio Cândido no estudo introdutório ao livro *Raízes do Brasil: O significado de Raízes do Brasil*, “traziam a denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, a crítica aos fundamentos ‘patriarcais’ e agrários, o discernimento das condições econômicas, a desmistificação da retórica liberal (...)” (HOLANDA, 1995, p.11).

O texto de *Raízes do Brasil* é dotado de originalidade, uma vez que destoa do positivismo, mas também não adere completamente ao culturalismo; vale-se da influência weberiana ao utilizar os “tipos ideais” e introduzir as dicotomias e tipologias que explicam os extremos da sociedade brasileira. Tal influência é percebida na estrutura da argumentação adotada, que estabelece entre os “tipos” uma relação dialética, focaliza nos pares antagônicos e busca analisar o modo-de-ser e a estrutura social e política do Brasil desde nossas “raízes”: trabalho x aventura; método x capricho; rural x urbano, burocracia x caudilhismo, trabalhador x semeador, norma pessoal x impulso afetivo.

A obra, um curto livro com pouco mais de duzentas páginas, é resultado do contexto de transição dos anos 1930, no qual a forma ensaística, já utilizada para se explicar o Brasil, conta com a presença de parâmetros científicos na busca pela gênese, pelas raízes do processo

histórico da formação da identidade nacional. O título, “Raízes do Brasil”, remete-nos a uma metáfora orgânica, descrita por Veloso (1999): se há raízes, há plantas, árvores e frutos e tudo o que se frutificou alimentou-se da primeira seiva – o impulso trazido pelo colonizador.

*Raízes do Brasil* divide-se em sete capítulos, apresentado pela introdução clássica escrita por Antônio Cândido. No primeiro capítulo, “Fronteiras da Europa”, Portugal e Espanha formavam a Ibéria, uma unidade que, posteriormente, separou-se, indicando as diferenças da colonização da América impostas pelos dois países, mas também elementos comuns, tais como ausência do princípio da hierarquia, a exaltação do prestígio social e do mérito, o personalismo, associado à frouxidão das instituições e à falta de coesão social. Buscou, ainda nestas fronteiras europeias, a origem da repulsa ao trabalho regular, direcionando para as facilidades da nobreza ibérica, da fidalguia. O autor ainda apontou uma característica paradoxal dos ibéricos: ao mesmo tempo em que têm tamanha vontade de mandar, na mesma medida, são capazes de obedecer cegamente. A busca por essa originalidade, na colonização dos portugueses e dos espanhóis, revela-nos uma preocupação com a formação da identidade nacional, tão característica dos anos 1930.

Em “Trabalho e Aventura”, está presente a tipologia básica do livro através da contraposição de duas éticas opostas: de um lado, o trabalhador e seu ideário de segurança, esforço, consolidação e longo prazo; do outro, o aventureiro e a busca por novas experiências, o apego ao provisório e a novas descobertas. Não há, segundo o autor, uma oposição absoluta entre eles: “ambos participam, em maior ou menor grau, de múltiplas combinações e é claro que, em estado puro, nem o aventureiro nem o trabalhador possuem existência real fora do mundo das ideias.” (HOLANDA, 1995, p.44). E a América, seja a portuguesa, a espanhola ou a inglesa, teria sido colonizada claramente pelo Aventureiro – o que não seria um problema, dada a facilidade de adaptação do português nas terras além-mar, o espírito aventureiro teria sido o elemento orquestrador da colonização. Isso se evidencia na opção pela lavoura de cana-de-açúcar e pela solução encontrada na escravidão, cuja consequência foi o extermínio da necessidade de organização e cooperação do homem livre, contrário ao espírito do “trabalho”.

O terceiro capítulo, “Herança Rural”, faz uma análise da vida rural na formação da sociedade brasileira e de como a dicotomia “rural-urbano” esteve presente em nossa constituição. A oposição entre os valores e práticas agrícolas e a mentalidade urbana ganhou um capítulo interessante na nossa história quando os filhos de pais fazendeiros tornaram-se políticos e intelectuais que “deram-se ao luxo” de contrariar a tradição escravocrata que sustentava a sociedade. Ou seja, o abolicionismo foi defendido por pessoas que estavam, originalmente, ligadas ao mundo rural, e o fim da escravidão representava o colapso da base

sobre a qual a sociedade rural se erigiu. O exemplo da Lei Eusébio de Queirós nos é válido, uma vez que o capital ocioso proveniente do tráfico de escravos foi investido na cidade e na industrialização, porém esbarrou, segundo Antônio Cândido, em sua introdução sobre *Raízes do Brasil*, na “(...) radical incompatibilidade entre as formas de vida copiadas de nações socialmente mais avançadas, de um lado, e o patriarcalismo e personalismo fixados entre nós por uma tradição de origens seculares” (HOLANDA, 1995, p.79). O ruralismo não é entendido como uma imposição do meio, mas como um projeto de colonização.

Na quarta parte, faz-se presente a distinção entre o projeto de colonização português e o projeto espanhol: “O Semeador e o Ladrilhador”. As cidades espanholas – fundadas com o propósito de dominação e, portanto, parte de um projeto racional e de interiorização do território – opuseram-se à cidade portuguesa, que, longe de pretender ser um prolongamento da metrópole, eram irregular e fundada enlaçada na natureza, sem um projeto racional, já que muita importância foi dada à política de feitorias, que garantia a presença portuguesa no litoral. O “semeador” está intimamente ligado a um outro tipo construído pelo autor, o “aventureiro”, já que os portugueses se interessaram pelas conquistas a fim de obter rápido enriquecimento e se afastando do trabalho regular, pelo qual mantinham desprezo. A burguesia portuguesa não dispunha da mentalidade específica desta classe, presente em outros lugares; mas se assemelhava à nobreza, com suas aspirações e atitudes que se afastavam do gosto pelo trabalho regular. Essa é a construção de uma imagem que está mais preocupada em enquadrar a História na tipologia do que consultar fontes sobre a colonização do Brasil. Portugal e Espanha não tinham muito em comum para tal comparação: a população portuguesa era diminuta, as condições para colonização do Brasil eram distintas e o interesse inicial português estava no comércio com o Oriente. Passa também que os povos que foram encontrados pelos espanhóis e os povos encontrados pelos portugueses também eram totalmente diferentes. No Brasil, os portugueses tiveram que negociar e muito com os nativos para poder realizar alguma coisa.

As características acima citadas foram responsáveis, segundo Sérgio Buarque de Holanda, por formar a contribuição brasileira para a civilização: a cordialidade. Para Silva, “Se o Homem Cordial representa, de certa forma, nosso não-lugar na modernidade, ele constitui ainda um híbrido entre a tradição e a modernidade. Seus rompantes modernos, apesar de sufocados pelos traços tradicionais, são latentes, o que evidencia um sujeito singular, criatura nacional” (SILVA, 2005, p.130). “O Homem Cordial” não pressupõe bondade – mas sim um comportamento de aparência afetiva, já que nem sempre tal afetividade é verdadeira; contrário às relações impessoais, leva marcas familiares e intimidade dos grupos primários para todas as esferas sociais. Neste capítulo, a relação entre Estado e Família foi analisada pelo autor, que

afirmou haver, entre os dois, uma relação de oposição e de descontinuidade, uma vez que “Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade” (HOLANDA, 1995, p.141). Acontece que, entre nós, toda composição social parte do modelo familiar e da vida doméstica, e existe uma supremacia das relações primárias em esferas onde a racionalidade deveria prevalecer. Sérgio Buarque de Holanda analisa a cordialidade presente na linguística, onde o diminutivo, por meio da terminação “inho” é responsável por criar familiaridade entre pessoas e objetos; na maneira de se apresentar cotidianamente no Brasil, onde se utiliza apenas o nome simples, de batismo, omitindo o nome da família, que criaria uma atmosfera mais formal; percebe a cordialidade até nas atividades de competitividade, uma vez que, no Brasil, o cliente só é conquistado quando se torna amigo do negociante; e, no catolicismo, onde a afetividade e a necessidade de criar uma relação mais íntima pode ser percebida com os santos, ao exemplo de Santa Terezinha, do Bom Jesus de Pirapora e do Menino Jesus. Este último, assemelhando-se a um companheiro das crianças muito mais do que ao Jesus do Evangelho.

As consequências das características anteriores na configuração da sociedade brasileira foram o tema abordado no sexto capítulo, “Novos Tempos”, que analisou como a vinda da Família Real para o Brasil, no início do século XIX, ocasionou um choque no padrão colonial em vigor, e como a mentalidade cordial contribuiu para uma sociabilidade aparente, para o liberalismo ornamental, para o fortalecimento do positivismo no Brasil e para a ausência do verdadeiro espírito democrático, fazendo com que os movimentos aparentemente reformadores fossem impostos pelos grupos dominantes, que, assim, mantinham seus privilégios. A democracia brasileira sempre foi, segundo Sérgio Buarque de Holanda, um lamentável mal-entendido. A democracia plena só seria possível quando o Estado estivesse sobre pilares racionais garantindo as liberdades.

Na última parte do livro, “Nossa Revolução”, o autor discorreu sobre as contradições não resolvidas que se estabeleceram a partir da dissolução da ordem tradicional, que se deu com a abolição da escravidão. Para tanto, valeu-se de exemplos, como a passagem do rural para o urbano, da tradição ibérica para um novo estilo de vida, da cana para o café, da velha sociedade agrária para a abolição. Com isso, haveria a liquidação do passado, a adoção do ritmo urbano e a possibilidade de ascensão das camadas oprimidas da sociedade. Sobre tal revolução, o autor disse que a vitória não seria consumada enquanto os fundamentos personalistas não fossem liquidados e que somente através da dissolução das estruturas arcaicas é que a velha ordem



colonial e patriarcal, como todas as consequências morais, sociais e políticas que ela acarretou, seriam revogadas.

Ainda testemunhamos presentemente, e por certo continuaremos a testemunhar durante largo tempo, as ressonâncias últimas do lento cataclismo, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo, que crismamos talvez ilusoriamente de americano, porque seus traços se acentuam com maior rapidez em nosso hemisfério (HOLANDA, 1995, p. 172).

Para Antônio Cândido, a “nossa revolução”, que havia se iniciado com o movimento abolicionista, estava em curso acelerado quando o livro foi publicado. O Estado Novo Getulista, contra o qual lutavam, carregava as características da “sociedade individualista e pouco afeita às relações impessoais, valorizando o favor e tendo dificuldade em separar o público do privado, canalizando paradoxalmente a rebeldia no rumo da submissão e preferindo obedecer a assumir responsabilidades” (MONTEIRO, p.35, 2008). Sendo assim, *Raízes do Brasil* não apenas esclarecia a História, mas antecipava o futuro imediato.

### 3.1 O QUE SE VÊ DO PARAÍSO

Algumas ideias apresentadas pelo autor, em *Raízes do Brasil*, foram retomadas em *Visão do Paraíso*, obra lançada anos mais tarde. Um breve diálogo entre as duas obras será apresentado, buscando a relação entre alguns elementos formadores da identidade brasileira. Por exemplo, a ideia trabalhada no livro *Raízes do Brasil*, no qual a comparação entre a colonização portuguesa e outras colonizações, como a inglesa, a holandesa e a espanhola, deu-se através das tipologias “Semeador e Ladrilhador” e “Trabalhador e Aventureiro” e o espírito pouco racional do português, sempre em busca da riqueza fácil, fez com que realizassem a colonização da América “com desleixo e certo abandono” (HOLANDA, 1995, p.43).

Em *Visão do Paraíso*, o autor vem apresentar o imaginário português como parte da herança ibérica perpetuada na América Colonial. Mas, qual a mentalidade desse português conquistador do Novo Mundo? Para responder tal questão, Sérgio Buarque de Holanda desenvolveu uma comparação entre a mentalidade e a forma de agir dos conquistadores portugueses e espanhóis. Os primeiros são apresentados como mais realistas, comedidos, com a forte presença de elementos arcaicos medievais, embasando seus relatos muito mais na observação e na experiência, sendo, por vezes, céticos em relação ao desconhecido; os últimos, mais fantasiosos, mesmo dando mais valor ao sobrenatural, são associados à cultura moderna renascentista do período: por isso, não temem o imaginário que caracteriza os ousados mitos

criados. Holanda (1992, p.6) afirma que “A atmosfera mágica de que se envolvem para o europeu, desde o começo, as novas terras descobertas, parece assim rarefazer-se à medida em que penetramos a América lusitana”. Para fazer tal distinção, o autor precisou apontar as diferenças entre o pensamento medieval e a mentalidade humanista do Renascimento: o pensamento medieval, apontado como racional, não se parece com o moderno racionalismo inglês, mas é um racionalismo influenciado por Santo Agostinho, que colocava os portugueses como tradicionais e realistas em relação ao mundo desconhecido; em contrapartida, o pensamento renascentista espanhol, moderno, era mais fantasioso e criativo. Essa diferença na mentalidade e nas formas de representação do Novo Mundo pode ser percebida nos modelos de colonização implantados: enquanto os espanhóis, mesmo correndo atrás da fonte da juventude, impuseram um moderno colonialismo, os lusitanos reproduziram as técnicas medievais de colonização praticadas no Mediterrâneo pelas Repúblicas Italianas, “pois antes da jornada de Vasco da Gama ainda teriam existido companhias particulares, fundadas, aparentemente, nos moldes das *maone* genovesas e, depois, com o descobrimento do Brasil, deveria abrir-se aqui um novo campo ao mesmo tipo de sociedades” (HOLANDA, 1992, p, 331).

Essa diferença no projeto colonizador português e espanhol também foi percebida por Guillermo Giucci, para quem

A colonização do Brasil durante o século XVI, embora possua semelhanças estruturais com a empresa castelhana, não gerou reações análogas por parte dos colonos portugueses. Nem as promessas do oculto, nem os relatos fantásticos do Peru, deram lugar, neste caso, à vertigem conquistadora. Pelo contrário, o expansionismo lusitano, dignificado com a denominação de “epopeia dos litorais”, caracterizou-se na América por seu realismo esmagador (GIUCCI, 1992, p.19).

Para elucidar o perfil dos personagens da colonização da América, Sérgio Buarque de Holanda lança mão de uma estratégia notadamente weberiana que é a construção desses tipos ideais. Sobre essa construção tipológica, Sérgio Buarque de Holanda analisa:

Entre esses dois tipos não há, em verdade, tanto uma oposição absoluta como uma incompreensão radical. Ambos participam, em maior ou menor grau, de múltiplas combinações e é claro que, em estado puro, nem o aventureiro, nem o trabalhador possuem existência real fora do mundo das ideias. Mas também não há dúvida que os dois conceitos nos ajudam a situar e a melhor ordenar nosso conhecimento dos homens e dos conjuntos sociais. E é precisamente nessa extensão superindividual que eles assumem importância inestimável para o estudo da formação e evolução das sociedades (HOLANDA, 1995, p.44).

Ou seja, não existe o aventureiro puro, nem o trabalhador puro, tal como concebido pelo tipo ideal. Na realidade, eles se misturaram havendo a predominância de um ou outro tipo em

diferentes momentos e lugares da colonização. A pergunta a se fazer é: os portugueses foram mais aventureiros ou mais trabalhadores? O autor, em *Raízes do Brasil*, responde que foi a rotina, e não a razão abstrata, o princípio que norteou os portugueses, não só nesta, mas nas outras expressões de sua atividade colonizadora, pois “preferiam agir por experiências sucessivas, nem sempre coordenadas umas às outras, a traçar de antemão um plano para segui-lo até o fim” (HOLANDA, 1995, p.109).

O tipo aventureiro, que coloca o objetivo final à frente dos meios utilizados; que quer colher sem precisar semear; que ignora limites e aceita riscos, esteve mais presente na América portuguesa. Reis (2001) analisa que o aventureiro, em Holanda, quer a recompensa sem esforço e vê o trabalhador como estúpido e mesquinho. É um tipo comum em ladrões, traficantes, empresários desonestos e pessoas que, em geral, exploram o esforço do trabalhador. Essa audácia presente no aventureiro não pode sempre ser considerada contrária à sociedade, podendo ser útil se sabiamente aliada ao trabalho. A tipologia do trabalhador esteve presente na colonização da América lusitana apenas de forma residual, foram os aventureiros portugueses que fizeram a colonização: depredando a terra; extraindo riquezas do solo sem maiores investimentos; valendo-se de técnicas agrícolas rudimentares; agindo isoladamente; e unindo-se mediante laços afetivos e não necessidade racional. A colonização lusitana não visava a construir, aqui, uma nação portuguesa, tampouco representava uma extensão desta. A intenção do colonizador aventureiro era enriquecer de forma fácil, sem, no entanto, criar raízes locais.

A análise sobre a colonização continua em *Visão do Paraíso*. No último capítulo do livro, *América Portuguesa e Índias de Castela*, o autor procura destacar a diferença por parte do Estado nas duas nações ibéricas. Enquanto a colonização espanhola teria sido popular, com predomínio do esforço privado e do indivíduo sobre o Estado, não impedindo a formação de um poderoso império, na Portuguesa, ocorre justamente o contrário: uma presença ativa da Coroa, chamando exclusivamente para si todo o processo de povoamento e colonização. E o autor vai buscar, na formação das monarquias nacionais ibéricas, a razão para isso: a postura liberal da Espanha frente ao Novo Mundo refletia a carência da verdadeira unidade nacional em relação aos territórios submetidos à Castela no Velho Continente. Enquanto Portugal, com sua precoce unificação política, viu o fortalecimento do poder central ao mesmo tempo em que assistiu às dificuldades para o fortalecimento de uma burguesia moderna, já que foram conservadas as estruturas herdadas da Idade Média. Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda já havia feito essa análise:

No caso particular de Portugal, a ascensão, já ao tempo do mestre de Avis, do povo dos mesteres e dos mercadores citadinos pôde encontrar menores barreiras do que nas partes do mundo cristão onde o feudalismo imperava sem grande estorvo. Por isso, porque não teve excessivas dificuldades a vencer, por lhe faltar apoio econômico onde se assentasse de modo exclusivo, a burguesia mercantil não precisou adotar um modo de agir e pensar absolutamente novo, ou instituir uma nova escala de valores, sobre os quais firmasse permanentemente seu predomínio. Procurou, antes de associar-se às antigas classes dirigentes, assimilar muitos dos seus princípios, guiar-se pela tradição, mais do que pela razão fria e calculista. Os elementos aristocráticos não foram completamente alijados e as formas de vida herdadas da Idade Média conservaram, em parte, seu prestígio antigo (HOLANDA, 1995, p.36).

Ao apresentar a herança ibérica como fator responsável pelo atraso brasileiro frente à modernidade ocidental, pode-se perceber, na concepção buarqueana, que o Estado português transplantado para o Brasil estava impregnado de estruturas ainda medievais; colocando a América Colonial Portuguesa numa posição aquém das novas formas de organização social e política já existentes em outras nações. Outro autor que analisa o elemento medieval presente na política ibérica do século XVI é João Adolfo Hansen, que afirma:

A política das monarquias ibéricas do século XVI é definida cristãmente como uma arte de manter a unidade e a segurança do reino contra inimigos internos e externos. Contra a hipótese maquiavélica de que o poder é um artifício desvinculado da ética visando o triunfo nas competições da cidade, a doutrina católica adapta tópicos testamentários à definição da política no novo estado de coisas decorrente das Descobertas e da Reforma protestantes, reafirmando a ética medieval como espelho ou modelo dos príncipes (HANSEN, 1998, p.350).

Enquanto boa parte da Europa descobria a política moderna de Maquiavel, as monarquias ibéricas mantinham a concepção ética e política aristotélica como suporte da doutrina católica do poder do Estado, que se utilizou de medidas de vários tipos, como violência, censura e outros mecanismos de controle para garantir o “bem comum” e o equilíbrio através da subordinação de todos ao Império, eliminando conflitos, mas também direitos, e alienando o corpo social do poder. Do outro lado do Atlântico, a nação brasileira se formava em meio a esse descompasso produzido pela transplantação dessas estruturas medievais europeias para o território americano.

Sérgio Buarque de Holanda aponta que a aversão dos portugueses ao saber mágico, à fantasia e aos exageros, tão comuns no imaginário europeu do século XVI, levou os lusitanos a encarar a própria noção de paraíso edênico de forma muito mais realista que os espanhóis. Esse “desencantamento” presente na colonização teria se tornado um elemento formador da cultura brasileira. Sua argumentação o leva a uma linha interpretativa que nega a existência de um rompimento abrupto entre o período medieval e Renascimento. Para desenvolver tal tese, o autor mostra a permanência de elementos medievais no Novo Mundo. Esses elementos estão

presentes, não apenas na estruturação do Estado e no formato da colonização, mas também na mentalidade e no imaginário dos que se fixaram no Novo Mundo. Ao apontar que “a noção de que existiria uma fratura radical entre a Idade Média e o Renascimento, é, em suma, a noção básica de Burchkhardt, tende a ser superada em grande parte pela moderna historiografia pela imagem de uma continuidade ininterrupta” (HOLANDA, 1992, p.188), o autor desconstruiu a ideia presente na historiografia tradicional, que trata como uma ruptura a passagem medievo-modernidade, mostrando que ela não se aplica ao mundo ibérico, uma vez que os colonizadores portugueses estavam ancorados em dogmas do passado e distantes do pensamento dito Moderno.

Para Sérgio Buarque de Holanda, portanto, a revolução social e modernização do Brasil estariam condicionadas ao rompimento com os pilares personalistas, aristocráticos, rurais e ibéricos sobre os quais nossa sociedade está assentada. A luta da sociedade deveria ser em defesa dos princípios liberais e democráticos, para não substituir um personalismo por outro. O Novo Mundo português, que sofreu a transplantação das velhas instituições, da forma de organização e da mentalidade medieval, precisaria ser definitivamente abandonado para que uma sociedade originalmente brasileira e livre dessa herança ibérica pudesse se fazer.

A presença de elementos medievais foi amplamente desenvolvida, através da análise do mito edênico em *Visão do Paraíso*. Valendo-se, especialmente, dos relatos de Cristóvão Colombo, que apresentava as Novas Índias como sendo o “Paraíso Terreal”, o autor analisou como esses relatos alimentaram lendas e mitos que acabaram por construir uma “Visão do Paraíso” sobre o Novo Mundo que revelava o sincretismo presente no imaginário cristão europeu medieval, já que a ideia de éden cristão se fundia a antigas histórias pagãs presentes na memória coletiva da sociedade europeia.

[...] Nem por isso é menos exato dizer que a convenção literária dos motivos edênicos, onde a narrativa bíblica se deixara contaminar de reminiscências clássicas (mito da Idade do Ouro, do Jardim das Hespérides...) e também da geografia fantástica de todas as épocas, veio a afetar decisivamente aquelas descrições. Da selva tropical apresentada por Cristóvão Colombo não parece demasiado pretender, com efeito, que é uma espécie de réplica da “*divina foresta spessa e viva*”, que o poeta, “*prendendo la campagna; lento lento*” vai penetrar para atingir finalmente o paraíso terrestre (HOLANDA, 1992, p.16).

A noção de éden apresentada é uma na qual um mundo de delícias e de fantásticas riquezas se enlaçam em meio a uma natureza única, onde o sobrenatural se torna admissível. Existe, então, nessa concepção edênica, uma aliança entre bens espirituais e profanos, que foi transladada para a América, mas cuja origem está nas tradições pagãs da mitologia grega,

céltica, irlandesa, gaélica, entre outras; que se popularizaram na Antiguidade e no período Medieval, mas também exerceram influência na crença do paraíso no Novo Mundo, que “exercerá um poder de fascinação que saberá resistir ao tempo e impor-se a todos os espíritos” (HOLANDA, 1992, p.175).

Zinka Ziebell (2002) também fará uma análise do imaginário europeu do século XVI e, voltando-se especialmente para a descoberta do Brasil, destacará a importância do tema Paraíso e, junto com ele, a feição insular, a especulação sobre a existência de ouro e a nudez dos habitantes desta terra. E apresentará o papel da tradição judaico-cristã como responsável pela criação de lendas, inspiradas em mitos antigos e medievais, tais como da “Ilha Brazil” e da “Ilha de São Brandão”, que foram difundidas na Península Ibérica e alimentaram a crença no Éden.

Assim como Sérgio Buarque de Holanda, outro autor que se utiliza dos relatos de Colombo para tecer sua análise sobre a concepção de mundo e de mentalidade no período da conquista e colonização do Novo Mundo é Tzvetan Todorov. Sobre o navegador genovês, Todorov conclui que a expansão do cristianismo era mais importante do que a riqueza em si, embora esta fosse o meio de realização do projeto cristão, de vitória universal. Ziebell (2002) analisa, em Todorov, que o desejo de enriquecer precisa ser apreendido de forma especial no século XVI, pois o conquistador almeja valores aristocráticos, títulos de nobreza, honra e dignidade, mas acredita que o dinheiro é a forma de obtê-los; sendo assim, o ouro possibilitaria o alcance de valores morais e espirituais, já que todos os valores estariam subordinados a ele. A forte relação de Colombo com sua fé precisa ser considerada ao analisar as interpretações feitas pelo navegador em seus relatos, uma vez que ele procurava estabelecer identificações e relações com o seu mundo já conhecido. E, entre sereias, monstros, amazonas, Todorov afirma:

A crença mais surpreendente de Colombo é de origem cristã: refere-se ao Paraíso terrestre. Ele leu no *Imago Mundo* de Pierre d’Ailly que o Paraíso terrestre devia estar localizado numa região temperada além do Equador. [...] Podemos observar aqui como as crenças de Colombo influenciam suas interpretações. Ele não se preocupa em entender melhor as palavras dos que se dirigem a ele, pois já sabe que encontrará ciclopes, homens com caudas e amazonas. Ele vê que as “sereias” não são, como se disse, belas mulheres; no entanto, em vez de concluir pela inexistência das sereias, troca um preconceito por outro e corrige: as sereias não são tão belas quanto se pensa (TODOROV, 1993, p.17).

Sérgio Buarque de Holanda e Tzvetan Todorov lançam mão de uma maneira figural de escrita, na qual se estabelece uma relação por analogia entre planos de temporalidades diferentes. Enquanto Todorov se apropria de personagens históricos para abordar a alteridade, o “outro” presente na sociedade atual, Sérgio Buarque de Holanda também se utiliza de tipos e

mitos criados para entrar em contato com um passado incerto, articulando passado e futuro, destacando as continuidades através das heranças percebidas na sociedade brasileira. A respeito dessa maneira figural de escrever, valendo-se de tipologias, como prefere, o italiano Guillermo Giucci analisa:

Analogamente ao que ocorre com o modelo de interpretação alegórica, no método prefigurativo o objeto adquire seu sentido extraliteral ao se ligar a um referente externo. Mas, enquanto as significações alegóricas são abstratas e arbitrarias, a interpretação “figural” implica a realização de um evento histórico posterior que mantenha correspondências substantivas ou formais em relação ao anterior (GIUCCI, 1992, p.31).

Parte do mito edênico foi construída com base na existência de metais preciosos, especialmente depois da descoberta das minas peruanas e de Potosí. O mito do Dourado será motivador das bandeiras e expedições pelo interior da América Portuguesa, pois se acreditava que não havia muita distância entre as terras paulistas e as ricas minas espanholas. Sendo assim, o sucesso de Pizarro será apontado como fator que teria encorajado os portugueses em suas entradas. A propagação dos mitos envolvendo Eldorado em terras brasileiras levará à busca por “um outro Peru”. E, mesmo inicialmente aparentando ser uma busca fracassada, Zinka Ziebell analisa que “a desilusão em que culminou a busca de tesouros auríferos em terras brasileiras no século XVI não foi suficiente para anular as esperanças que persistiam. A ideia de um Dourado, em algum lugar ainda não explorado, servia de catalisador de novas ilusões” (ZIEBELL, 2002, p.45).

Sendo assim, o mito edênico e a busca pelo Eldorado, mesmo sendo apresentados como uma herança colonial ibérica, nos séculos XVI e XVII, não ficaram restritos a esse recorte temporal, e se estendem no imaginário nacional até os dias de hoje. Haja vista, no final de 1979 e início de 1980, quando se descobriu ouro em Serra Pelada, no Pará, e, em semanas, mais de mil pessoas foram em busca do seu Eldorado no grande “formigueiro humano”. Isso mostra que a noção que Sérgio Buarque de Holanda tipificou-se como aventureira; se entendermos que aqueles homens em busca de riqueza podem ser considerados aventureiros, com a semântica que essa palavra indica nos estudos de Holanda, então vemos que não se limitou à colonização, mas se perpetuou nas relações econômicas construídas ao longo de todo Império e República.

Teremos também os nossos eldorados. O das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como o ouro se extrai até esgotar-se, do cascalho, sem retribuição de benefícios. E a procissão dos milagres há de continuar através de todo o período colonial, e não interromperá a Independência, sequer, ou a República (HOLANDA 1992, p. 334).

Mas, a natureza brasileira também contribuiu para que as ideias a respeito do paraíso fossem propagadas. O clima, os bons ares e a boa terra estão presentes em diversas narrativas quinhentistas de jesuítas e viajantes, tornando-se, segundo Holanda (1992, p. XX), um dos maiores *clichês* presentes nas cartas e crônicas deste período. O autor exemplifica tal ideia

(...) sobre os bons ares do Brasil, na página antológica de Rui Pereira, contida em uma carta que em 1560 endereçou aos padres e irmãos de Portugal. Nela se lê: “se houvesse paraíso na terra eu riria que agora o havia no Brasil”. E mais: “quanto ao de dentro e de fora, não pode viver senão no Brasil quem quiser viver no paraíso terreal. Ao menos eu sou desta opinião. E quem não quiser crer venha-o experimentar” (HOLANDA, 1992, p. XX).

As ideias sobre o paraíso terreal continuam a respeito da longevidade, da ausência de doenças ou pestes que, em *Visão do Paraíso*, são abordadas nos capítulos “Voltando a Matusalém” e “O Mundo sem Mal”. Para Holanda (1992), tal fantasia edênica teria exercido uma influência imediata sobre o colonizador, mas também teria continuado presente e atuante nos destinos dos povos americanos, inclusive do brasileiro. E, mesmo que houvesse a negação de tal ideia, ou seja, a construção de imagens negativas sobre o Novo Mundo, não se consolidariam como a visão edênica. O espírito aventureiro e a persistência na busca por Eldorados seriam marcas de um tipo social caracterizado em *Raízes do Brasil* como “homem cordial”.

### 3.2 A HERANÇA IBÉRICA – UM RANÇO?

Sérgio Buarque de Holanda citou o homem cordial como produto da herança ibérica, portanto, em sua concepção, a estrutura socioeconômica é fundamental e nela reside a possibilidade de superação da herança ibérica e de formação de uma nova realidade, moderna, uma vez que tal “cordialidade”, como “produto histórico do iberismo e do agrarismo, não é concebida pelo autor como caráter nacional, algo destinado a permanecer ao longo da história” (FERREIRA, 1996, p.9).

Para Gileno (2009), as contradições existentes na modernização da América Latina e, em especial, do Brasil, são evidentes, haja vista que o projeto de desenvolvimento adotado era incompatível com uma sociedade cheia de heranças lusitanas, divergentes da razão moderna e das propostas liberais. A construção do Estado brasileiro se deu a partir da necessidade de uma autoridade incontestável, para que fosse mantida a unidade e a centralização. E quem estava à frente desse processo era a elite rural escravocrata, que, se, em alguns momentos, teve lapsos



de liberalismo, acabou reprimindo-o, em nome da manutenção do territorialismo e do patrimonialismo herdados da estrutura econômica colonial.

O padrão de modernidade homogêneo estabelecido para ser cumprido pelas nações e que não teria ocorrido no Brasil faz parte do que Souza (2000) chamou de Sociologia da inautenticidade e foi duramente contestada por ele. A marginalização diante do padrão ocidental acarretaria a “não-modernização”, cuja responsabilidade é atribuída, por autores clássicos, à herança ibérica e à forma de colonização, como pode ser percebido no personalismo presente na obra de Sérgio Buarque de Holanda, no Patrimonialismo presente na obra de Raymundo Faoro e na confusão dos espaços públicos e privados abordados por Roberto DaMatta.

Faz-se necessário apresentar, brevemente, uma discussão sobre a presença de Max Weber nas obras dos autores que discorreram sobre o processo de formação da sociedade brasileira. O assunto foi discutido no texto de Luiz Werneck Vianna (1997), *Weber e a interpretação do Brasil*.

Weber, como Marx, tem sido, desde os anos 50, quando a ciência social brasileira recuperou a linha ensaística dos pioneiros na interpretação do Brasil, como a de Euclides da Cunha, Silvio Romero, Oliveira Vianna, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, uma das principais marcações teóricas da produção que se voltou para o objetivo de explicar a singularidade da nossa formação social (VIANNA, 1997, p.34).

Max Weber, da forma como tem sido empregado nas ciências sociais, contribuiu para uma interpretação do Brasil segundo a qual nosso atraso é resultado de um vício de origem em função da colonização à qual fomos sujeitados, seria a herança do patrimonialismo ibérico, cuja estrutura se reforçou ainda mais no início do século XIX, com a transplantação do Estado português para o Brasil.

Vianna (1997, p.35) atribui ao legado ibérico, que, ao longo do tempo, tem sido reiterado, a característica do Estado autônomo em relação à sociedade civil, no qual houve a intenção de se abafar o mundo dos interesses privados, inibir a livre iniciativa e isso comprometeu as instituições capazes de organizar a vida social, propiciando a afirmação de uma racionalidade burocrática em detrimento da desejada racionalidade legal. O autor ainda afirma que a ausência do feudalismo no mundo ibérico, estendendo-se ao Brasil, aproximou a forma patrimonial do Estado à tradição política do Oriente, onde não existem fronteiras definidas entre as atividades públicas e privadas.

Para o autor, para romper com essa política do Oriente, era necessária uma reforma política que abrisse caminhos para uma diversidade, para a representatividade e para a

manifestação da sociedade civil, rompendo com o Estado de tutela predominante; e, para tal, haveria de acontecer a separação entre os fins políticos e a esfera de interesses privados; comprometendo a velha sociedade hierárquica e desigual existente no Brasil.

A recepção brasileira de Weber está presente tanto na versão interpretativa dos que identificam os elementos quase asiáticos que teriam presidido a formação do Estado nacional, em razão do transplante do patrimonialismo de Estado português, como a raiz dos nossos males, como na dos que,

como Florestan Fernandes, Maria Silvia de Carvalho Franco e José Murilo de Carvalho, à medida que entendem, nas palavras do primeiro, "o Estado [...] como a única entidade que podia ser manipulável desde o início [...] com vistas à sua progressiva adaptação à filosofia política do liberalismo" (Fernandes, 1975:35), ou, nas da segunda, para quem a "organização administrativa desse período [década de 1830] fundava-se formalmente no princípio burocrático de obediência a um poder público abstratamente definido, legitimado e expresso por normas racionalmente criadas e legalmente estatuídas" (Franco, 1969:116), ou, ainda, nas do último, ao sustentar que a burocracia imperial não teria se constituído em um estamento (Carvalho, 1980:129), provocando, com isso, o deslocamento da inquirição sobre a causa do nosso atraso para o terreno das relações sociais e do impacto da natureza patrimonial delas sobre um Estado, em sua concepção original, de extração moderna (VIANNA, 1997, p.38).

No artigo *A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro*, Jessé Souza propõe analisar de que forma o pensamento weberiano contribuiu para a formação dessa ideologia do atraso brasileiro; para isso, estabelece um contraponto com o anteriormente citado, Luiz Werneck Vianna. Souza (1998) discute a necessidade de se compreender as noções de atrasado e moderno dentro da sociologia evolucionista weberiana que, diferentemente de Marx, apresenta um evolucionismo clássico, por meio de etapas que seguem ordem normativa. Weber apresenta um evolucionismo formal, que prevê a existência de estágios de desenvolvimento hierarquizáveis e com pretensões de universalidade tanto no aspecto cognitivo quanto no moral. O autor procura perceber onde Weber localiza a superioridade evolutiva ocidental nos campos moral e cognitivo e, para tal, recorre à religião e procura fazer uma leitura neo-evolucionista da sociologia religiosa weberiana.

A discussão sobre religião estabelece a relação entre o protestantismo e a ideologia do atraso, ao adotar os Estados Unidos como um contraponto cultural – não pelo projeto nacional adotado – mas por ser o exemplo mais próximo de realização concreta do racionalismo, enquanto “tipo-ideal”. Essa comparação implícita ou explícita com os EUA foi preocupação de pensadores, que se propunham a interpretar o Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Essa discussão também pode ser encontrada no artigo *Marcas da Península Ibérica colonização brasileira segundo Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda*, escrito pelo professor da Universidade Federal do Ceará, Eduardo Girão Santiago, que estabelece a relação entre o capítulo “Trabalho e Aventura”, de *Raízes do Brasil*, e o pensamento de Gilberto Freyre, convergindo para uma análise sobre a vocação incomum do português colonizador, mas destacando a forma desleixada como os lusitanos realizaram tal empreitada. A influência weberiana ganha destaque na análise de Santiago, na qual conclui que “A partir de construções weberianas do tipo-ideal, como o aventureiro e o trabalhador, este autor dirá que o português foi o colonizador, o desbravador, o aventureiro” (SANTIAGO, 2011.p.8).

Para compreender a ideia de “atraso” aqui discutida, tomaremos a obra de Jessé Souza *A tolice da Inteligência Brasileira*, em seu capítulo 2, no qual ele analisa a separação das sociedades ditas “avançadas” das consideradas “atrasadas” (no politicamente correto, “em desenvolvimento”) explicando a importância do pensamento weberiano para que tal distinção fosse tão difundida e ao mesmo tempo disfarçada no “culturalismo acadêmico”. As sociedades consideradas “avançadas” são aquelas onde houve o predomínio do racional sobre o afetivo e, por isso, são consideradas moralmente superiores. Essas ideias criaram um paradigma dual, no qual as sociedades “atrasadas”, a exemplo da América Latina, são vistas como corruptas e personalistas, como consequência de sua afetividade e passionalidade.

Como essa oposição é criada e legitimada “cientificamente” e o que isso tem a ver com a obra weberiana? Max Weber oferece os conceitos centrais por meio dos quais foram pensados e tornados vida prática essa divisão racista entre “gente” superior, das sociedades avançadas e, “subgente” inferior, das sociedades latino-americanas e periféricas. Mais do que isso, Weber é uma espécie de “chave-mestra” que nos permite abrir o registro profundo desse “racismo científico” dominante, ainda que até hoje inarticulado, mas por isso mesmo, “naturalizado” e aceito por todos no âmbito científico e na esfera prática e cotidiana de todas as sociedades modernas (SOUZA, 2015, p. 24).

O “culturalismo”, do qual Sérgio Buarque de Holanda trata, na visão de Jessé Souza, foi um dos maiores representantes no Brasil, acabou por legitimar as desigualdades existentes no país, não mais pelas diferenças raciais ou biológicas, como as gerações anteriores de intelectuais haviam feito, mas utilizou o “estoque cultural” para fazê-lo. Para Souza (2017, p.16), tornou-se “uma espécie de ‘senso comum internacional’ para a explicação das diferenças sociais e de desenvolvimento relativo no mundo inteiro.” E, no caso de Sérgio Buarque de Holanda, dada a influência do pensamento de Max Weber, a herança portuguesa apareceu como a característica singular brasileira que impede que o país alcance a modernização considerada exemplar

desenvolvida nos países “avançados”, especialmente o modelo de sucesso norte-americano, o qual teria sido possível graças à racionalidade, relacionada ao protestantismo.

Toda ambiguidade de Max Weber em relação ao capitalismo [...] foi cuidadosa e intencionalmente posta de lado. Houve um esforço deliberado e consciente para a retirada de todas as ambiguidades da obra weberiana para o uso pragmático e apologético [...]. Foi a partir desse esforço “científico”, politicamente financiado, que toda a hierarquia mundial passou a ter o exemplo concreto norte-americano como modelo máximo, com todas as outras sociedades sendo percebidas como versões mais ou menos imperfeitas desse modelo (SOUZA, 2015, p. 27).

Ao buscar compreender o Brasil do século XXI, nos deparamos com as respostas dos intelectuais que, no século passado, culpavam os elementos ibéricos presentes na formação do Brasil, desde os tempos mais remotos, pelo atraso diante do modelo moderno norte-americano. Sérgio Buarque de Holanda vai buscar, na cordialidade do homem brasileiro, as respostas; Raimundo Faoro, nas deficiências do Estado Português transplantado para o Brasil; Roberto DaMatta, no “jeitinho brasileiro”. Todos nos remetem à falta de racionalidade e ao personalismo que será a sustentação do Estado patrimonialista brasileiro que se prende à condição de pré-moderno.

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda apresentou os brasileiros como desterrados em sua própria terra, tendo sofrido uma tentativa singular de transplantação da cultura portuguesa e cujos valores partilhados seriam a honra, a fidelidade, o livre arbítrio, a fidalguia. Por isso, as consequências desse processo, ocorrido nas origens da sociedade brasileira, seriam sentidas até os dias atuais. Ocorre que, para esses autores, as instituições brasileiras, as ideias e as formas de organização transplantadas não foram capazes de se desvencilhar, ao longo dos séculos, do “ranço” ibérico.

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso num ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra (HOLANDA, 1995, p.31).

O que aconteceu no início da modernidade no “Novo Mundo” foi uma tentativa de implantação de uma cultura europeia em um local com condições completamente diferentes. Até onde ela poderia ter êxito? Até onde as representações das formas de convívio, das instituições e das ideias, conseguiriam se desenvolver, haja vista que são heranças adaptadas? Teria sido o fracasso desta tentativa de implantar uma velha civilização no Novo Mundo à

gênese dos problemas que assolam a América Latina, e, no nosso caso, o Brasil, ainda no século XXI?

A herança ibérica – parte importante para se compreender a singularidade brasileira –, foi lembrada por muitos pensadores que atrelaram o desenvolvimento e o atraso do Brasil àquilo que Jessé Souza denominou de “concepção do mundo ibérico”, que defende que, apesar de a Península Ibérica compartilhar o legado romano-cristão com o restante da Europa, em “Portugal, não teve a presença dos grandes movimentos intelectuais que caracterizaram a modernidade. Estaria, ao contrário, mais próximo da Europa pré-moderna, contexto esse que teria detidamente influenciado o processo de formação social brasileiro” (CORDEIRO, 2009, p.55). Ou seja, o Brasil se constituiria a partir de um legado pré-moderno, que, para alguns dos principais intérpretes do país, seria a causa das nossas mazelas, dentre elas, da desigualdade social e do atraso diante da modernidade.

Luiz Guilherme Piva, em sua obra *Ladrihadores e Semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*, discute a questão da modernidade brasileira, apresentando proximidades de distanciamentos entre os quatro autores citados, pois teriam sido influenciadores da realidade brasileira e de toda produção intelectual posterior. Sobre a modernidade em Sérgio Buarque de Holanda, PIVA (2000, p.155) apresenta que “*moderno em Raízes* é a institucionalidade impessoal e abstrata ‘americana’, e *nacional* é a espontaneidade ibérico-brasileira”. E que os dois são desejáveis, apesar de haver uma relação entre espontaneidade e atraso. Essa tensão criada a partir da herança ibérica é a base de nossa nacionalidade, são as *Raízes do Brasil*, de onde se deve retirar nossas peculiaridades positivas (PIVA, 2000).

Por outro lado, existem aqueles que veem, na obra do autor, a ciência a favor da legitimação da desigualdade, da manutenção dos privilégios e da defesa de uma elite em detrimento da população que se perpetuou ao longo do tempo, tendo uma enorme responsabilidade na forma como o brasileiro concebe a si e a sua sociedade. O brasileiro, para Sérgio Buarque de Holanda, é antiweberiano por excelência, identifica-se com as relações íntimas provenientes dos grupos primários, e não se adequa ao contrário disso. Jessé de Souza conclui sobre isso:

Uma leitura atenta da caracterologia do homem cordial descobre que ele é, ponto por ponto, o inverso perfeito do protestante ascético como é descrito por Max Weber...Como resultado – daí a caracterologia do homem cordial ser a essência do livro –, não temos aqui nem mercado capitalista moderno nem democracia digna deste nome. (Souza, 1999a, p.79-80).

Para explicá-lo, o autor aponta a falta de distinção existente entre o público e o privado, e a organização do Estado brasileiro como uma ampliação do espaço familiar. Para Holanda (1998), “A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, são virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, e representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro”. Mas o autor não acredita estar diante de um homem dotado de “boas maneiras”, mas sim de homens que adotam um padrão exterior de cordialidade, que se revela uma máscara para o indivíduo diante da sociedade e da recusa aos padrões ritualísticos, enquanto prioriza a vida familiar, da frequente tentativa de se estabelecer intimidade, enquanto desconhece a convivência que não esteja pautada em laços emotivos. Sendo essa a formação do Estado brasileiro, o que se viu foi o predomínio de vontades particulares, firmadas por laços parentais, estendendo a vida doméstica aos espaços de decisão coletiva, mesmo que sob um discurso antiparticularista. Tudo isso contraria a estruturação do Estado moderno baseada na transgressão da ordem doméstica e não na evolução ou na apropriação. A aceitação de um discurso, muitas vezes, incompatível à prática, é uma das muitas características do “homem cordial”.

No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje (HOLANDA 1995, p. 145).

Dois apontamentos se fazem pertinentes: mesmo com o desenvolvimento da urbanização, foi a família patriarcal, oriunda das grandes propriedades rurais, o grupo social que mais exprimiu força e poder no Brasil, desde os tempos mais remotos. Ou seja, a estrutura da sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. Mas, o que é essa família patriarcal?

Nos domínios rurais é o tipo de família organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico, mantidas na península Ibérica através de inúmeras gerações, que prevalece como base e centro de toda organização. Os escravos das plantações e das casas, e não somente escravos, como agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pater-famílias (HOLANDA 1995, p. 81).

A família se torna tão poderosa que, em muitos casos, o pátrio poder se torna ilimitado e acima de qualquer lei instituída. É essa estrutura familiar, cuja origem está nas antigas formas de organização social ibéricas, que não foi superada para a implantação do Estado no Brasil, ocorrendo a precedência da entidade privada, familiar, sobre a entidade pública. Holanda (1998) destaca ainda que a família é o único setor onde a autoridade não era disputada, e onde se

fornecia a ideia mais normal de poder, respeitabilidade, obediência e coesão entre os homens. O autor é enfático ao falar sobre a consequência dessa forma de exercício do poder político: “O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família” (HOLANDA, 1995, p. 82).

O Brasil se tornou uma sociedade composta por indivíduos que não querem alterar o mundo social e preferem a cordialidade, na qual reside a indiferença frente à mudança. De acordo com José Carlos Reis (2001), esse indivíduo não aceita ser dominado por um objeto exterior e as pessoas só são solidárias entre si por motivos afetivos, aceitando se submeter somente mediante obediência, fazendo do Brasil uma “terra de barões” onde não existem acordos duráveis que não sejam impostos por uma força exterior querida e temida. E por que tais características são apontadas como herança ibérica? Reis responde que

Não foi por fatalidade biológica ou determinismo climático. Talvez porque foram os primeiros a se constituírem como nação, na Europa. Talvez, considera S. B. de Holanda, tenha sido seu êxito precoce uma das razões da persistência entre eles de hábitos da vida tradicional. A ascensão burguesa em Portugal não encontrou obstáculos intransponíveis. A burguesia não representou uma nova mentalidade, uma nova escala de valores. Ela se associou à nobreza e assimilou seu modo de viver, seus valores. [...] a burguesia não implantou valores modernos – diligência, pontualidade, pertinácia, parcimônia, exatidão, solidariedade social. O sangue familiar, o nome, a herança não distinguiram os indivíduos tanto quanto o seu próprio mérito e riqueza (REIS, 2001, p. 124).

A conclusão a que o autor chega é que tais condições, que negam as regras sociais e as leis, criam uma sociedade difícil de ser governada dentro das concepções democráticas, pois, de um lado, está a anarquia, a liberdade excessiva, que é facilmente substituída pela obediência a uma força externa que se mostra capaz de organizar e dirigir. É isso que nos faz *neoportugueses*, ao compartilharmos uma alma comum. E, para Sérgio Buarque de Holanda, essa raiz ibérica é um impedimento em relação à modernização da nação baseada na racionalidade da administração, da produção econômica e das relações sociais.

### 3.3 IDENTIDADE BRASILEIRA

Mais de oitenta anos se passaram desde a primeira edição de *Raízes do Brasil* e essa obra clássica da nossa historiografia continua no centro das discussões acadêmicas. Nos últimos anos, o professor Jessé Souza tem apresentado suas críticas não só à obra, mas ao impacto que

a interpretação buarqueana gerou na formação da identidade brasileira. Mas o que entendemos por *identidade brasileira*?

A ideia de uma identidade nacional não é recente, surgiu com a Modernidade, mas, hoje, em tempos Pós-modernos, muitas discussões sobre a identidade cultural têm avançado no sentido da fragmentação e do rompimento com certos padrões até então estabelecidos. Assim sendo, seria possível uma coesão na sociedade brasileira? Responder à pergunta “O que é ser brasileiro?” vai muito além de ter nascido em determinado território, com certo registro civil e jurídico; é preciso que se busque um consenso entre aqueles que se identificam como tal. A nacionalidade se torna a identidade. Mas, a ideia de nação e de pertencimento não surge “do nada” nem é responsabilidade do acaso. A História, os heróis, a língua, todos os elementos simbólicos, incluindo os modelos de vícios e virtudes, são construções e cabem a certos grupos ou instituições, ligados à intelectualidade, pensar e propagar todos esses aspectos de forma que eles pareçam “naturais” e não “culturais” em um povo.

Nas ciências humanas, durante muito tempo, utilizou-se da ideia de “raça” para se construir uma espécie de identidade biológica, alimentada por uma perspectiva evolucionista. Posteriormente, a ideia de “cultura” ganhou espaço. Porém, o que se percebe é que, em muitos casos, houve uma simples substituição de “raça” por “cultura”, e o “culturalismo”, surgido a partir de então, vai buscar diferenciar, ocultar, excluir e privilegiar a partir de uma perspectiva de moral cultural, e não mais biológica. Essa perspectiva de buscar um elemento cultural para criar laços nacionais surge, no Brasil, a partir da mestiçagem, já falada em tempos monárquicos, mas difundida a partir de *Casa Grande e Senzala*.

Como se mantém a identidade nacional?

“de acordo com Hall através do discurso e da narrativa sobre a nação, encontrada nas obras literárias, historiográficas e mesmo nas narrativas populares na ênfase às "origens" como merecedoras de permanência intemporal, no mito da imutabilidade: na invenção de "tradições", na maioria das vezes como valores, normas e instituições impostas em certo momento, para atender aos próprios mecanismos de dominação, no "mito fundacional", que pretende reconstituir ou ao menos se orientar a partir de uma suposta "fundação" histórica, na verdade não tão facilmente encontrada; no "mito do povo puro" ou na crença ingênua de que existiria uma "cultura pura", de origem popular, espontânea, autêntica, que se diferencia radicalmente de uma cultura oficial, originada nos centros de poder e dominação” (PEREIRA FILHO, 2006, p.7).

Percebemos, na fala do Professor Gerson Pereira Filho, que as narrativas historiográficas e o próprio senso comum são importantes para se inventar as tradições de um povo. Como um filho bastardo de Gilberto Freyre, segundo Souza (1999), Sérgio Buarque de Holanda deu sequência à intenção de se criar um “mito nacional”, cuja importância estaria na



produção de um elo de solidariedade entre os habitantes de certa localidade. Eros Belin de Moura Cordeiro destacou a importância da contribuição do pensamento de Jessé Souza para desconstruir a noção que os próprios brasileiros têm de si mesmo e de seu país, e do senso comum que “conspira para uma ideologia do atraso permanente e supostamente inquebrantável e um processo de modernização artificial” (CORDEIRO, 2009, p.74).

Para Cordeiro, a questão da herança ibérica foi assimilada de tal forma pelos brasileiros que faz parte da consciência coletiva e da compreensão que se tem de sobre si mesmos. O problema é tão complexo que exige uma reflexão sobre a importância da eficácia social das ideias. Para discutir isso, Jessé Souza lança mão das lições de Charles Taylor, que se preocupa em mostrar como o discurso racional moderno foi aceito de maneira tão forte e quase homogênea pelas pessoas. Faz-se necessário compreender o discurso moderno propagado no Brasil e superar os postulados teóricos que culpabilizam e, de forma reducionista, transpõem os elementos ibéricos no processo de desenvolvimento do país.

Jessé Souza (2015) analisou que temas constituintes da “identidade” do brasileiro, como “o encontro de raças”, embora estivessem há muito tempo presentes na historiografia brasileira, desde que José Bonifácio já havia percebido a necessidade de se criar um “mito nacional” para a nação que estava surgindo, foi Gilberto Freyre que, ao inverter a visão que se tinha da mestiçagem, contribuiu de forma sem precedentes para a formação de uma “identidade nacional” como um elemento de sucesso, capaz de interpretar a mestiçagem brasileira como uma “virtude cultural”. “Foi Freyre, portanto, quem construiu o ‘vínculo afetivo’ do brasileiro com uma ideia de Brasil, em alguma medida, pelo menos, ‘positiva’ com a qual a nação e seus indivíduos podiam se identificar e se autolegitimar” (SOUZA, 2015, p. 30).

Neste sentido, o “culturalismo brasileiro”, discutido por Jessé Souza, do qual Sérgio Buarque de Holanda se apropriou, firmou-se como linha de pensamento dominante no senso comum e também nas universidades, adotando a ideia, iniciada por Gilberto Freyre, de que o Brasil é uma continuação de Portugal por meio da perpetuação de nossa herança ibérica. O pioneiro autor citado contribuiu para a formação do “mito nacional” brasileiro a partir de uma identidade mestiça, capaz de fazer o brasileiro orgulhar-se de si e de seu país. Já Sérgio Buarque de Holanda, como já foi dito, aponta o “homem cordial” como o ponto central do “mito nacional”, o que, para Jessé Souza, seria um grande problema criado com aparência de teoria científica e perpetuado pelo senso comum.

Problemático mesmo é quando o “mito nacional”, como ocorre no caso brasileiro, passa a ser a base da própria concepção pretensamente científica da sociedade como um todo. Nesse caso, o que ocorre inevitavelmente é a colonização do interesse na

procura da verdade pelo interesse pragmático e político que anima o mito nacional. (...) E foi com base nesse interesse pragmático e político que Buarque construiu as bases ideacionais do culturalismo liberal e conservador brasileiro (SOUZA, 2015, p.44).

Uma das críticas do professor Jessé Souza está no fato de que o “mito nacional”, construído por Sérgio Buarque de Holanda, contribuiu para que o brasileiro, ao se perceber em meio às teorias científicas e interpretações acadêmicas a respeito de sua formação, não compreendesse a verdadeira genealogia dos problemas que cercam sua sociedade, ficando à mercê de uma elite que leva vantagens diante dessa ignorância do povo brasileiro. Isso porque “todo brasileiro enquanto criança aprende a perceber o Brasil com os pressupostos envenenados da teoria culturalista e sua cantilena das três raças formadoras, da continuidade com Portugal e a necessidade pseudocrítica de combate à corrupção só do Estado” (SOUZA, 2017, p.34). Sendo assim, o Estado é sempre apontado pela incompetência e incapacidade e o país sempre mal falado por suas mazelas, fazendo com que a maior parte da população, ludibriada por tais discursos enraizados, mantenha-se descrente e longe de qualquer ação de mudança e de participação efetiva na vida política do país.

Para compreender a maneira como os brasileiros interpretam a si próprios e ao seu país, é importante analisar a relação com os Estados Unidos, comum na obra de Sérgio Buarque de Holanda e de outros pensadores que discutem a modernidade brasileira. Tal comparação cria a oposição entre os tipos ideais de colonizador: de um lado, o homem cordial brasileiro, que guia suas escolhas pela emoção, pelos afetos e pelas relações pessoais; do outro, o protestante ascético norte-americano, responsável pela modernização de seu país. E quem é esse homem cordial, figura central na ideia de uma identidade brasileira? Jessé Souza (2015, p.45) explica que “O homem cordial não tem classe social, mesmo em um país tão desigual como o Brasil sempre foi. Ou seja, desde o início, essa noção esconde conflitos sociais de toda espécie e cria um ser “genérico”, que existe unicamente para ser contraposto ao protestante ascético (...)”.

Jessé Souza discute sobre o desafio da modernidade de articular universalidade e diferença e salienta que uma visão depreciativa de um povo pode ser uma potente forma de opressão. E conclui que seu intuito

foi apenas chamar a atenção para a importância de rejeitarmos modelos societários exemplares e absolutos. As escolhas culturais, assim como as individuais, implicam perdas e ganhos. Perceber aonde temos a aprender com outros povos e sociedades é uma reflexão que deve ser simultânea àquilo que devemos rejeitar como impróprio. O primeiro passo para este desiderato parece-me ser a tentativa de qualificarmos nosso atraso, torná-lo relativo, determinado. Antes do que tentar soluções e sínteses apressadas, precisamos perceber que vale a pena nos propor a pergunta (SOUZA, 1999).

O autor mostra que os modelos absolutos inspirados na sociologia Weberiana que há muito se mostram hegemônicos na análise da formação do Brasil precisam ser revistos. Não rejeitá-los, mas uma reflexão maior acerca deles precisa ser feita e precisamos estar cientes de que os mesmos tipos ideais imperfeitos, construídos aqui, espelham-se em tipos ideais perfeitos construídos em algum lugar. E, ambos, como modelos societários absolutos, precisam ser repensados.

Para compreender a crítica proferida por Jessé Souza, vamos buscar o outro lado da moeda: a defesa da obra de Sérgio Buarque de Holanda como sendo revolucionária. Para Reis (2001), em seu livro *Identidades do Brasil*, as ideias de Sérgio Buarque de Holanda apresentadas em seu *Raízes do Brasil* seriam revolucionárias, pois nos mostra que os ideais e valores dos quais o país até então se alimentou não lhe eram adequados, tendo sido adequados aos portugueses que aqui só tinham a intenção de se apoderar de riquezas e arruinar o território. E, para fundar uma nação, os brasileiros deveriam reconhecer que o ritmo do Brasil é outro e construir seus próprios valores e representações que rompam com a herança ibérica; somente assim, com um projeto próprio de sociedade moderna, seria capaz de ter um futuro democrático, livre e soberano. Tal leitura coloca Sérgio Buarque de Holanda como um defensor da “revolução brasileira” sem sujeitos, datas ou limites, tornando a obra, na concepção de Reis, extremamente atual.

Roberto DaMatta, em seu livro “Conta de Mentiroso”, traz um pouco mais do que o senso comum diz sobre o brasileiro.

Dizem que, quando Deus criou o mundo e fez o Brasil, ouviu uma série de reclamações. Habitantes de outros países disseram que Ele tinha sido injusto criando uma terra rica, dotada de extraordinária beleza. Um país banhado pelo sol de um eterno verão, que, ademais, não tinha terremotos, tufões, tempestades de neve e furacões, desertos e animais selvagens. “Isto não é justo”, disseram em coro para Deus, que, com divina indiferença, calou a inveja dos reclamantes, replicando: “É! Mas esperem o tipo de gente (povo, povinho ou gentinha) que Eu vou colocar lá...” (DAMATTA, 1993, p. 97).

A natureza apresentada por DaMatta, de beleza extraordinária, de eterno verão e sem intempéries, é carregada do aspecto edênico. Uma natureza passiva e generosa, pronta ao domínio do homem. Tal concepção colocaria o brasileiro em vantagem em relação a outros povos; mas, o que se percebe é uma crítica “ao tipo de gente” que vive no Brasil, alimentando a ideia de uma identidade única, e negativa. Ao se estabelecer a uma relação entre o povo e a natureza, percebe-se que, quanto mais pródiga for a natureza, pior é o povo que nela vive, justamente por não existir a necessidade de transformar e dominar os obstáculos naturais,

ficando, então, o trabalho e uma visão racional sendo deixados de lado. E teria sido assim com o Brasil, onde a natureza nos foi favorável, não tendo sido necessária uma postura racionalista e de valorização do trabalho, haja vista que as dificuldades enfrentadas não exigiram tal esforço. O autor é enfático ao afirmar que

No Brasil, tanto na história quanto na piada estamos às voltas com uma representação de natureza que justifica o aventureirismo personalista que, por sua vez, está intimamente ligado a uma sociedade de origem na qual todos tem uma posição rígida e muito bem marcada no sistema. No novo mundo paradisíaco, livre das amarras sociais tradicionais, individualizado no novo e enorme espaço, o português se transmutava no aventureiro e no bandeirante (DAMATTA, 1993, p. 108).

A afirmação de DaMatta só contribui para a compreensão dos pontos aqui levantados como sendo a herança ibérica: a concepção edênica de natureza, o colonizador aventureiro que se apropria das terras, a cordialidade presente nas relações públicas e privadas, resultado na incontestável força do patriarcado no Brasil e o Estado onde essas relações de poder aconteciam, estruturado a partir de pilares europeus medievais.

Jessé Souza, então, relaciona a cordialidade com “aquilo que Roberto DaMatta, discípulo de Sérgio Buarque de Holanda, como quase todos, chamaria, mais tarde, de ‘jeitinho brasileiro’, uma suprema bobagem infelizmente naturalizada pela repetição e usada como explicação fácil em todos os botecos de esquina do Brasil” (SOUZA, 2017, p.32). A diversidade do povo brasileiro parece ser esquecida para dar lugar a certos tipos “nada ideais” que estão presentes no cotidiano brasileiro. Quando assim percebida, a herança portuguesa realmente nos faz pensar em *ranço* – sentimento de repúdio, raiva e desprezo.

Até que ponto a construção da identidade nacional segue o propósito de legitimar a dominação de uma elite por meio de uma violência simbólica? Até que ponto a construção da identidade nacional é a apropriação promovida por um grupo de interesse, das obras de intelectuais sem o consentimento dos próprios? Até que ponto o senso comum é responsável pela perpetuação de tipos que parecem eternos na sociedade? Como a sala de aula é responsável por reproduzir determinados tipos característicos da identidade brasileira? Como desconstruir determinados estereótipos?

## 4 O LEGADO NOS LIVROS DIDÁTICOS

O presente trabalho discute a herança colonial portuguesa e sua importância na perpetuação de elementos formadores da população brasileira, mas não para por aí. Partindo do pressuposto de que as heranças ibéricas, ainda hoje, influenciam nas interpretações que o próprio brasileiro construiu de si e de seu país e que elas se perpetuaram graças à produção de intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda, apresentaremos alguns livros didáticos e as ideias sobre a gente que vivia no Brasil Colônia no século XVI que neles estão contidas.

Por que a escolha das obras de Sérgio Buarque de Holanda? A escolha de *Raízes do Brasil* se deu pelo fato de que a obra foi escrita nos anos 1930, enquanto o Brasil iniciava um processo de industrialização e, conseqüentemente, de urbanização. E como urbanizar um país que se mantém preso às suas raízes rurais? Qual a origem dessas raízes? O autor analisa como o culto à personalidade e o espírito aventureiro existentes desde os primórdios da ocupação do território brasileiro permaneceu e se tornou uma característica do brasileiro, dando origem à cordialidade. Tal cordialidade se faz presente no dia-a-dia e faz com que as pessoas tenham certa dificuldade em discernir o público do privado, o subjetivo/afetivo do objetivo/racional. Esse comportamento personalista é transferido para o Estado, tornando-o patrimonialista, e as características, cujas origens estão localizadas na forma como a cultura ibérica se acomodou em terras brasileiras, seriam as responsáveis pela dificuldade em se desligar das arcaicas estruturas pré-modernas. Mas quem são os sujeitos de tal acomodação – se é que podemos assim chamar? Para isso, recorreremos às tipologias presentes no livro, como agentes históricos do Brasil quinhentista.

O Brasil colonial, retratado em *Raízes do Brasil*, é compatível com uma nova forma de se fazer História, adotando um viés culturalista e preocupado em criar uma identidade brasileira. O resultado foi a criação uma obra clássica, atemporal e que foi basilar para toda produção historiográfica nas décadas seguintes. E nos perguntamos se ainda hoje a influência de tal obra se faz presente. Para responder, analisamos os livros didáticos aprovados para o triênio 2018/2019/2020 e buscamos perceber como os tipos de *Raízes do Brasil* são retratados, especialmente no século XVI e, por vezes, no século XVII nos livros didáticos aprovados para serem adotados pelas escolas públicas do país. E nosso propósito é descobrir se a relação entre herança ibérica e o atraso do Brasil pode, ou não, ser encontrada nos materiais didáticos de hoje.

O livro didático é uma ferramenta importantíssima no trabalho do professor em sala de aula. Sua escolha por parte da equipe escolar precisa ser muito criteriosa, uma vez que os livros

não são um amontoado de conteúdo, tudo o que está ali precisa ser analisado, interpretado e acompanhado pelo professor, que deve fazer todas as adequações para as diferentes realidades encontradas nas salas de aula. Sobre a importância e o alcance do livro didático e o papel do professor, Bezerra afirma que:

O trabalho em sala de aula depende, fundamentalmente, da competência do professor. No entanto, quando quiser e puder contar com instrumentais bem-elaborados, de qualidade comprovada, o professor poderá multiplicar suas potencialidades didáticas visando a formação dos alunos que estão sob sua responsabilidade. O livro didático ainda continua sendo um destes instrumentos (BEZERRA, 1999, p. 197).

A análise de um livro didático não é uma tarefa das mais simples, exigindo muito tempo e conhecimento amplo sobre todo o conteúdo abordado. Entretanto, a proposta deste trabalho tem um determinado recorte temporal: América Portuguesa nos séculos XVI e XVII; sobre o qual aplicamos um filtro, pois buscamos, neste período, os elementos da obra de Sérgio Buarque de Holanda que apontam para essa raiz da formação de importantes características da identidade brasileira, entre elas, de forma especial, a cordialidade, o atraso relacionado à colonização portuguesa, o *ranço ibérico*.

Em todo livro didático, a organização dos conteúdos, a presença de imagens, a linguagem adequada ao aluno, a presença de uma análise cronológica ou temática, serão brevemente analisadas. A proposta metodológica aqui foi trabalhar com as treze coleções aprovadas pelo PNLD de 2018 e que se fazem presentes no ensino de História em escolas públicas do país.

Para Bezerra (1999), existem critérios importantes a serem considerados na análise de um livro didático de História. Aspectos que fariam a aceitação de um livro envolvem a explicitação da opção metodológica; a problematização; a construção do conhecimento histórico e conceitos centrais; linguagem adequada; apresentação e discussão das fontes históricas; atividades e exercícios integrados ao conteúdo, entre outros. Outros aspectos fariam com que um livro fosse desclassificado: 1) Conceitos e informações básicas incorretos (anacronismo, voluntarismo, nominalismo e informações incorretas ou desatualizadas); 2) Incorreção e inconsistência metodológicas; 3) Prejuízo à construção da cidadania. Sobre este último ponto, o autor conclui que

O livro didático faz parte intrínseca do processo educativo, servindo como um dos instrumentos de que o professor dispõe para seu trabalho didático-pedagógico. Nestas condições, não pode, de forma alguma, expressar preconceito de origem, etnia, gênero, religião, idade ou quaisquer outras formas de discriminação. Precisa estar

atento, também, a qualquer possibilidade de o texto ou as ilustrações sugerirem ou explicitarem preconceitos (BEZERRA, 1999, p. 200).

O PNLD – Programa Nacional do Livro Didático é um programa federal importantíssimo que atua na aquisição e distribuição de material didático e que se consolidou nos últimos anos. A proposta do PNLD é subsidiar o trabalho pedagógico através da distribuição gratuita das coleções previamente avaliadas por uma equipe de especialistas pertencentes ao Ministério da Educação; após tal aprovação, é publicado um guia de livros com resumos das coleções aprovadas, que é distribuído nas escolas para que a comunidade escolar aprove o melhor título adequado ao seu projeto político pedagógico. Não é um programa perfeito, mas sua importância é inquestionável e precisa ser entendido como uma política de Estado e não de governo, dotada de efemeridade.

A abordagem acerca da formação do povo brasileiro está presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Os itens a seguir foram retirados dos PCN's e indicam a preocupação da educação com a “Representação e Comunicação” e também com a “Contextualização sociocultural”:

- Compreender os elementos cognitivos, afetivos, sociais e culturais que constituem a identidade própria e a dos outros.
- Compreender a sociedade, sua gênese e transformação, e os múltiplos fatores que nela intervêm, como produtos da ação humana; a si mesmo como agente social; e os processos sociais como orientadores da dinâmica dos diferentes grupos de indivíduos.
- Compreender o desenvolvimento da sociedade como processo de ocupação de espaços físicos e as relações da vida humana com a paisagem, em seus desdobramentos políticos, culturais, econômicos e humanos.
- Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as às práticas dos diferentes grupos e atores sociais, aos princípios que regulam a convivência em sociedade, aos direitos e deveres da cidadania, à justiça e à distribuição dos benefícios econômicos.
- Traduzir os conhecimentos sobre a pessoa, a sociedade, a economia, as práticas sociais e culturais em condutas de indagação, análise, problematização e protagonismo diante de situações novas, problemas ou questões da vida pessoal, social, política, econômica e cultural (BRASIL, 2000, p.19).

Os tópicos presentes nos PCN's nos indicam que a sociedade precisa ser entendida a partir de sua gênese, do processo de ocupação dos espaços físicos e das relações da vida humana com a paisagem e os desdobramentos de tal relação. Se estamos nos propondo a discutir a identidade do brasileiro, a gênese da formação desta sociedade está no século XVI, quando houve um (des) encontro de culturas e uma nova realidade se fez presente, criando novos cenários, estabelecendo relações nunca antes vivenciadas, buscando e inventando caminhos para a sobrevivência.

Propomos, aqui, um estudo da presença de tipos, figuras e mitos que estiveram presentes nas narrativas sobre a América Colonial Portuguesa, que refletem os movimentos desta sociedade em direção aos estereótipos que o próprio brasileiro fez de si e de seu país. E não resta dúvida que a construção tipológica, da qual Sérgio Buarque de Holanda é um, ou o maior, representante na Historiografia Brasileira, está presente na História dos livros didáticos do Ensino Médio sobre o Brasil Colonial.

Entendemos que a identidade brasileira foi oficialmente construída a partir da independência, embora tenha ganhado relevante impulso a partir dos anos de 1930, com o nacionalismo varguista e com a geração de intelectuais que acompanhou tal período. Apesar de tal compreensão, entendemos também que a origem da sociedade brasileira está no encontro cultural que se iniciou no século XVI, quando as relações entre os diferentes povos foram sendo construídas e pensadas. Essas relações, iniciadas no século XVI, são basilares para toda estrutura da sociedade brasileira que está por vir.

Segundo Lucília Siqueira, em seu artigo *O nascimento da América portuguesa no contexto imperial lusitano. Considerações teóricas a partir das diferenças entre a historiografia recente e o ensino de História*, muitos historiadores, entre eles Sérgio Buarque de Holanda, trataram o período colonial brasileiro no espectro do Império Português. Siqueira (2009) fez uma análise do período ditatorial no qual muitas das grandes obras da historiografia foram escritas, o que impediu o debate político que a discussão sobre o imperialismo lusitano estimularia. Para a pesquisadora, houve uma redução proposital de certas temáticas para que o aprendizado do que foi considerado mais importante alcançasse melhores resultados.

Outra análise que pode ser feita é que essa redução contribuiu para a construção de uma história tipológica e para uma aprendizagem de conteúdos factuais. É relevante destacar que não é fácil trabalhar com um recorte temporal de aproximadamente trezentos anos, que é a duração do chamado “Período colonial”. Os livros didáticos se tornam uma importante ferramenta que auxilia os professores no dia-a-dia da sala de aula e boa parte dos que estão em circulação no Brasil, adota a chamada “História Integrada”, que mescla conteúdos de História do Brasil e de História Geral, por um viés cronológico que também valoriza acontecimentos oficiais, seguindo o modelo quadripartite francês que separa a Antiguidade, a Idade Média, a Moderna e a Contemporânea.

A presente pesquisa foi feita analisando os livros didáticos do Ensino Médio sugeridos pelo PNLD de 2018 para serem adotados nas escolas da rede pública de todo o país. Ao todo, as escolas puderam escolher entre treze coleções, que foram previamente aprovadas a partir dos critérios do MEC para serem utilizados no Ensino Médio. O desenvolvimento da pesquisa



contou com a análise da seção sobre Brasil Colônia em cada uma das treze coleções para buscar elementos que nos mostrem como os habitantes do Brasil do século XVI aparecem nos livros didáticos e de que forma eles se relacionam, ou não, com os tipos construídos por Sérgio Buarque de Holanda em seus livros.

A cordialidade é a principal característica identitária brasileira apontada por Sérgio Buarque de Holanda, e, para o autor, ela é resultado da herança ibérica. Sendo assim, o brasileiro do século XXI ainda estaria preso às heranças do período colonial, mesmo que inconscientemente. Buscamos, nos livros didáticos utilizados no PNLD 2018, a contribuição para a manutenção dessa concepção de Brasil e de brasileiro, fundada na cordialidade. Para tal, aspectos relacionados à falta de racionalidade, ao ruralismo, ao espírito aventureiro, ao patriarcalismo, à confusão dos espaços públicos e privados serão levantados nesta análise.

Entre os livros didáticos escolhidos para a análise, está o compêndio intitulado *Cenas da História*, de autoria de Cândido Grangeiro. É uma coleção dividida em três volumes, sendo um para cada série do Ensino Médio. No primeiro livro, destinado ao 1º ano, o recorte temporal aborda, desde a formação da humanidade até a formação do Estado Moderno Absolutista. O segundo livro, que é o que nós utilizaremos, devido à sua abordagem histórica, trata da Expansão Marítima Europeia até o processo de Independência do Brasil. Já o terceiro livro, destinado ao 3º ano do Ensino Médio, tem como recorte temporal a História do Século XIX aos dias de hoje no Brasil e no mundo.

A proposta do autor é construir um diálogo agradável ao aluno, e, para isso, lança mão de histórias em quadrinhos – que iniciam toda unidade do livro, introduzindo o assunto a partir da abordagem de um tema que, no 1º ano, é o cinema; no 2º ano, é a música e, no 3º ano, é a imprensa e a comunicação – com personagens que acompanharão o aluno ao longo do ano letivo. Por exemplo, na introdução da Unidade 1, do livro 2, cujo título é *O mundo, uma colônia* e vai abordar a expansão marítima, a formação do império colonial português, as colônias da Espanha e da Inglaterra, e a África na era do tráfico negreiro, a História em Quadrinhos de abertura traz uma reflexão sobre o jazz: uma música de origem negra que se faz tão presente na América, e a partir daí, suscita inúmeras discussões não só sobre música, mas também sobre a cultura afro, com os alunos.

A estrutura do livro segue uma linha cronológica dos eventos históricos, mas existe uma intenção, por parte do autor, em minimizar tal formato a partir da introdução de inúmeros boxes e chamadas que levam o aluno a estabelecer conexões com outros tempos, lugares e disciplinas. Outro aspecto que chama atenção na composição do livro é a sugestão de fontes multimídias

para utilização dos alunos, tais como museus virtuais, filmes e documentários, além de livros que podem ser acessados por links da internet.

De forma geral, o livro do aluno do 2º ano, compreende 384 páginas, estrutura-se em três unidades: *O mundo, uma colônia; Nas teias do comércio; Em busca da liberdade*. Cada uma delas composta por 5 ou 6 capítulos. Todas as unidades são iniciadas com a *História em Quadrinhos* e encerradas com uma proposta de atividade chamada *Laboratórios de Projetos*. Os capítulos têm sempre um texto principal e são intercalados por mapas, boxes, atividades e indicações diversas.

Nossa proposta de analisar o Brasil do século XVI nos leva ao capítulo 2 da 1ª Unidade, intitulado *O Império Colonial Português*. Nesse capítulo, o autor analisa a construção do Império português por meio da construção de feitorias, levanta os problemas internos, destaca a obtenção de riquezas em regiões distantes e a diversidade de quem esteve a bordo dos navios lusitanos, como jesuítas, fidalgos e colonos; aborda a presença portuguesa nos continentes africano e asiático e encerra com a abordagem sobre a colonização na América. Merece atenção uma atividade proposta a respeito dos “lançados”, na qual é possível perceber a reprodução do discurso buarqueano na descrição desse colonizador. Para o autor:

A exploração marítima, talvez, não fosse possível sem os chamados lançados – ou pelo menos teria tomado outros rumos, uma configuração bem diferente. Os lançados eram pessoas que permaneciam em solo estrangeiro – na África, na Ásia, na América – para obter informações, fazer contato com os povos locais e estabelecer pontos de abastecimento e aguada. Eles foram muitos, deixados por vontade própria; simplesmente abandonados à própria sorte; ou vítimas de naufrágio. Entre esses aventureiros, alguns simplesmente seguiam ordens, outros esperavam fazer fortuna e conquistar poder (GRANGEIRO, 2016, v.2, p.33).

Sérgio Buarque de Holanda apresenta o capítulo 2 de *Raízes do Brasil*, chamado “Trabalho e Aventura”, com a descrição de que a exploração dos trópicos pelos portugueses “se fez com desleixo e certo abandono” (HOLANDA, 1995, p.43). E, na sequência sobre os tipos presentes nas origens do Brasil, fala sobre o aventureiro que deseja “colher o fruto sem plantar a árvore” (HOLANDA, 1995, p.45) e aponta que o trabalhador teve papel muito limitado e quase nulo na conquista e colonização dos novos mundos. O autor aponta que o gosto pela aventura teve uma influência decisiva na formação do povo brasileiro e questiona se “Essa ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis, tão notoriamente característica da gente de nossa terra, não é bem uma das manifestações mais cruas do espírito de aventura?” (HOLANDA, 1995, p.46). Se analisarmos o excerto do livro didático reproduzido acima, é possível verificar as contradições que esse espírito de aventura

dos lançados produz; afinal, é difícil acreditar no espírito de aventura para fazer fortuna em seres que eram “simplesmente abandonados à própria sorte ou vítimas de naufrágio”.

Seguindo para o compêndio didático, no capítulo 7 da 2ª unidade, chamado “América portuguesa: diversidade colonial” o autor retoma essa tipologia ao afirmar que “No final do século XVII, esses aventureiros encontrariam ouro em grande quantidade no interior do continente, satisfazendo um antigo sonho colonizador português” (GRANGEIRO, 2016, v.2, p.118). Os autores reduzem todo um projeto colonial do Império português a uma aventura.

Outros tipos buarqueanos podem ser percebidos no capítulo 3 da 1ª unidade, chamado “Doce América”. Ao abordar a sociedade colonial, Grangeiro a descreve como “uma sociedade patriarcal, com senhor de engenho ocupando papel central e determinando o lugar social de todos, desde o dos membros de sua família e agregados até o do mais humilde lavrador (GRANGEIRO, 2016, v.2, p.56). O senhor de engenho sendo o responsável pelo lugar de todos na sociedade e sendo “a violência – em suas diversas formas de expressão – o principal mecanismo para manter a ordem estabelecida” (GRANGEIRO, 2016, v.2, p.56), pode, aqui, relacionar-se com a descrição de Sérgio Buarque de Holanda, que diz que “O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública” (HOLANDA, 1995, p.82). E continua, contando um “causo” para ilustrar esse poder atribuído ao senhor de engenho numa sociedade patriarcal:

Nesse ambiente, o pátrio poder é virtualmente ilimitado e poucos freios existem para sua tirania. Não são raros os casos como o de um Bernardo Vieira de Melo, que, suspeitando a nora de adultério, condena-a à morte em conselho de família e manda executar a sentença, sem que a Justiça dê um único passo no sentido de impedir o homicídio ou de castigar o culpado, a despeito de toda a publicidade que deu ao fato o próprio criminoso (HOLANDA, 1995, p.82).

Apesar de muitas vezes negada pela ideologia dominante e pelos próprios brasileiros – que preferem uma representação positiva, alegre, pacífica e cordial – a violência sempre esteve presente em nossa História. Os conflitos sociais que marcam a formação do povo brasileiro, não raras vezes, são omitidos ou não recebem a devida atenção em grande parte dos materiais didáticos, dificultando, assim, o reconhecimento de tal violência que também é formadora do caráter nacional. Tais omissões contribuem para que uma falsa democracia racial seja alimentada. O povo brasileiro prefere a imagem da cordialidade: cor, cordis, coração – o homem cordial, fruto dessa sociedade patriarcal, age mais com o coração do que com a razão, podendo

ser afável, mas também violento. As relações sociais construídas a partir da casa grande criaram a dificuldade tão presente, ainda nos dias de hoje, de se separar os domínios público e privado.

Sobre a relação dos tipos descritos por Sérgio Buarque de Holanda e a obra de Grangeiro, podemos, também, destacar a presença da contraposição tipológica rural e urbana. Para o autor do livro didático

além de um lugar de natureza desconhecida, tratava-se de um mundo essencialmente rural, com propriedades isoladas e distantes umas das outras. As poucas cidades tinham importância reduzida e contavam com número pequeno de moradores e atividades. (...) essas condições (...) marcavam a vida social, que ocorriam em torno da família e nos limites da propriedade rural. (GRANGEIRO, 2016, v.2, p.56).

Voltando ao capítulo 7 da 2ª unidade, chamado *América portuguesa: diversidade colonial*, logo na abertura, o autor propõe um “Breve resumo: a lógica do império” (português), no qual analisa a grande façanha do pequeno país europeu ter constituído o grande império abrangendo Brasil, África e Ásia. Destaca que o processo de formação de novas culturas decorrentes da formação desse império não aconteceu de forma pacífica, havendo conflito entre os diferentes grupos sociais e as instâncias de poder. Merece certa atenção que, nessa proposta de resumo, o autor destacou Sérgio Buarque de Holanda como uma referência, trazendo sua ideia de que a colônia teria se firmado em meio ao acaso, em condições adversas, hostis e desconhecidas dos portugueses. E sugere, num box, a obra *Raízes do Brasil* para se conhecer mais sobre a história colonial do Brasil.

O autor faz referência na Apresentação de seu livro ao historiador Marc Bloch, um dos fundadores da *Escola dos Annales*. É possível perceber a influência de tal corrente historiográfica, pois o autor valoriza as diferentes fontes históricas para a composição de sua obra, inclusive incentivando os alunos a trabalharem com história oral. Aqui, faremos uma breve análise de uma atividade presente na abertura do Capítulo 3 da 1ª unidade, *Doce América*, que tem a proposta de *construir memórias pelas lentes da História*. Trata-se de uma análise na obra *Primeira Missa no Brasil*, de Victor Meirelles, de 1860.

A intenção do autor Cândido Grangeiro, ao colocar tal obra na abertura do capítulo, parece ser de chamar a atenção para as desconstruções possíveis de serem feitas acerca de uma história oficial escrita e aceita no passado. O autor apresenta a obra e traz informações sobre ela: inicialmente, conta que, no século XIX, tal obra foi considerada um exemplo de fidelidade e que qualidade ao fato histórico, que foi a primeira missa, descrita na carta de Pero Vaz de Caminha. Porém, com o passar dos anos, novas correntes historiográficas surgiram e muitos questionamentos foram feitos a essas interpretações. Marilena Chauí é apontada pelo autor

como a responsável por atribuir a essa obra o caráter de “mito fundador” do Brasil: uma vez que muitos intelectuais construíram a ideia de que muitos sujeitos se reuniram em harmonia e torno da religião católica para construir um novo país. A análise do autor continua ao informar que, no contexto pós-independência, no qual a obra foi concebida, diante da necessidade de se firmar uma identidade nacional, tal obra passou a ser considerada um “marco fundador” da história nacional, ao representar os portugueses como descobridores de uma terra ocupada por povos selvagens, sem lei, sem fé e sem rei. E conclui que esse quadro seria uma tradução dessa construção da qual somos, até hoje, herdeiros.

A proposta de tal análise de obra termina com uma proposta de reflexão e atividade para os alunos a respeito dos principais marcos de referência histórica do Brasil: eles deveriam elaborar um concurso para definir quais seriam, passar por uma comissão avaliadora e expor um material produzido para a classe por meio da internet. Tal atividade vai fornecer instrumentos para que o professor analise os conhecimentos prévios dos alunos acerca da História do Brasil e até mesmo como os alunos percebem a participação dos sujeitos históricos da formação do seu país. Se os alunos chegam com uma bagagem que encara uma história positivista e oficial como referência ou se são capazes de colocar como marco histórico uma história construída por agentes que, durante muito tempo, ficaram silenciados na historiografia. Toda essa leitura, atividade e reflexão servem para a abertura do capítulo, que tratará sobre a América, não só sobre o Brasil. Mas, a desconstrução histórica que precisa ser feita está sob a responsabilidade do professor mediador, que pode ou não conduzir a atividade para o desenvolvimento crítico do aluno.

Na sequência, está o texto central *Organizando o negócio*, no qual o autor aborda a estrutura política e econômica estabelecida na América Portuguesa durante o século XVI. O primeiro subtítulo, *Entre fracassos e sucessos*, oferece alguns subsídios para que se retorne à reflexão inicial feita a partir da obra de Victor Meirelles: aponta como “fracassos” as tentativas colonizadoras frustradas graças à resistência dos nativos no Maranhão, em Porto Seguro, no Rio de Janeiro. Porém, tal resistência é apenas mencionada. Nem neste nem no capítulo específico sobre a América Portuguesa o autor discorre sobre os vários episódios de resistência dos nativos.

Voltando à reflexão proposta a partir da obra, considera-se que a maneira como o livro didático se organiza corrobora para que tal obra seja encarada como um “marco fundador”, carecendo de elementos que forneçam ao aluno subterfúgios para criticar a ideia de “selvageria dos povos sem lei, sem fé e sem rei”, pois a cultura dos nativos é silenciada pelo autor, tendo

raras aparições no corpo de um texto que dá destaque para a organização política e econômica da colônia.

Sobre os nativos, Sérgio Buarque de Holanda diz que foram bons colaboradores dos portugueses no extrativismo, na caça, na pesca e na criação de gado. Mas, não se acomodavam ao trabalho metódico e acurado que os canaviais exigiam. Não tinham tendência para atividades sedentárias que fossem exercidas com regularidade forçada e vigilância. E o autor continua “versáteis ao extremo, eram-lhes inacessíveis certas noções de ordem, constância e exatidão, que no europeu formam como uma segunda natureza e parecem requisitos fundamentais da existência social e civil” (HOLANDA, 1995, p.48). Tal visão, quando nos é apresentada, dialoga com o livro didático de Grangeiro, que traz o conceito de “selvageria dos povos sem lei, sem fé e sem rei”. E, mesmo que este seja um conceito a ser combatido, tal rejeição não está desenvolvida na obra.

Diante desse desencontro, o resultado eram incompreensões e “uma resistência obstinada, ainda quando silenciosa e passiva, às imposições da raça dominante” (HOLANDA, 1995, p.48). Mais adiante, o autor continua dizendo que não seria conveniente modificar os rudes processos dos indígenas, movidos pela lei do menor esforço, e, sendo nossos colonizadores passivos, trataram de não impor aos primeiros habitantes (indígenas) normas fixas e indelévels, fazendo do domínio europeu existente no Brasil, em geral, brando e mole, menos obediente às regras e dispositivos e ainda ligado às leis da natureza (HOLANDA, 1995, p.52). Tal ideia, apresentada por Sérgio Buarque de Holanda, não descarta a existência de resistência dos nativos, mas, tal como o autor do livro didático analisado, não dá a esse movimento de resistência relevante papel na história colonial, destacando, ainda, a capacidade e a flexibilidade do colonizador português de se adaptar às condições adversas encontradas nas terras indígenas.

A problematização do passado, como proposta pelo livro didático, requer uma mediação do professor para conduzir o aluno ao desenvolvimento de um pensamento crítico sobre as fontes históricas e sobre o passado. A problematização de questões do passado precisa ser entendida como uma estratégia para a formulação de pensamento crítico sobre temas do tempo presente, podendo abordar a questão indígena na contemporaneidade.

Outra obra presente no PNLD 2018 é a coleção *Oficina de História*, de autoria de Flávio de Campos, Júlio Pimentel Pinto e de Regina Claro. Em sua apresentação, os autores destacam que sua proposta é um ensino questionador, aberto e estimulante, buscando o desenvolvimento de uma postura crítica, dinâmica e construtiva em sua formação e diante da sociedade em que vive. A coleção é dividida em três volumes, todos com 280 páginas. O primeiro volume aborda

da Pré-História até a formação dos Estados Absolutistas, já na Idade Moderna. O segundo volume se estende do século XVII até o início do século XX já na Primeira República do Brasil. O último volume parte do século XX e chega até nossos dias.

Na estrutura de cada um dos três livros, são apresentados quadros que permitem compreender competências, habilidades e conteúdos propostos pelo Exame Nacional do Ensino Médio. Na sequência, os autores indicam procedimentos metodológicos para se analisar um filme, uma imagem, um mapa, ou interpretar um texto. São dicas que ajudam os alunos a desenvolver o senso crítico e não tomar qualquer fonte como sendo verdadeira sem antes levantar os devidos questionamentos. Seguindo, os autores apresentam a estrutura do livro para os alunos: todo capítulo é dividido em itens enumerados; apresentam um texto central dividido em títulos e subtítulos; contam com textos complementares que apresentam mapas, gráficos, textos literários; na seção *Um outro olhar*, são feitas propostas para dialogar com outras disciplinas; a seção *Tá na rede* traz dicas de sites; a *Estante*, dicas de livros; para facilitar a visualização dos conteúdos, existe uma linha do tempo; destaque ainda para as fontes visuais e os infográficos amplamente utilizados e para a diversidade de atividades.

O capítulo 7 do primeiro volume, intitulado *O Velho e o Novo Mundo sob a cruz e a espada*, é dividido em três partes. A primeira aborda a Reforma Protestante e todo contexto europeu responsável pelo desenvolvimento da ética do trabalho a partir das ideias calvinistas e também a Reforma Católica. A condição de Portugal e Espanha, neste cenário, é lembrada pelo autor, que coloca os dois países ibéricos ao lado das Repúblicas e Reinos da Itália como as bases do poder papal e da interferência do catolicismo romano. O papado e os reis fiéis a ele reagiram com violência às propostas da Reforma (CAMPOS, 2016, v.1, p.204). Sendo assim, Portugal e Espanha se colocam como defensores da velha fé católica e, neste sentido, “as teorias negadoras do livre-arbítrio foram sempre encaradas com desconfiança e antipatia pelos espanhóis e portugueses. Nunca eles se sentiram muito à vontade em um mundo onde o mérito e a responsabilidade individuais encontrassem pelo reconhecimento” (HOLANDA, 1995, p.37). Tal mentalidade é apontada, pelo clássico autor brasileiro, como responsável pela carência do espírito de organização espontânea tão presente entre os povos protestantes. Resta ao Brasil uma organização imposta por governos e artificialmente mantida por uma força interior, já que carecia da responsabilidade que favorecia a associação racional entre os indivíduos. No livro didático, a ação da Companhia de Jesus destacava-se “por seu papel missionário na América, África e Ásia e pela ação educativa desenvolvida em seus colégios. [os jesuítas] Eram conhecidos também por seguir uma disciplina rígida, que lembrava a das organizações militares” (CAMPOS, 2016, v.1, p.204).

Na segunda parte do capítulo 7, *Visões dos conquistadores*, o autor se preocupa em mostrar a diversidade dos povos americanos e a forma como o europeu procurou integrá-lo ao seu repertório cultural, tomando como exemplos o termo indígena “zumé”, que foi compreendido como referência à presença de São Tomé e o mito do dilúvio indígena, que foi associado ao dilúvio judaico-cristão. Tais exemplificações auxiliam o aluno na compreensão do processo de conquista e da violência simbólica empregada pelos europeus. Os autores seguem citando um trecho da carta de Pero Vaz de Caminha para ilustrar os elementos edênicos do Novo Mundo:

A abundância dos recursos naturais era relacionada às descrições medievais do Jardim do Éden. A fertilidade do solo, o clima fresco e a diversidade da fauna e da flora eram salientados nos relatos, criando uma espécie de edenização das novas terras. Tal deslumbramento produziu uma série de impressões que definiam a América portuguesa como o melhor lugar do mundo e, em vários depoimentos, como o próprio Paraíso Terrestre (CAMPOS, 2016, v.1, p.207).

Outra relação que se pode estabelecer entre o compêndio didático e a obra *Raízes do Brasil* e que já foi anteriormente apontada, trata do colonizador avesso à ética do trabalho, para os autores, “[...] a maioria dos colonos portugueses que vinha ao Novo Mundo não se dispunha às desonrosas atividades manuais e desejava, de imediato, obter terras e pessoas escravizadas para seu sustento” (CAMPOS, 2016, v.1, p.230).

Sobre a sociedade patriarcal típica do Brasil Colonial e cujas características ainda se fazem presentes no Brasil do século XXI, a coleção aqui analisada não utiliza tal terminologia para designar o poder dos senhores de engenho, mas o descreve da seguinte forma:

O enorme poderio econômico e político dos senhores de engenho era evidente. Participavam do jogo político nas câmaras municipais, canal de expressão e atuação desses “homens bons”, castigavam e submetiam os escravizados a todo tipo de violência. Arbitravam conflitos entre os pequenos lavradores das fazendas obrigadas e exerciam enorme controle sobre eles, decidindo até mesmo sobre o casamento de seus filhos. Comandavam os trabalhadores livres, artesãos ou arrendatários e os agregados, não apenas no tocante às suas atividades econômicas, mas também às suas atividades políticas e sociais (CAMPOS, 2016, v.1, p.232).

A limitação da burguesia portuguesa e mentalidade aristocrática que contribuíram para a formação identitária do colonizador português, fator importante apontado por Sérgio Buarque de Holanda, também é tema presente no livro didático, que, ao analisar a burguesia ibérica, afirma que “[...] as necessidades e práticas econômicas de Portugal, e também da Espanha, esbarravam nos limites da mentalidade aristocrática, que, segundo ele, teria sido transplantada para o Brasil. Os setores artesanais e manufatureiros eram limitados tanto pela perseguição que



se fazia aos judeus como pela mentalidade que depreciava o trabalho manual” (CAMPOS, 2016, v.1, p.234). Sérgio Buarque de Holanda, no primeiro capítulo do clássico em questão, discute a situação da burguesia portuguesa e da mentalidade transplantada para o Brasil. Para o autor, “[...] a burguesia mercantil não precisou adotar um modo de agir e pensar absolutamente novo, ou instruir uma nova escala de valores” (HOLANDA, 1995, p.37), isso porque associou os princípios e tradições das classes dirigentes, ou seja, da nobreza, dos fidalgos, conservando uma mentalidade ainda medieval. E completa que essa burguesia urbana foi contagiada pela existência palaciana, seus títulos e honrarias presente entre a nobreza há séculos.

Sendo assim, o que o livro didático traz como “mentalidade aristocrática” que “depreciava o trabalho manual” traduz o que Sérgio Buarque de Holanda afirma sobre a burguesia que adota uma “concepção antiga de que o ócio importa mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor”. Desse modo, os autores dos livros didáticos dos nossos dias, fundamentados nas ideias de Holanda, continuam propagando a ideia de que os burgueses portugueses, apesadores de negros africanos e de indígenas, negociantes, financistas, eram cordiais, emotivos, preferiam a contemplação e o amor ao trabalho.

A coleção *História em debate*, de autoria de Renato Mocellin e Rosiane de Camargo, foi outra aprovada para o PNLD de 2018. Na apresentação dos livros, os autores deixam como mensagem que “a disciplina de História é repleta de informações. Elas não são dadas somente para você memorizá-las, mas também para que você possa refletir sobre elas, mudar sua vida e, conseqüentemente a sociedade em que vive” (MOCELLIN, 2016, v.1, s/n). Tal mensagem introdutória ilustra a abordagem voltada para a História Social feita pelos autores em toda a coleção. A organização dos livros segue a proposta de uma divisão por capítulos, uma imagem de abertura, em cada um deles, sobre o assunto abordado, e uma introdução para reflexão. Todo capítulo conta com um texto principal e com alguns boxes onde os principais conceitos são aprofundados; na seção *Viajando pela história*, os acontecimentos são organizados cronologicamente, ainda que em forma de texto e não de linha do tempo; conta ainda com a seção *Organizando ideias*, onde algumas questões para análise e reflexão são propostas; pesquisa e temas do cotidiano fazem parte da seção *Pausa para investigação*; e aspectos culturais relacionados ao tema do capítulo estão em *Resgate cultural*. O material é dividido em três volumes, um para cada série do Ensino Médio, com número de páginas variando de 368 a 384. O primeiro livro articula os conteúdos na temática *Terra e Trabalho*; o segundo tem como tema central *Direitos Humanos*; no último volume, *Liberdade e Igualdade* é o tema norteador. Como se trata de uma coleção que não segue a tradicional abordagem cronológica, o desafio de

buscar a formação da identidade cordial brasileira nos levou a uma análise dos dois primeiros livros.

O primeiro volume trata, ao longo dos capítulos, de questões relacionadas à propriedade da terra e suas implicações sociais, no Brasil e no mundo, faz a associação entre terra e poder, e chega nos dias de hoje com as discussões acerca da questão agrária no Brasil. Na sequência, a temática do Trabalho é inserida, com as discussões sobre todo o processo de industrialização e urbanização, da formação do movimento operário e discussões sobre o trabalho no Brasil contemporâneo. Toda a linguagem utilizada, os conceitos sociais e históricos permitem um diálogo muito próximo com os conceitos buarqueanos, necessitando, na maioria das vezes, do professor mediador para que essa conexão se faça perceptível. O terceiro capítulo, intitulado *A propriedade da terra no Brasil*, começa com uma problematização a respeito da dificuldade do acesso à terra neste país tão vasto e tão fértil; para tal, apresenta o Estatuto da Terra e faz uma série de análises e questionamentos “da parte que te cabe neste latifúndio”. Mais uma vez, o caráter de História Social fica evidente na escolha de temas feita pelos autores. Na sequência, vem uma importante construção histórica que, muitas vezes, é ignorada nos livros didáticos: a relação dos nativos com a terra e dos portugueses com suas terras antes da colonização Brasileira, o que nos permite compreender a transplantação do sistema de capitânicas e de sesmarias aqui presentes. E os autores seguem até os dias de hoje com todos os problemas envolvendo a terra no Brasil colônia, Império e República. Os autores citam as obras clássicas da sociologia brasileira como denunciadoras do problema agrário brasileiro: “Em obras que se tornaram clássicas, intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*), Caio Prado Junior (*Formação do Brasil Contemporâneo*) e Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala*) denunciaram o latifúndio como o grande responsável pelas mazelas do país” (MOCELLIN, 2016, v.1, p.88). Dessa forma, as obras dos três autores estão legitimando a problematização feita pelos autores, que também estão discorrendo aparente denúncia.

Ao tratar do Brasil Republicano, Mocellin (2016) mostra que a questão da terra iniciada com a colonização se estendeu criando problemas contemporâneos, como o domínio da vida política pelas oligarquias agrárias, já que os oligarcas eram os donos das maiores porções de terra e regulamentavam, assim, a produção agrícola brasileira e, com isso, tornavam-se detentores do controle econômico do país. Os coronéis eram os responsáveis pela acentuação da exploração e da manipulação das populações interioranas, já que fraudavam eleições, dispunham de muito poder e estabeleciam relações de mandonismo. Tal denúncia dos autores fica mais explícita e dialoga com os ideais acerca da ruralização de Sérgio Buarque de Holanda;

ao analisar o período em que o autor clássico viveu, o Brasil da Era Vargas, os autores destacam que

a maioria dos políticos e dos que controlavam o Poder Judiciário eram latifundiários ou defendiam os interesses do latifúndio. Grupo de trabalhadores organizados pressionavam o governo a cumprir dispositivos constitucionais. As dificuldades de acesso aos meios de comunicação, a repressão nos mais variados níveis e o controle do campesinato impediam avanços que conduzissem à reforma agrária. No Brasil rural, difundia-se a exploração, apesar de leis “protegerem” o homem do campo (MOCELLIN, 2016, v.1, p.130).

É interessante perceber que o trecho acima descreve o período no qual a obra em estudo, *Raízes do Brasil*, foi escrita e as dificuldades já encontradas pelo autor em romper com as relações historicamente construídas a partir do ruralismo.

No capítulo 5, *O trabalho no Brasil* até o século XIX, os autores abordam o conceito de trabalho, as relações sociais no Brasil Colonial e durante o Império. Logo na abertura, os autores definem trabalho e trazem o seguinte significado: esforço incomum, associação com algo penoso, difícil e cansativo. Em contrapartida, na concepção da sociedade capitalista, o trabalho é associado à sobrevivência e ao sustento das famílias, que dependeriam dos resultados dele.

Na sequência, um novo subtítulo traz as discussões sobre o trabalho no Brasil Colonial. Aqui, nosso recorte temporal. A relação com o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda é explícita: Mocellin (2016, v.1) diz que, no Brasil, durante os períodos colonial e imperial, é possível perceber que houve um grande desprezo pelo trabalho, principalmente o braçal. E completa que ainda é perceptível essa visão nos dias atuais, quando se percebe uma maior valorização do trabalho intelectual em detrimento dos trabalhadores ditos braçais. Para legitimar tal concepção, o autor cita Sérgio Buarque de Holanda:

Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram como ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação [...] o que predomina é a concepção antiga de que ócio importa mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor. (HOLANDA, in MICELLIN, 2016, p.130)

Já o segundo livro adota América, África e Ásia como protagonistas e a história dos três continentes é contada ao longo dos capítulos: o primeiro capítulo traz uma abordagem sobre Direitos Humanos; o segundo, a dominação da América e a visão do outro, a sequência traz a Colonização da América: exploração e resistência seguido pelo terceiro capítulo que aborda as lutas e conquistas por direitos na América. Pouco habitual nos livros essa abordagem, que não

segue necessariamente uma cronologia de fatos da História Tradicional, mas foca na evolução histórica de um continente, antes de partir para outro. A seleção dos temas também foge um pouco do que foi observado na maioria dos compêndios didáticos. O quinto capítulo traz o Imperialismo na Ásia; seguido pela África: do escravismo ao Imperialismo. No sétimo capítulo, os dois continentes voltam, ao analisar o processo de emancipação dos países, chegando aos dias atuais. Os temas abordados nos três últimos capítulos dificilmente aparecem em livros didáticos de História, estando mais presentes em materiais de Sociologia: *A era da globalização*; *Direitos Violados*; e *Conquistas nas lutas pelos direitos humanos*. Novamente, os três continentes anteriormente citados aparecem nas reflexões propostas pelos autores dentro das três últimas temáticas, permitindo ao aluno desenvolver um senso crítico e de análise do processo histórico que resultou na luta pelos direitos que muitas vezes lhe parecem inerentes. Assim sendo, podemos destacar que tal coleção parte de questões do tempo presente e procura vincular a História ao cotidiano dos alunos. A linguagem adotada é bem simples e os textos são objetivos e curtos. Ao longo dos capítulos sobre a América, seja na conquista, na colonização ou na contemporaneidade, há uma alternância entre América Espanhola, Portuguesa e Inglesa. Os autores procuram problematizar e levantam questões que exigem reflexões sobre o passado para se posicionar diante de situações do tempo presente.

Os primeiros séculos da colonização portuguesa colocam a América como protagonista e, sendo assim, a mentalidade do colonizador não recebe atenção, as tradições transplantadas para o Novo Mundo já foram temas presentes no Livro 1. Merece destaque aqui a abordagem feita a respeito da *Conquista da América Indígena*, quando os autores dizem que

Toda essa violência era justificada pela visão “religiosa” da desigualdade entre os seres humanos, por meio do qual uns eram considerados superiores aos outros, e também pela busca desenfreada por riquezas. Todo empecilho para a obtenção de riquezas deveria ser eliminado, mesmo que fosse um ser humano (MOCELLIN, 2016, v.2, p.66)

O trecho acima citado nos faz recordar da descrição do espírito aventureiro que, na obra de Sérgio Buarque de Holanda, mostra-se como um importante tipo constituinte do povo brasileiro. Contudo, a presença do pensamento buarqueano fica explícita quando os autores abordam *Trabalho e trabalhador* no tema *A empresa colonial portuguesa* e optam por uma citação do próprio autor em um box:

Aos portugueses e, em menor grau, aos castelhanos, coube sem dúvida a primazia no emprego do regime que iria servir de modelo à exploração latifundiária e monocultora adotada depois por outros povos. E a boa qualidade das terras do Nordeste brasileiro

para a lavoura altamente lucrativa da cana-de-açúcar fez com que essas terras se tornassem o cenário onde, por muito tempo, se elaboraria em seus traços mais nítidos o tipo de organização agrária que mais tarde característico das colônias europeias situadas na zona tórrida. A abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas fez com que a grande propriedade rural se tornasse, aqui, a verdadeira unidade de produção. Cumpria apenas resolver o problema do trabalho. E verificou-se, frustradas as primeiras tentativas de emprego de braço indígena, que o recurso mais fácil estaria na introdução de escravos africanos (HOLANDA apud MOCELLIN, 2016, v.2, p.89).

A citação de Sérgio Buarque de Holanda é a única parte do texto didático onde a ideia da grande propriedade monocultora, escravista e exportadora está presente no livro 2, pois já foi amplamente discutida no livro 1. De forma geral, os livros se afastam do pacifismo com o qual o brasileiro muitas vezes é retratado, pois os movimentos de resistência dos indígenas e dos escravos ganham espaço, enquanto certos conceitos típicos de uma História mais tradicional são deixados de lado pelos autores. A abordagem pelo viés da História Social facilita o diálogo com as ideias de Sérgio Buarque de Holanda e, em se tratando de um material para o Ensino Médio, as discussões são muito bem elaboradas, uma vez que está pressuposto que uma ideia genérica acerca da História já teria sido construída no Ensino Fundamental.

Ronaldo Vainfas, renomado professor e historiador brasileiro, é autor, juntamente com outros professores da Universidade Federal Fluminense, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos, da coleção *História Ensino Médio*, composta por três volumes de aproximadamente 290 páginas cada. Na apresentação dos livros aos estudantes, os autores (VAINFAS, 2016, v.1, p.3) trazem a reflexão de que muitos alegam estudar a História para compreender o presente, embora o presente possa ser compreendido por ele mesmo por meio de jornais, televisão e internet. A História, então, faria diferença por nos permitir avaliar criticamente as informações e opiniões veiculadas na mídia, e compreender melhor o presente pois nos torna capazes de avaliar criticamente a sociedade e o mundo; e além de tudo isso, conhecer o passado, outros tempos, outros modos de vida, outras sociedades.

Os livros são bem organizados e fazem uma abordagem elaborada dos fatos históricos, por meio de discussões que envolvem política, economia, cidadania e conflitos sociais. A abertura das unidades conta sempre com uma imagem e uma epígrafe, além de um quadro-resumo com os temas que serão trabalhados na unidade. As unidades são divididas em capítulos, e estes, por sua vez, iniciam-se também com uma imagem e um texto introdutório. Os livros contam com muitos boxes, com destaque para o *Conversa com o historiador*, que faz abordagem de polêmicas historiográficas, trazendo diferentes pontos de vista sobre temas estudados; destaque também para o *Investigando o documento*, que traz fontes documentais para que o aluno possa ter contato e analisar. O primeiro livro começa na Pré-história, aqui,

propositalmente, chamada de *História antes da escrita*, e segue uma linha cronológica tradicional, contemplando as sociedades do Extremo Oriente, da África e da América, o feudalismo, chegando até a Modernidade, com a expansão marítima europeia e a colonização das Américas. Já o segundo volume continua com os movimentos da Modernidade: crise do absolutismo, revoluções na Europa e no continente americano, até a expansão do mundo burguês e o Imperialismo. O último livro traz a História Contemporânea, a formação da República no Brasil, as Guerras Mundiais, Revolução Russa, ascensão dos regimes totalitários, Guerra Fria, Democracias e ditadura na América Latina e outras questões relativas ao século XXI.

No capítulo 11 da primeira obra, *Expansão marítima: em busca de riqueza*, é possível perceber a preocupação do autor em trabalhar os conceitos eurocêntricos presentes nas abordagens sobre Velho ou Novo Mundo, e mostra um pouco da mentalidade europeia que, para HOLANDA (1995, p.49) “ O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho”, ao destacar que

a riqueza material não estava dissociada da religiosidade cristã. O Outro Mundo abrigava o paraíso terrestre e fontes inesgotáveis de riqueza. Era, em resumo, um lugar de sonho, em que o europeu medieval depositava seus desejos e fantasias de abundância para compensar as misérias de seu próprio mundo (VAINFAS, 2016, v.1, p.158).

O legado de Sérgio Buarque de Holanda se faz presente na coleção também quando citam o próprio autor ao tratar do tema Império português, com sua grandeza e fragilidade. Para tal, os autores do livro caracterizam o sistema de feitorias e fortalezas construído para servir de postos militares e comerciais, apresentam um mapa com territórios portugueses espalhados pelo mundo e afirmam que

essa característica feitorial que o historiador Sérgio Buarque de Holanda atribuiu à expansão colonial portuguesa no século XVI: um vasto império que ia do Atlântico ao Oriente, passando pelos litorais africanos. Embora colocasse em contato regiões muito distantes, o império português era superficialmente colonizado. Em rigor, somente o interior do Brasil seria de fato colonizado desde meados do século XVI (VAINFAS, 2016, v.1, p.168).

Para HOLANDA (1995, p.107), o caráter da obra portuguesa no Brasil, em todos os momentos, teve mais o caráter de feitorização do que de colonização, pois qualquer obra que pudesse acarretar despesa ou prejuízo para a metrópole não convinha ser realizada, a não ser que os benefícios fossem imediatos.

A respeito da organização da sociedade no período da produção açucareira, Vainfas e seus colaboradores trazem uma fala do jesuíta Antonil, que se referiu aos senhores de engenho da seguinte forma: “O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo e ser servido, obedecido e respeitado por muitos” (ANTONIL apud VAINFAS, 2016, v.1, p.236). Para HOLANDA (1995, p.89), “Não se admira, assim, que fossem eles praticamente os únicos verdadeiros “cidadãos” na colônia”.

Sobre a iniciativa de colonização, é interessante perceber que os autores reconhecem o controle exercido pelo Estado Português, que, na concepção buarquena, foi um fator que minou as iniciativas particulares. Como anteriormente citado, em *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque de Holanda faz a diferenciação do Estado Lusitano e do Estado Espanhol no período da colonização, sendo esta popular e com predomínio do indivíduo sobre o Estado, enquanto, na portuguesa, a Coroa chamou para si todo o processo de povoamento e de colonização, e dificultou o desenvolvimento de uma burguesia moderna. Os autores didáticos parecem concordar com tal posicionamento, já que afirmam que “o monarca português transformou-se em um autêntico empresário, agraciando nobres e mercadores com concessão de monopólios de rotas comerciais e de terras na Ásia, na África e na América” (VAINFAS, 2016, v.2, p.250).

Mais adiante, ao falar de tais terras concedidas, aqui chamadas de capitânicas hereditárias, diz que tal sistema “inaugurou no Brasil um sistema de tremenda confusão entre os interesses públicos e particulares, o que, aliás, era típico da monarquia portuguesa e de muitas outras desse período” (VAINFAS, 2016, v.2, p.251). Tal confusão, típica da monarquia, estendeu-se para outras esferas de poder, especialmente as esferas locais, onde a força política, econômica e social dos senhores de engenho não encontrava obstáculos para transitar entre as esferas domésticas e públicas.

A diferenciação entre o urbano e o rural, feita por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (HOLANDA, 1995, p.87), permite-nos compreender a complexidade da transplantação das tradições rurais para a incipiente vida urbana. Para o autor, a burguesia urbana foi improvisada no Brasil e adotou atitudes que, até então, eram peculiares ao patriarcado, e que se tornaram comuns a todas as classes, como uma norma ideal de conduta. A mentalidade da casa-grande, estereotipada depois de tantos anos de vida rural, invadiria as cidades e todas as profissões, até as mais simples.

No compêndio didático, ao abordar a sociedade mineradora, no capítulo 4 do segundo livro, intitulado *O Brasil entre o ouro e a rebeldia*, os autores dizem que

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, na época do auge do ouro, um terço da população das minas se dedicava à exploração do metal precioso. Os demais estavam ligados ao comércio, à lavoura de alimentos, ao tropeirismo (transporte de mercadorias através de tropas de mulas), ao artesanato e às profissões liberais. O expressivo mercado interno e a maior centralização administrativa teriam criado em Minas Gerais uma sociedade com características urbanas, diferente das outras regiões coloniais, dominadas pelo mundo rural. Minas se distinguiria do resto do Brasil por ser uma sociedade mais diversificada e com hierarquias mais fluidas. Uma sociedade de meio “aluvial”, como bem caracterizou Sérgio Buarque de Holanda (VAINFAS, 2016, v.2, p.63).

Interessante perceber que essa sociedade de aluvião, diversificada e com uma mistura de categorias sociais, é a mesma sociedade acima retratada, que adotou a mentalidade da casa-grande e todas as confusões relativas aos espaços público e privado dela provenientes e das quais somos herdeiros.

Dos autores Cláudio Vicentino e Bruno Vicentino, a coleção *Olhares da História – Brasil e Mundo* também foi aprovada pelo PNLD 2018. Contando com três livros de aproximadamente 280 páginas, a coleção está organizada de forma cronológica e mescla História da Europa com a História do Brasil e de outros lugares. O primeiro livro se inicia na Pré-História, com os primeiros grupos humanos, chegando até o final da Idade Média ao longo de seus dez capítulos. O segundo livro, organizado em dezenove capítulos, inicia-se com as Grandes Navegações e se encerra com o fim do Segundo Reinado. O terceiro e último livro, ao passar por treze capítulos, engloba questões da História Contemporânea do Brasil e do Mundo. A proposta do livro é a compreensão da História não como um conhecimento outorgado, mas que é construído num campo onde há tensão e disputa, e nos torna capazes de compreender os dilemas contemporâneos a partir de estudo e reflexão crítica do mundo. Para tanto, os autores se valem de leituras, atividades e discussões que articulam o conhecimento histórico e a realidade vivida pelo aluno.

Para esta pesquisa, o livro 2 deverá ser analisado: está dividido em duas grandes unidades, sendo a primeira *Europa como centro do mundo*, nosso objeto de estudo. A segunda unidade, *O “longo século XIX”*, aborda este século no Brasil e no mundo. O primeiro ponto que chama a atenção é que, logo no início da primeira unidade, os autores se dedicam a mostrar que o conhecimento histórico é uma construção e deve ser assim analisado. Para os autores, na produção do conhecimento histórico, o estudioso faz uma apropriação do passado e escolhe o que e como narrar. Sendo assim, a História que temos é construída pelo trabalho de intelectuais, como historiadores, filósofos e outros pesquisadores. A respeito da construção da nação brasileira, os autores afirmam que



O grupo político, cujo projeto saiu vitorioso na independência que instaurou o Império brasileiro e livrou a região do domínio de Portugal, achava mais convincente assegurar que a nação já existia antes de ser independente, o que não é verdade. Para garantir essa versão dos fatos, os estudiosos passaram a denominar a região que viria a ser o Brasil de Brasil colônia, passando a ideia de que o período colonial seria o embrião da futura nação brasileira. No entanto, eles utilizavam referenciais (ideias e modelos) do momento em que viviam, que não existiam e nem faziam sentido para os séculos XVI, XVII e XVIII (VICENTINO, 2016, v.2, p.12).

Interessante perceber que essa fala dos autores desperta o senso crítico do leitor para a construção da ideia de Brasil. Não havia, nos primeiros séculos de colonização, a noção de Brasil, muito menos de identidade brasileira. O brasileiro era, literalmente, o comerciante de pau-brasil. A ideia de que o embrião do Brasil estava na colônia só fez sentido por quem, no futuro, estabeleceu tal conexão e construiu todo um discurso através de análises e obras, tornando, de certa forma natural, essa associação. Sérgio Buarque de Holanda foi um dos que fez essa leitura: o Brasil colônia seria o embrião do Brasil atual, e, nesta ótica, o Brasil colônia só foi possível graças aos colonizadores e toda a mentalidade ibérica transplantada. A construção de tipos ideais que marcou a obra *Raízes do Brasil* não é uma construção dos tempos das raízes da colônia, mas os tipos fazem parte de modelos e referenciais característicos do seu tempo, do tempo do autor. Mas, é claro, facilitam nosso entendimento sobre o passado, sendo uma estratégia à qual muitos recorreram. Os autores do livro didático lançam a crítica à História construída a partir de um determinado projeto vitorioso de Brasil e, interessante destacar que, apesar da manutenção da tipologia, eles demonstram uma preocupação com a desconstrução de certos modelos.

A unidade pesquisada se divide em dez capítulos. A relação entre Portugal e a América pode ser encontrada no capítulo 1 *As Grandes Navegações*; no capítulo 2 *A colônia portuguesa na América*; no capítulo 7 *Expansão e diversidade econômica na América Portuguesa*; no capítulo 8 *Sistema colonial em movimento*. Os outros capítulos tratam da *Diáspora Africana*, do *Cristianismo em transformação*, da *Colonização espanhola e inglesa da América*, do *‘Século das Luzes’ e da independência das colônias inglesas da América do Norte*.

O capítulo dois, *A colônia portuguesa na América*, traz, logo no primeiro texto, uma definição dos interesses do colonizador português:

A montagem da colônia portuguesa na região que hoje é o Brasil foi parte de um projeto que se integrava à dinâmica política, social e econômica do desenvolvimento europeu da época. As vantagens da estruturação colonial ficaram evidentes: muito poder e riqueza para uma minoria; clientelismo e vantagens limitadas para alguns; opressão e sofrimento para a maioria (VICENTINO, 2016, P.26).

A definição de clientelismo está em um box, que assim descreve “relação política ou econômica, na qual uma pessoa dotada de poder dá proteção a outras, em troca de apoio ou de serviços prestados” (VICENTINO, 2016, v.2, p.26). As práticas do clientelismo e da troca de favores vão sobreviver ao longo dos anos e se tornam essenciais nas relações sociais mais básicas do Brasil, reproduzindo-se e perpetuando-se. Essas práticas são fundamentais para a compreensão da sociedade cordial, na qual predomina a afetividade e o particularismo. Uma sociedade onde se fazia favores e se obtinha obediência.

Uma sociedade que se mantinha organizada a partir da concessão de privilégios a partir de relações estabelecidas no campo pessoal: assim a América Portuguesa começou sua organização. Para Vicentino (2016, v.2, p.26), “O primeiro passo tomado para viabilizar a colonização na América Portuguesa foi a adoção do sistema de capitâneas hereditárias [...]. Tratava-se da doação de largas faixas de terras a capitães-donatários, regulamentada pelas Cartas de Doação e forais.” Até aí, não vemos as relações pessoais e os interesses particulares prevalecendo sobre o domínio público. Mas, no box seguinte, no qual está a definição de Cartas de doação e forais, é possível perceber, ou em tom informativo, ou de crítica, conforme mediação do professor: “documentos jurídico-administrativos que estipulavam poderes, direitos e deveres. Nas Cartas, constavam os privilégios, regalias e deveres dos donatários e nos forais os detalhes fiscais do sistema” (VICENTINO, 2016, v.2, p.26).

Os autores, num texto secundário, *Vivendo naquele tempo*, destacam a presença de degredados no início do período colonial. Interessante perceber a preocupação em romper com o estereótipo de que o Brasil teria sido ocupado por bandidos. Para desmistificar tal ideia, ainda presente no senso comum, os autores explicam que os degredados não seriam criminosos, segundo critérios do presente, mas na sociedade da época haviam transgredido leis, que, hoje em dia, parecia um “exagero ou despropósito: cortar uma árvore com frutas; comprar colmeias para matar as abelhas [...]” (VICENTINO, 2016, v.2, p.30). Os autores apresentam um trecho do antropólogo Darcy Ribeiro, que atribui aos degredados as primeiras formas de mestiçagem e de formação do povo brasileiro:

Primeiro, junto com os índios nas aldeias, quando adotam seus costumes, vivendo como eles, furando os beiços e as orelhas e até participando dos cerimoniais antropofágicos, comendo gente. Então, aprendem a língua e se familiarizam com a cultura indígena. Muitos gostaram tanto, que deixaram-se ficar na boa vida de índios, amistosos e úteis. Outros formaram unidades apartadas das aldeias, compostas por eles, suas múltiplas mulheres índias, seus numerosos filhos, sempre em contato com a incontável parentela delas (RIBEIRO in VICENTINO, 2016, v.2, p.30).

As relações entre degredados e indígenas são das primeiras que se estabelecem na América Portuguesa. E, lá nas raízes do Brasil, a narrativa construída pelos autores do livro didático ameniza os crimes cometidos pelos degredados, mostra a grande capacidade de adaptação destes portugueses aos costumes indígenas e destaca a vida boa e amistosa dos nativos. Esses elementos também contribuem para a construção da cordialidade em terras brasileiras, ainda no século XVI.

A diversidade da população brasileira é um ponto lembrado pelos autores no texto sobre *A sociedade açucareira*, que, apesar de destacarem os diferentes tipos de família, que se afastavam do modelo patriarcal, descrevem tal sociedade com uma rigidez social e pouca mobilidade. Mas, chama atenção para o lugar das mulheres: entre a elite colonial, as mulheres administravam as casas, onde se mantinham recolhidas e controlavam os escravos. Essas mulheres da elite “muitas vezes comandaram engenhos, outras estiveram à frente de atividades comerciais e não eram raras as reações à dominação masculina com pedidos de separação” (VICENTINO, 2016, v.2, p.33). Em outros grupos sociais, fora da elite, a sujeição feminina e o predomínio masculino eram menos efetivos, por exemplo, nas famílias africanas escravizadas, entre os indígenas, e outros. “Para além da organização familiar típica dos senhores de engenho, havia um mosaico variado de estruturas familiares entre a população colonial” (VICENTINO, 2016, v.2, p.33). Entretanto, entre a elite, o caráter tipicamente patriarcal foi predominante. O patriarcalismo ganha destaque e, inclusive, um box no texto principal com seu significado tradicional. Ao descrever o poder da aristocracia, os autores dizem que “expandia-se pelas vilas, dominando as câmaras municipais e muito da vida colonial. Esse poder refletia-se também no âmbito privado, já que os senhores eram obedecidos e temidos como chefes” (VICENTINO, 2016, v.2, p.33). O patriarcalismo aqui citado e o mandonismo anteriormente citado evidenciam uma sociedade na qual o poder da elite extrapolava a esfera política, mostrando-se pessoal e arbitrário. Nas câmaras municipais, os vereadores “eram todos grandes proprietários de terras, conhecidos como ‘homens bons’. Somente eles podiam votar e ser votados. [...] A maioria da população, portanto, não participava da administração” (VICENTINO, 2016, v.2, p.35).

Ao longo do capítulo 7, *Expansão e diversidade econômica na América Portuguesa*, os autores procuram evidenciar os conflitos existentes, destacando a resistência nativa, desconstruindo a visão heroica do bandeirante, mostrando a reação diante da invasão holandesa, a grande diversidade de produtos cultivados na colônia em paralelo à indústria açucareira, a desconstrução de ideias tradicionalmente apresentada por muitos historiadores também se mostra uma preocupação, especialmente no que diz respeito às mulheres, à passividade indígena

e à economia interna em tempos de escravidão. Para discutir tais assuntos, os autores procuram trazer pontos de vista diversos de historiadores consagrados como Caio Prado Junior e Fernando Novais, entre outros.

No capítulo 8, *A colonização espanhola e inglesa da América*, ao construir a narrativa sobre a dominação da Espanha, o autor não deixa de comparar com a América portuguesa na questão do desenvolvimento urbano, assunto lembrado por Sérgio Buarque de Holanda quando apresenta a dicotomia urbano x rural ou ladrilhador x sementeiro. Sob o título “A apropriação do espaço urbano”, Vicentino (2016) diz que os espanhóis não apenas fizeram uso da violência física, mas contaram com outros mecanismos, tais como a imposição da fé cristã e dos hábitos europeus, que se somaram à destruição de objetos e de templos indígenas e à renomeação de terras e locais para a subjugação das populações nativas. Como os espanhóis encontraram cidades sofisticadas, com templos e organização política e religiosa, foi preciso se apropriar deste espaço. A comparação com a ruralização da América Portuguesa surge quando os autores destacam que

A fundação de cidades na América espanhola desenvolveu-se precocemente (ao contrário da América portuguesa, na qual a urbanização só foi expressiva a partir do século XVIII, notadamente na área mineradora, como veremos). Nas palavras do historiador Richard Morse, a fundação de uma cidade era um ato litúrgico, que santificava a terra recém-apropriada. Mais que um mero exercício de cartografia, o planejamento urbano era um veículo para o transplante de uma ordem social, política e econômica, e exemplificava o “corpo místico” que estava no centro do pensamento político ibérico (VICENTINO, 2016, v.2, p.113).

Sobre as cidades portuguesas, Sérgio Buarque de Holanda afirma que, enquanto os espanhóis teriam construído suas cidades sobre as cidades indígenas, com planejamento e uma preocupação em subjugar o povo nativo, as cidades portuguesas se misturavam à natureza com a falta de planejamento e método.

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo” (...) (HOLANDA, 1995, p.110).

Outro ponto de convergência entre o livro didático e a obra em questão diz respeito à colonização inglesa na América do Norte. A comparação entre a colonização promovida pelos puritanos e a colonização ibérica é uma constante na obra de Sérgio Buarque de Holanda, que toma os primeiros como exemplos da racionalidade enquanto os outros, como já dito, são dotados da afetividade. Para o autor clássico, o desenvolvimento das colônias inglesas, com

toda racionalidade proveniente do puritanismo, levou a uma organização praticamente espontânea dos colonos, que tomaram para si a responsabilidade pelo êxito da empreitada. Enquanto os portugueses deixaram-se organizar por uma força externa proveniente da Coroa, que impossibilitou uma livre associação.

Foi essa mentalidade, justamente, que se tornou o maior óbice, entre eles, ao espírito de organização espontânea, tão característica de povos protestantes, e sobretudo de calvinistas. Porque, na verdade, as doutrinas que apregoam o livre-arbítrio e a responsabilidade pessoal são tudo, menos favorecedoras da associação entre os homens. Nas nações ibéricas, à falta de racionalização da vida, que tão cedo experimentaram algumas terras protestantes, o princípio unificador foi sempre representado pelos governos (HOLANDA, 1995, p.38).

No livro didático, tal ideia pode ser encontrada quando os autores lembram que “a ocupação da América do Norte pelos ingleses distinguiu-se da colonização ibero-americana em vários aspectos. Na América do Norte, o processo de colonização ocorreu mais tarde (...) e teve um caráter parcialmente espontâneo” (VICENTINO, 2016, v.2, p.115). E a comparação continua mais adiante, quando os autores analisam o tipo presente na colonização das terras do norte do continente:

A criação de companhias de comércio na Inglaterra, nas quais o Estado apoiava a burguesia nacional, fortaleceu o grupo que tomaria a frente no estabelecimento de colônias no novo mundo. Fatores políticos (...) e culturais – como o desenvolvimento de uma pequena burguesia com forte iniciativa econômica associada ao individualismo espiritual da teologia protestante – também foram importantes para a colonização da América Inglesa. A Inglaterra ofereceu poucos recursos para promover a colonização, exigindo muito empenho dessa pequena burguesia (VICENTINO, 2016, v.2, p.115).

Em outros momentos do livro, como no box *Vivendo naquele tempo*, ainda sobre a colonização da América Inglesa, ao descrever a vida dos primeiros colonos, os autores descrevem que a “A organização das famílias era patriarcal, isto é, centrada no poder do marido/pai. (...) A família era o centro das relações sociais e religiosas nas comunidades. (...) O trabalho era um princípio fundamental para a religião puritana, por isso, nas colônias não havia muito espaço para o lazer” (VICENTINO, 2016, v.2, p.117).

A conclusão de tal comparação entre as formas de colonização, que ilustra bem a presença dos tipos ideais criados por Sérgio Buarque de Holanda para ilustrar e contrapor as duas formas de organização da sociedade, pode ser percebida no encerramento do texto principal do mesmo capítulo, quando afirma que “A grande diferença entre ingleses e ibéricos em seus domínios americanos consistiu na forma como as Coroas metropolitanas se impuseram

no processo de colonização. Diferentemente dos espanhóis e portugueses, a Coroa inglesa não exerceu uma fiscalização colonial intensiva no século XVII (...)” (VICENTINO, 2016, v.2, p.117).

No capítulo 9, *Sistema colonial em movimento*, cujo objetivo é trabalhar a sociedade mineradora, uma reflexão acerca das *Estruturas de poder e sociedade colonial* aparece como primeiro texto a ser discutido. E, novamente, é possível estabelecer um diálogo com a obra de Sérgio Buarque de Holanda. O autor clássico fala da transplantação de elementos ibéricos medievais para a organização das terras em além-mar. Lembrando, como já foi anteriormente citado nesta pesquisa, que, para Holanda (1995), houve uma tentativa de implantação da cultura europeia em um território de condições adversas e estranhas à sua tradição. E que as instituições e ideias aqui presentes trouxeram formas de convívio de países distantes para se manterem num ambiente desfavorável e hostil.

Os autores dos livros didáticos permitem que tal reflexão seja feita com os alunos a partir da mediação do professor, quando apresenta que

Em alguns aspectos da colonização empreendida na América, houve uma transposição de mecanismos político-administrativos que vigoravam na Europa. (...) Com o desenvolvimento da colonização, esses mecanismos foram se ajustando às necessidades dos grupos locais. A monarquia e as elites negociavam cargos, recompensas, favores e poderes para a imposição de seus interesses e autoridade (VICENTINO, 2016, v.2, p.122).

Interessante perceber aqui como os autores apresentam também a confusão dos espaços público e privado de forma nem tão pouco sutil, ao colocar que as autoridades existentes na colônia sempre negociaram favores e cargos garantindo sua permanência. Tal forma de organização política-administrativa se opõe ao Estado Moderno descrito por Sérgio Buarque de Holanda, cuja cordialidade nos impediria de alcançar.

Um último ponto a ser analisado mostra uma preocupação dos autores didáticos com os movimentos sociais brasileiros. Vicentino (2016) afirma que a contestação da ordem vigente nem sempre partiu das classes subalternas, tendo resultado também da ação das elites coloniais que, ao demonstrarem descontentamento em relação a aspectos da administração colonial, manobravam forças sociais, conseguindo apoio popular, cujas metas e projetos não coincidiam com as da ordem elitista. Tal ideia é compatível com a análise que Sérgio Buarque de Holanda faz, no terceiro capítulo do seu livro, acerca do abolicionismo no Brasil, que, ao final do Império, mobilizou filhos da elite escravocrata num movimento que desmontava a base sobre a qual sua sociedade estava consolidada.

Também está presente, no PNLD 2018, uma coleção de autoria de Gilberto Cotrim, *História Global*, também em três volumes, todos eles com quatro unidades temáticas. O primeiro volume se inicia com uma reflexão sobre tempo e história e parte da Pré-História, seguindo por uma abordagem cronológica até a Idade Moderna, com a expansão europeia e a conquista da América. O segundo livro se inicia com um capítulo sobre o Mercantilismo e colonização e discute os temas relacionados ao Brasil colonial e imperial, chegando até o século XIX, quando se volta para a Europa e o Imperialismo. A última parte da coleção traz temas consagrados na contemporaneidade no Brasil e no Mundo, tais como globalização, guerras mundiais, república no Brasil. Para uma análise acerca dos primeiros séculos da Idade Moderna, quando se inicia a colonização da América Portuguesa, utilizaremos os dois primeiros volumes da coleção didática. Todos os livros seguem uma estrutura semelhante à dos livros anteriormente citados, com imagem de abertura, epígrafe que se relaciona ao tema e à imagem, questões para reflexão e levantamento de conhecimentos prévios. Vale destacar a grande quantidade de mapas utilizados para complementação do conteúdo, além de boxes que trazem discussões da historiografia recente; todos os capítulos contam com um breve texto-síntese a respeito do tema trabalhado e o texto principal, que se divide em subtítulos e, quando comparado a alguns dos outros livros, é bem denso de conteúdo. A última seção, chamada *Oficina de História*, é onde se encontram as atividades, desde as questões-testes até as que pretendem desenvolver senso crítico e reflexão nos alunos. A coleção apresenta uma linguagem muito simples e alguns assuntos são bem reduzidos na abordagem do autor.

No primeiro livro, o capítulo intitulado *A conquista da América*, apresenta, logo no início, uma citação de Sérgio Buarque de Holanda para tratar do contato entre europeus e nativos. Diz que o contato entre esses povos teve profundo impacto sobre ambos e que Sérgio Buarque de Holanda afirmou que “a conquista da América representou o confronto de duas humanidades diversas, tão heterogêneas, [...] que não deixa de impor-se entre elas uma intolerância mortal” (COTRIM, 2016, v.1, p.249).

No decorrer do capítulo, o autor analisa a resistência dos nativos, mas destaca toda a violência bélica e cultural utilizada pelo europeu no processo de conquista. Os indígenas e o continente recém-descoberto despertavam a curiosidade dos europeus e grupos diversos – conquistadores, aventureiros, religiosos e estudiosos – interessaram-se em conhecer as formas de vida na América. “Muitos europeus acreditavam que os ameríndios eram seres inferiores e que, por isso, podiam ser submetidos sem culpa” (COTRIM, 2016, v.1, p.56). O autor segue abordando a questão bárbaro e civilizado e despertando o aluno para uma análise crítica a

respeito da barbárie com um texto de Michel de Montaigne, escrito no século XVI, que, àquele momento, questiona a noção eurocêntrica de civilização.

O segundo livro da coleção de Gilberto Cotrim traz o primeiro capítulo, *Mercantilismo e colonização*, voltado para os primeiros anos de ocupação da América Portuguesa. Uma discussão sobre a política econômica mercantilista marca o início do capítulo, mostrando a montagem do “sistema colonial”. As expedições de reconhecimento, bem como a atividade de escambo do pau-brasil e a utilização da mão-de-obra indígena, estão na sequência. Nesse momento, chama a atenção para uma característica típica da ocupação portuguesa a qual Sérgio Buarque de Holanda atribuiu a organização litorânea e a dificuldade em se firmar núcleos de povoamento. Cotrim (2016) diz que, devido ao caráter predatório da extração do pau-brasil, havia a necessidade de que os exploradores se deslocassem pelas matas do litoral à procura de mais madeira. Por essa razão, essa atividade não deu origem a núcleos significativos de povoamento, apenas construindo feitorias em pontos da costa onde a madeira fosse mais abundante.

Sobre a escravização indígena, é interessante chamar a atenção para o comportamento do colono português, que, segundo o autor, burlava as normas oficiais sobre a “Guerra Justa”, alegando ataque ou ameaça dos indígenas. A característica do colono que pode ser observada aqui é o não cumprimento das leis afim de tirar proveito e levar vantagens diante da possibilidade de obter mão-de-obra escrava burlando a guerra autorizada pelo governo português.

A característica de centralização política apontada por Sérgio Buarque de Holanda como um fator de dificuldade para o desenvolvimento autônomo da colônia e a livre associação dos colonos, pode ser percebido no box *Alternâncias na administração*, no qual o autor aponta para as pesquisas historiográficas que indicam que a tendência de centralização e de descentralização se alternaram na história do Brasil. Para Cotrim (2016), a centralização seria praticada quando a metrópole precisava controlar e fiscalizar melhor a colônia, enquanto a descentralização ocorria para ocupar regiões despovoadas, impulsionar o desenvolvimento local e adaptar o governo às necessidades dos colonos.

A coleção *História, Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior, como todas as outras, é dividida em três volumes, cada um com quatro unidades temáticas seguindo uma História cronológica e evidenciando aspectos políticos e econômicos da sociedade. O primeiro livro tem início com os primeiros agrupamentos humanos, passa pela Antiguidade e chega até o início da Modernidade. O segundo livro traz um recorte temporal que vai da chegada dos europeus no continente americano até o século XIX, com ênfase na história da Europa e da



América. O último volume continua o século XIX chegando até os dias atuais. A proposta do autor é mostrar que o conhecimento histórico é resultado da interpretação de fontes a partir de um processo científico; para isso, articula fontes diversas, textos e atividades e destaca os princípios éticos na abordagem da diversidade étnico-racial, bem como da pluralidade cultural e social. Ainda convém destacar a abordagem voltada para o público juvenil, com questionamentos pertinentes e de fácil compreensão, levando a uma problematização-histórica. Para este trabalho, utilizaremos o segundo volume.

A abertura da primeira unidade do livro, chamada *Nós e os outros: a questão do etnocentrismo*, traz uma reflexão sobre etnocentrismo a partir da análise de diferentes fontes atuais e problematiza com os alunos sobre a utilização de expressões corriqueiras, cujos significados nos remetem a um posicionamento etnocêntrico frente ao diferente. No primeiro capítulo da unidade, *América Indígena*, o autor traz, de forma muito dinâmica, os diferentes povos que habitavam o continente americano, Astecas, Maias, Incas e indígenas das terras onde hoje é o Brasil e, para isso, utiliza muitas imagens, mapas e tabelas que tornam o conteúdo muito chamativo para o público jovem, pois além de todos os recursos utilizados, a problematização requer do professor uma mediação para que o ensino crítico exista. A exemplo da questão das terras indígenas, colocadas como uma proposta de diálogo para que o aluno reflita sobre a atual condição das terras indígenas e a construção da conquista pelos espanhóis. A resistência indígena ganha destaque, bem como os problemas contemporâneos deste povo. Ao final do capítulo, algumas páginas com exercícios relacionados e destinados ao ENEM ou a outros vestibulares encerram o capítulo. Destaque aqui para a fonte utilizada, maior do que o observado em outros livros, o que facilitava a leitura e se tornava mais atrativa para os alunos e, também, para as muitas sugestões de vídeos e documentários em vários momentos do livro. Todos eles de curta duração, podendo ser utilizado pelo professor em sala de aula e visto pelos alunos para complementação do conteúdo.

O capítulo 2 *Colonizações: espanhóis e ingleses na América* é interessante porque começa a descortinar o que estamos procurando na pesquisa. O tema começa a ser trabalhado a partir de uma citação de Janice Theodoro, já citada no livro anterior, de Gilberto Cotrim, que faz um recorte para descrever o colonizador:

O colonizador, como se fosse um escultor, talhou a América na forma em que havia imaginado. Destruía pirâmide para construir igrejas, derrubava habitações para obter o desenho da praça ou o traçado desejado para as ruas, jogava pedras nos canais para que os cavalos pudessem circular melhor na cidade. Reconstituía-se tudo o que era possível para que o núcleo urbano lembrasse a Europa (BOULOS JUNIOR, 2016, v.2, p.32).

Após tal descrição, o livro traz uma fotografia da Igreja e Convento de Santo Domingo del Cuzco, em Cuzco, no Peru. A ideia é o que professor ajude a o aluno a construir as relações necessárias para que a intenção dos espanhóis seja observada, bem como todos os conhecimentos prévios dos alunos sejam apresentados. A construção das cidades espanholas, bem como a comparação do processo de ocupação do espaço urbano foi trabalhada por Sérgio Buarque de Holanda no capítulo, de *Raízes do Brasil, O ladrilhador e o semeador*, no qual compara a colonização portuguesa e espanhola e estabelece a questão da fundação de cidades como um dos principais pontos de divergência.

Para muitas nações colonizadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram. (...) Em nosso próprio continente a colonização espanhola caracterizou-se largamente pelo que faltou à portuguesa: (...) a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados. (...) o próprio traçado dos centros urbanos na América espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato definido da vontade humana (HOLANDA, 1995, p. 95-96).

A intenção do autor com tal atividade é que os alunos percebam a intenção do colonizador espanhol com a construção das cidades e como o processo se deu. Cabe ao professor fazer a mediação necessária para que os alunos consigam comparar com a colonização na América Portuguesa. O capítulo segue com muitas informações, imagens e fotografias a respeito da América Espanhola, apresenta as razões da conquista, a econômica colonial, trabalho compulsório, agricultura, controle da metrópole sobre a colônia, entre vários outros subtemas. Chama a atenção à descrição feita sobre o colonizador espanhol, que, segundo o livro didático, “a colonização da América espanhola foi impulsionada por nobres sem fortuna, comerciantes, aventureiros e pelos reis da Espanha, ou seja, por interesses públicos e privados, e se insere no contexto do mercantilismo” (BOULOS, 2016, v.2, p.38). O capítulo segue para a ocupação da América Inglesa, apresenta os diferentes colonos que ocuparam a porção norte do continente, apresenta os indígenas em um box e segue para a organização das Treze Colônias. Assim como os outros capítulos, um conjunto de atividades faz o encerramento.

O terceiro capítulo da unidade em questão, nomeado *A América portuguesa e a presença holandesa*, é iniciado com uma problematização a partir de imagens sobre a produção açucareira e segue abordando do escambo à colonização. Ao falar sobre a instalação do Governo-Geral, o autor destaca que, na expedição de Tomé de Souza, vieram com ele “cerca de mil pessoas: um arquiteto, vários pedreiros, carpinteiros, degredados, funcionários, soldados e jesuítas chefiados por Manuel da Nóbrega” (BOULOS, 2016, v.2, p.55) E apresenta, em destaque, uma definição para degredado, que ajuda os alunos a desmistificar uma ideia

difundida no senso comum a respeito de assassinos que teriam vindo colonizar o Brasil. Sobre os degredados, o autor diz “pessoa expulsa de Portugal sob a acusação de pequenos furtos, promessas de casamento não cumpridas, adultério, feitiçaria. Conforme afirmou o historiador Ronaldo Vainfas: ‘[...] A imagem dos degredados como grandes assassinos ou perigosos ladrões não resiste, assim, às evidências da documentação’” (BOULOS, 2016, v.2, p.55).

Interessante perceber outra preocupação do autor em romper com certas ideias enraizadas na sociedade brasileira: ao falar sobre o funcionamento e organização das Câmaras Municipais, o autor destaca para o fato de que

estudando as câmaras municipais de Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, descobriu-se que essas câmaras eram formadas não só por proprietários de terras, mas também por comerciantes. Descobriu-se também que, para um indivíduo ser vereador era preciso ter “pureza de sangue”, ou sejam não podia descender de negros, judeus ou mouros (BOULOS, 2016, v.2, p58).

O autor não para por aí em romper certos padrões estabelecidos nos estudos sobre o Brasil Colonial. Num box intitulado *Para saber mais*, ele utiliza as pesquisas da professora Sheila de Castro Faria para romper com a ideia do monopólio estabelecido pelo pacto colonial e apresenta um dinamismo comercial poucas vezes retratado:

[...] No lugar da imagem de colonos engessados pela metrópole, vem à tona um grande dinamismo nas relações comerciais dos principais portos do Brasil com o rio da Prata, no sul da América, com Costa da Mina, Angola e Moçambique, na África e com Índia, Goa e Macau na Ásia. [...] Colonos do Brasil, portanto, comercializavam diretamente com outras regiões, furando a ideia de “pacto colonial”. Por outro lado. Os comerciantes que forneciam escravos para o Brasil no século XVIII negociavam diretamente com traficantes e chefes locais na África. Eram esses comerciantes, residentes no Brasil, que [...] detinham o monopólio do lucrativo tráfico negreiro – e não a metrópole (FARIA apud BOULOS, 2016, v.2, p.63).

O autor procura destacar a complexidade da sociedade colonial, uma vez que as diferentes regiões econômicas tinham sociedades com características próprias. Contudo, apesar das distinções, duas características são apresentadas como sendo presentes em todo território: “a escravidão e uma hierarquia excludente que garantia direitos, poder e prestígio a poucos” (BOULOS, 2016, v.2, p.63). Ao apresentar o dinamismo da sociedade e diferentes grupos exercendo inúmeras e distintas atividades, o autor foge da visão convencional e tradicional que entende a América Portuguesa distante da vida comercial, sem mercado interno, e que vê o suposto atraso brasileiro como consequência de tal condição.

A coleção *#contato História*, escrita por Marco Pellegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg, segue o padrão de divisão cronológica já observada na maioria dos compêndios.

Dividida em três volumes, inicia o primeiro de suas doze unidades com uma reflexão sobre o significado da História e segue para temas relacionados à Pré-História, Antiguidade e chega ao período de transição da Idade Média para Modernidade, apresentando o período do Renascimento e os povos da África e América. O segundo volume segue a temporalidade apresentada, introduzindo *O nascimento da Europa Moderna* e chega à décima segunda unidade com *O Império do Brasil*. É um volume cujo recorte temporal abrange a Modernidade Europeia, a Colonização da América e as Revoluções que iniciam a Contemporaneidade. O último volume apresenta, ao longo das doze unidades que o compõem, os temas comumente abordados na História Contemporânea do Brasil e do Mundo.

*A conquista e colonização portuguesa na América* é o título da unidade 5 do segundo volume, que aqui será estudada. Na abertura, uma fotografia do Forte dos Reis Magos é apresentada e uma reflexão sobre os temas que serão apresentados ao longo da unidade é feita, embora fique muito superficial e desencontrado o diálogo entre a imagem e a reflexão proposta. A unidade segue abordando o início da colonização, a exploração do pau-brasil, apresenta uma linha do tempo auxiliar à compreensão cronológica do período e parte para uma abordagem de temas relacionados à política, como capitânicas hereditárias e Governo-geral. Após isso, os indígenas aparecem e a relação conflituosa com os portugueses é tema de um texto e de um pequeno box que analisa as formas de resistência indígena. Uma atenção é dada à questão da antropofagia, para a qual o livro didático apresenta um questionamento historiográfico sobre a existência ou não dos rituais antropofágicos, apresentando o texto de um antropólogo que afirma não poder confiar na documentação disponível acerca de tal prática. O autor segue abordando a catequização dos indígenas; a presença de franceses no território brasileiro; a vinda de africanos e a escravidão no mercantilismo; chega aos engenhos de açúcar e nos holandeses no Nordeste e, para encerrar, aborda a sociedade colonial urbana.

Os primeiros povoadores portugueses são descritos no livro didático como sendo “em sua maioria, aventureiros, traficantes de madeira e de animais, náufragos e criminosos condenados ao degredo como punição por algum delito” (PELLEGRINI, 2016, v.2, p.100) e o autor continua falando sobre a capacidade de adaptação já citada por Sérgio Buarque de Holanda quando diz que “essas pessoas se inseriram nos grupos indígenas com os quais estabeleciam contato, adaptando-se aos seus costumes e constituindo famílias mestiças ao se casarem com mulheres indígenas” (PELLEGRINI, 2016, v.2, p.100). Sérgio Buarque de Holanda fala sobre tal característica portuguesa ao citar a “plasticidade social: a ausência completa, ou praticamente completa, entre eles, de qualquer orgulho de raça” (HOLANDA, 1995, p.53). Para ele, os portugueses eram “em parte, e já no tempo de descobrimento do Brasil,

um povo de mestiços” (HOLANDA, 1995, p.53). Não é à toa que os autores trazem os jesuítas, os indígenas, os franceses, os africanos, os holandeses, a elite urbana, os membros da igreja, as pessoas livres e as mulheres como os “tipos” responsáveis pela formação do Brasil.

A coleção *Por Dentro da História*, de Pedro Santiago, Célia Cerqueira e Maria Aparecida Pontos, está organizada em três volumes e apresenta temas voltados para a História do Brasil, da América, da África, da Ásia e da Europa. Todos os volumes dividem-se em três unidades compostas por capítulos que se distribuem em cerca de 380 páginas. O primeiro volume traz as unidades *O mundo antigo*, *Culturas em conflito* e *A expansão do mundo ocidental*. No segundo volume, as unidades são *A invenção da liberdade*, *A conquista da autonomia* e *Tempos burgueses*. Na última parte, encontramos *O mundo em Guerra*, *Em clima de guerra fria* e *A hegemonia capitalista*. O professor é tido como um importante instrumento para a orientação do trabalho em sala de aula, principalmente nas propostas de intervenção envolvendo a escola, a família e a comunidade. O material traz temas contemporâneos, tais como as discussões acerca dos direitos humanos e das desigualdades sociais. A parte gráfica é atrativa aos alunos, uma vez que apresenta um material bem diversificado de charges, imagens, fotografias, músicas, entre outros. A indicação de sites ao longo dos livros também é algo que leva o conteúdo para uma realidade mais presente no cotidiano dos alunos.

Para este trabalho, tomaremos, inicialmente, o livro 1, destinado ao primeiro ano do Ensino Médio. A unidade III do primeiro livro, *A expansão do Mundo Ocidental*, apresenta o primeiro contato entre os europeus e o continente americano. Ao longo dos capítulos, apresenta a expansão marítima, os povos da América, a disputa pelas terras americanas, a escravidão, as diferentes colônias europeias no continente americano e a montagem da economia açucareira.

No capítulo 19, *América Portuguesa: os primeiros passos*, o autor procura estabelecer uma relação entre *Fé e riqueza*, que leva a uma descrição dos primeiros relatos produzidos sobre a América, que “mostravam-na como um lugar de água e comida fartes, uma espécie de paraíso terrestre. Outros, porém, relatavam o território como algo semelhante ao inferno ou purgatório” (SANTIAGO, 2016, v.1, p.234). O autor justifica tal pensamento pela imagem do nativo nu, pelos hábitos considerados estranhos, tal como a antropofagia e que, diante de tal cenário, o objetivo dos europeus seria transformar a América em um lugar com o ideal cristão imperasse. Partindo de tal perspectiva, muitos degredados teriam sido enviados à América para serem regenerados e purificados de seus pecados. Sobre eles, o autor diz “conhecidos como lançados, eles foram responsáveis, juntamente com militares e comerciantes por estabelecer os primeiros contatos com os povos nativos e abrir as portas para a colonização das terras americanas” (SANTIAGO, 2016, v.1, p.234).

E o autor continua, como já observado em outros livros didáticos, a falar da capacidade do português em se adaptar à nova terra e aos seus habitantes. Chama os lançados de “quase índios” em um texto que ocupa um box de destaque. Segundo o texto, os guerreiros indígenas, apesar de representarem um empecilho para a fixação do europeu, tinham o hábito de incorporar pessoas distantes e mesmo inimigos à sua comunidade, e teria sido dessa forma que muitos pioneiros portugueses sobreviveram na América, assumindo costumes locais, constituindo famílias e “nessa condição de ‘quase índios’, muitos deles tornaram-se fundamentais para a conquista portuguesa, ao facilitar o contato com os povos nativos e apresentar o território aos recém-chegados” (SANTIAGO, 2016, v.1, p.234).

Outro capítulo analisado é o 21, *América Portuguesa: a terra da monocultura*. Nele, o autor descreve todo o processo de implantação da indústria açucareira e problematiza ao atribuir a origem da atual estrutura fundiária do país ao sistema de sesmarias, que, segundo a maior parte dos especialistas, foi o responsável pela concentração de grandes propriedades nas mãos de poucos. Descreve a família patriarcal e, apesar de expor os diferentes tipos de família, como a dos escravos africanos, das mulheres que viviam com seus filhos, das famílias de padres e suas amasiadas e filhos, aponta para a família dos senhores como sendo uma das mais típicas e legitimadas pela Igreja: uma família extensa, composta por marido, esposa, filhos, parentes e agregados, na qual o

homem detinha todo o poder. Comandava desde os negócios até os destinos dos demais membros da família (...). O papel destinado à mulher era o da submissão ao homem e da reclusão ao lar, comandando os serviços domésticos executados pelos escravos, além de cumprir o papel de mãe. Guardadas, protegidas, deveriam passar do domínio do pai para o do marido (SANTIAGO, 2016, v.1, p.256).

Porém, o autor apresenta que os historiadores transformaram a sociedade formada em torno da produção do açúcar na mais tradicional da colônia, no modelo, pois as pessoas de tal sociedade detinham o maior poder político, econômico e social da colônia. Sérgio Buarque de Holanda pode aqui ser lembrado ao afirmar que a estrutura social rural, constituída a partir da família patriarcal dos engenhos, será adaptada para o meio urbano, mantendo todo o personalismo e os valores morais do meio rural.

O livro traz uma atividade no box *Debatendo a História* a respeito da colonização portuguesa, utilizando como suporte um fragmento de *Raízes do Brasil*. Intitulado *Visões do Brasil*, o texto diz que

Sérgio Buarque de Holanda é considerado um dos principais historiadores brasileiros (...) ao contrário de Gilberto Freyre, entretanto, via com reticências o português que por aqui se aventurou: não passava de um semeador, preso ao litoral e, intencionalmente, pouco preocupado com o desenvolvimento das atividades intelectuais. Mesmo assim, Sérgio Buarque estava muito distante de desmerecer o empreendimento lusitano (SANTIAGO, 2016, v.1, p.258).

A proposta de tal atividade segue com uma citação a respeito da colonização retirada de *Raízes do Brasil* e levanta questões para que o aluno reflita a respeito da visão histórica construída: como o autor acredita que ocorreu a colonização, quais os olhares propostos sobre o passado e sobre o presente e como o aluno interpreta tal acontecimento. A atividade permite ao professor mediar a reflexão e fazer com que o aluno faça reflita a respeito da visão negativa acerca da colonização ibérica que está perpetuada no senso comum.

Mais adiante, no mesmo livro, o autor destina um capítulo para tratar da *Colonização espanhola, inglesa e francesa*. Um texto chamou a atenção por se tratar da herança colonial, e atribuir à tal herança a origem da corrupção presente nos dias de hoje. A seguir, a reprodução do texto na íntegra:

Corrupção: outra triste herança: Em toda a América existem péssimas heranças deixadas pela colonização. Na parte latina, a corrupção que marca a política de muitos países pode ser creditada a esse legado.

Os governantes coloniais, portugueses ou espanhóis, consideravam o Estado sua propriedade, um instrumento para garantir seus privilégios e suas riquezas – a instituição nunca foi vista como voltada para o bem-estar de todos.

Em meados da década de 2010, por exemplo, no Brasil, ocorreram intensas denúncias de corrupção por grupos ligados ao governo, como no caso da Petrobras, relacionado à administração federal, e da companhia de trens (CPTM), vinculada ao governo de São Paulo.

A corrupção freia o crescimento econômico, impede a consolidação da democracia, perpetua a pobreza e amplia as desigualdades. (SANTIAGO, 2016, v.1, p.279)

A descrição nada mais é do que o que Sérgio Buarque de Holanda procura demonstrar no espírito do colonizador português e como ele se faz presente na sociedade moderna, uma vez que toda ordem social vigente teria sido assentada sobre o personalismo, o patriarcalismo e a autoridade dos senhores de terra, fazendo com que ordem do mundo rural e seus padrões de convívio fossem estendidos ao meio urbano, perpetuando a tal “mentalidade da casa-grande” em todos os espaços de interação.

No segundo livro, a atenção foi para o capítulo *Os colonos da América Portuguesa em revolta*, que evidencia a relação entre colonização e violência. Os autores fazem uma reflexão a respeito da diversidade da colônia e da violência utilizada como meio mais eficaz para a manutenção da ordem nas colônias portuguesas, e que, apesar de todo controle exercido pela Coroa, tanto escravos quanto colonos encontraram formas de se opor e de escapar da dominação

imposta. Foi o caso das inúmeras revoltas escravas, mas também foi o caso da Revolta de Beckman no Maranhão ou dos Mascates em Pernambuco, ambas lutando contra as normas impostas pelo governo metropolitano ou contra a falta de liberdade política.

A coleção *História: passado e presente*, elaborada por Gislane Azevedo, é organizada em três volumes, cada um dividido em quatro unidades. A proposta dos autores é fugir um pouco da abordagem convencional e trabalhar com os alunos temáticas contemporâneas a partir de conceitos históricos. Todos os livros contêm, em média, 280 páginas, nas quais as unidades conceituais integram a História do Brasil, da América, da Europa, da África e da Ásia. As unidades adotam como base alguns conceitos historicamente construídos que permitem a compreensão do mundo contemporâneo: conhecimento e criatividade; urbanização; direito e democracia; diversidade religiosa; diversidade cultural; trabalho; luta pela cidadania; política e participação; ciência e tecnologia; meios de comunicação de massa; violência e ética. Apesar de tal organização conceitual, o material trabalha com uma cronologia linear.

O livro do estudante se organiza com a proposta de aproximação com os alunos por meio da utilização de imagens que também são fontes históricas. Os livros são divididos em unidades e as unidades compostas por capítulos que apresentam textos-base, seções, boxes e atividades. Toda abertura de unidade é uma proposta de atividade intitulada *Começo de conversa*; em cada capítulo, há um texto-base que está relacionado a um tema contemporâneo. Após isso, um texto central apresenta as informações históricas básicas do capítulo. Quatro tipos de atividades podem ser propostas: *Sua comunidade*, *Sua opinião*, *Diálogos* e *De olho no mundo*, elas estão dialogando com textos, imagens, filmes e outros. O livro conta ainda com proposta de trabalho interdisciplinar e com outras atividades ao final de cada capítulo, muitas delas voltadas ao vestibular.

Os autores não abordam de forma clara a mentalidade do português colonizador. O segundo livro da coleção traz, no capítulo 6, *Riqueza e conflitos na região açucareira da colônia portuguesa*, todo o processo de implantação da empresa açucareira no Brasil e traz reportagens que mostram a importância econômica da cana nos dias de hoje. Um box traz as informações a respeito da organização social à época dos engenhos, e descreve que os “senhores de engenho desfrutavam de um status social semelhante ao da nobreza em Portugal. Eles controlavam a vida política na região, e seus parentes detinham importantes postos públicos” (AZEVEDO, 2016, v.2, p.99). Nepotismo, nem no período quinhentista, nem no século XXI parece ser um problema aos olhos de um seletivo grupo poderoso da sociedade brasileira.

Interessante perceber que o rígido controle exercido pela Coroa é apontado, tradicionalmente, como uma das causas do não desenvolvimento de uma organização



espontânea, que dificultou a associação dos colonos. Tal condição está de acordo com a mentalidade portuguesa, segundo Sérgio Buarque de Holanda, e teria sido importante na construção do brasileiro dentro de tal incapacidade de organização, dependendo sempre de uma força externa que imponha a ordem necessária. Porém, podemos perceber, na análise do livro didático, que a imposição de regras por parte das autoridades metropolitanas nem sempre foi aceita pelos colonos que haviam se estabelecido na América Portuguesa. Um bom exemplo disso pode ser percebido no livro 2 desta coleção, quando, no século XVII, a influência dos religiosos sobre a monarquia católica portuguesa acabou por criar dificuldades para a continuação da escravização dos indígenas, mão-de-obra amplamente utilizada nos engenhos do Maranhão.

Houve a proibição da escravização, foi decretada a libertação dos cativos e determinado que recebessem terras para cultivar, sob pena de severas punições para os senhores que não cumprissem as ordens vindas da Coroa. As medidas revoltaram os donos dos engenhos, que, diante da criação da Companhia de Jesus, solução encontrada pela Coroa para a reposição da mão-de-obra, ficaram ainda mais insatisfeitos e, num ato de revolta, depuseram o governador da capitania, extinguiram a Companhia de Comércio e expulsaram os jesuítas da região. A Coroa portuguesa, não aceitando as imposições dos colonos, combateu a revolta, executou dois líderes e deportou outros, reestabelecendo a Companhia de Comércio e os jesuítas. Tal atitude nos faz pensar que a Coroa manteve o controle da Colônia, conforme anteriormente afirmado, porém, nos leva a refletir sobre a constante aceitação dos colonos que, neste e em outros momentos, revoltaram-se e não acataram as ordens vindas de Portugal.

De autoria de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho, a coleção *Das Cavernas ao Terceiro Milênio* traz uma perspectiva conhecida como História Integrada, na qual os temas da História Geral são intercalados com os da História do Brasil seguindo uma cronologia linear e com destaque para conteúdos relativos à História da Europa. O primeiro livro tem início com a origem do ser humano e se estende até o colonialismo europeu já na Modernidade. O segundo volume aborda os povos pré-colombianos e se estende até o pós-Independência das Treze Colônias. A última parte abrange o Imperialismo europeu até temas da contemporaneidade.

A coleção incentiva a participação dos alunos como agentes em favor da própria aprendizagem, uma vez que prioriza os conteúdos procedimentais, possibilitando aos alunos o desenvolvimento de habilidades, tais como a leitura de imagens, de textos e a análise de diferentes fontes históricas, jornalísticas e mapas. A utilização de diversas fontes é uma estratégia para aproximar os alunos do conhecimento historiográfico e de ampliarem sua visão

de mundo. Os autores se colocam a favor de uma postura de compromisso com as formas democráticas de organização da sociedade e de repúdio às injustiças e ao preconceito.

Todos os livros estão divididos em 12 capítulos e contam com textos-base, subtextos e boxes. Toda abertura conta com uma reflexão que parte de um tema do presente, mas está relacionado ao conteúdo histórico e cuja problemática se dá pela apresentação de questões vinculadas ao tema e que devem ser mediadas pelo professor. O primeiro livro se inicia com a construção da História e passa pela Pré-história e Antiguidade, bem como pela Idade Média e chega até a América e África durante o processo de expansão ultramarina. Já o segundo volume se inicia com uma abordagem acerca dos povos pré-colombianos e da colonização da América e chega até o século XIX, no Brasil e no mundo. O terceiro volume engloba o Imperialismo na África e na Ásia e chega até os dias atuais. Para este trabalho de pesquisa, tomaremos o livro dois, já que o recorte temporal coincide com a proposta de análise.

Logo no primeiro capítulo, *Povos pré-colombianos e a colonização da América por espanhóis e ingleses*, os autores, ao evocar os ingleses na América, chamam a atenção para o fato de que nem só de puritanos se fez a colonização inglesa, afirmando que “muitos órfãos, miseráveis, mulheres sem posses e degredados foram enviados forçosamente para o Novo Mundo a mando das autoridades inglesas, que viam na colonização uma oportunidade para livrar-se das pessoas consideradas indesejáveis” (BRAICK, 2016, v.2, p.20). Contudo, o material faz a distinção entre as colônias do norte, do centro e do sul e segue com temas já consagrados. O destaque está no texto complementar apresentado ao final do capítulo, que contrapõe colônias de exploração e colônias de povoamento e mostra que a ideia de que a diferença econômica existente entre Estados Unidos e a América Latina é decorrente de modelos diferentes de colonização é questionável. O autor já havia dado indícios de tal posicionamento quando apresentou os diferentes grupos (que comumente aparecem como colonizadores da América Ibérica) tendo participado da ocupação das Treze Colônias. O texto em questão, de autoria de Leandro Karnal, problematiza a ideia presente no senso comum brasileiro de que enquanto lá o destino manifesto os fez eleitos por Deus, aqui, a implantação de uma colônia de exploração seria a razão de nossas mazelas: “A explicação é perfeita! Somos pobres porque fomos fundados pela escória da Europa! Os Estados Unidos são ricos porque tiveram o privilégio da colonização de alto nível da Inglaterra [...]” (KARNAL apud BRAICK, 2016, v.2, p.25). A citação, dotada de ironia, questiona visões estereotipadas e perpetuadas na sociedade brasileira. A problematização continua quando o autor traz evidências de que, no século XVII, enquanto a América Espanhola já apresentava universidade e uma produção cultural considerável, a América do Norte era um amontoado de aldeias que sofria com a fome

e com ataques indígenas. E continua quebrando paradigmas ao afirmar que “Imaginar o Brasil povoado só por ladrões [...] é tão falso como supor que apenas intelectuais piedosos foram para as Treze Colônias [...]” (KARNAL apud BRAICK, 2016, v.2, p.25). Nesse ponto, a problematização levantada pelo autor permite um questionamento às ideias apresentadas por Sérgio Buarque de Holanda e a criação dos tipos responsáveis pela colonização nos três lugares, já que a ideia do protestante ascético, do ladrilhador e do sementeiro foram fundamentais para a construção dos conceitos presentes no senso comum e que Leandro Karnal, no texto *Comparações incômodas*, procura desconstruir.

No segundo capítulo, *A colonização portuguesa na América*, as atenções se voltam aos povos Tupi que habitavam essa região que, mais tarde, tornar-se-ia o Brasil; apresenta a chegada dos portugueses, bem como a exploração do pau-brasil e toda a estrutura administrativa montada na colônia. Na sequência, o impacto sofrido pelas tribos indígenas é apontado pelo autor, que utiliza um texto de Hans Staden para exemplificar o conflito entre indígenas e europeus. Outro tema que aparece e que merece nosso destaque é a constituição da administração local por meio da formação das câmaras municipais, modelo português de administração implantado nas vilas e cidades. Segundo os autores,

a relação entre a administração municipal e o governo-geral ajudou a alimentar as relações de clientelismo, ou seja, a troca de favores entre as elites locais e as autoridades portuguesas. Enquanto, de um lado a elite colonial obtinha favores do Estado; de outro, vários administradores portugueses usavam seu poder para aumentar suas riquezas (BRAICK, 2016, v.2, p.39).

Tal concepção acerca do colonizador português continua ao descrever que os cargos das câmaras eram ocupados apenas pelos “homens-bons” e que isso significava qualificação para votar e ser votado e, ainda, afastamento das atividades manuais, o que restringia o voto aos proprietários de terras e escravos. Mas, por que afastamento das atividades manuais? Os autores respondem, num box, como os ibéricos viam o trabalho manual:

A visão de que o trabalho manual era um fator de depreciação do homem marcou a colonização portuguesa na América. Essa visão, advinda da cultura clássica greco-romana e preservada pela nobreza medieval, só começou a ser questionada na Europa no contexto das reformas religiosas do século XVI, principalmente pela burguesia em ascensão, e, por esse motivo, não teve grande disseminação no mundo ibérico, extremamente católico. Segundo o historiador Sérgio Buarque de Holanda, até o século XIX, predominava no Brasil a opinião de que o trabalho manual era pouco dignificante (BRAICK, 2016, v.2, p.39).

A influência da concepção de mundo ibérico, de Sérgio Buarque de Holanda, é explícita na citação, que confirma a ideia presente em vários momentos do Livro *Raízes do Brasil* sobre

a distância do colonizador português ao trabalho manual e, ainda, a utilização das posições públicas a fim de conseguir privilégios e enriquecimento, anulando fronteiras entre os espaços público e doméstico.

A coleção, escrita por Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira, *Conexões com a História*, é organizada em três livros, que apresentam os conteúdos de forma cronológica, partindo da História europeia e integrando temas do Brasil, da América, da África e do Oriente e articulando processos históricos da Pré-história ao mundo contemporâneo. A proposta dos autores é possibilitar ao estudante o desenvolvimento do processo de construção do conhecimento histórico a partir da análise de diversas fontes históricas que permitem a compreensão da História como um processo dinâmico, refeito a partir de novos métodos, novas teorias e novas fontes. Os autores demonstram preocupação com a construção de noções e conceitos na própria historicidade, o que é percebido com a problematização presente no início dos capítulos e unidades e na proposta de atividade ao final de cada unidade, na qual, por meio de vídeos, sites e bibliografia, propõe-se uma reflexão crítica e autônoma mediada pelo professor.

O material divide-se em três volumes; o primeiro, com 11 capítulos; os outros dois com 12 cada um. Apenas o primeiro volume conta com uma Introdução a respeito da produção do conhecimento histórico. O livro destinado ao Primeiro Ano do Ensino Médio conta com já mencionada Introdução e com quatro unidades que seguem a divisão tradicional da História Europeia: na primeira, uma abordagem da Pré-História e das primeiras civilizações; na segunda, a Antiguidade Clássica; na terceira, a Idade Média e, por último, o nascimento à Modernidade. O segundo livro da coleção compreende, em suas três unidades, *A construção do Mundo moderno, Uma era de revoluções e transformações* e *a Sociedade e Cultura no século XIX*. O último volume apresenta quatro unidades, sendo a primeira, *Um mundo em crise*; a segunda, *Totalitarismo e autoritarismo*; a terceira, *A Guerra Fria e o conflito de ideologias*; e, a última, *O mundo globalizado*.

Todos os três volumes contam com as seções: *Abertura de unidade; Linha do tempo; Analisar um documento histórico; Infográficos; Controvérsias; Questões contemporâneas; Doc. e Conceitos históricos*. Ao final de cada capítulo, questões do Enem são apresentadas e outras fontes são utilizadas nos roteiros de proposta de trabalho com músicas, sites, livros e filmes, além de mapas complementares.

No segundo livro, a primeira unidade começa com um capítulo a respeito de *O Império colonial português*, que se divide em subtemas. O segundo subtema, O Estado do Brasil, aborda o início da exploração do território, bem como as medidas administrativas adotadas. É neste

momento que os primeiros portugueses que vieram para a colônia aparecem descritos pelo autor como “Os indesejáveis do reino” e, para apresentá-los, os autores utilizam um fragmento escrito por Mary del Priori que diz que

as capitanias recebiam degredados, alguns condenados pela justiça secular, outros pela Inquisição. [...] Eram os ‘indesejáveis do Reino’, sobretudo bígamos e feiticeiras. Vir sentenciado para a América Portuguesa era considerado pena árdua, era destino malfadado. ‘Ora assim me salve Deus e me livre do Brasil’, esconjura uma das personagens de Gil Vicente no Auto da Barca do Purgatório (PRIORI apud ALVES, 2016, v.2, p.17).

A noção comumente encontrada nos livros didáticos que mostram a vinda para a América como penitência e apresenta os primeiros europeus que aqui chegaram como a “escória” da Europa já foi anteriormente discutida e questionada, inclusive por outros autores que indicam que, para a América do Norte, também foram enviadas pessoas que infringiram as regras sociais vigentes, o que nos faz repensar os padrões estabelecidos pela narrativa histórica tradicional. Outro ponto que nos chama a atenção diz respeito à presença dos holandeses na América. Toda estrutura formada pela administração holandesa e o controle exercido por eles sobre o complexo açucareiro-escravista montado pelos portugueses foi abordado na narrativa, que acrescentou um texto escrito em 1639 por um holandês chamado Adriaen van der Dussen, um alto funcionário da Companhia das Índias Ocidentais, que avaliou os engenhos de Pernambuco e afirmou, entre outras coisas, que “[...] os portugueses são também zelosos no cultivo de seus canaviais e, graças a eles, a agricultura do país progrediu, se bem que, a não ser poucas vezes, se veja algum deles fazer por suas próprias mãos algum trabalho; sabem, porém, fazer trabalhar seus negros” (DUSSEN apud ALVES, 2016, v.2, p.26). A fala do holandês do século XVII converge com a ideia apresentada por Sérgio Buarque de Holanda e por outros autores de livros didáticos a respeito da pouca aptidão dos portugueses ao trabalho manual e da facilidade com a qual davam ordens a seus escravos. Sérgio Buarque de Holanda (1995, p.39) destacou que, para os portugueses, bem como para os espanhóis, a moral do trabalho representava um fruto exótico e que a falta de tal característica acarreta dificuldade em se alcançar a ordem, a harmonia dos interesses e as ideias de solidariedade. Desprovidos da moral do trabalho e dotados da vontade de mandar ou na disposição para cumprir ordens, o português que está em nossas raízes contribuiu para a formação de muito do que se entende por ser brasileiro, já que “A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajustes aos seus quadros de vida” (HOLANDA, 1995, p.40). Nesse aspecto, os holandeses teriam mais

dificuldade em se adaptar a essas terras, como observado pelo autor, que diz que “o insucesso da experiência holandesa no Brasil é, em verdade, mais uma justificativa para a opinião, hoje corrente entre alguns antropologistas, de que os europeus do Norte são incompatíveis com as regiões tropicais” (HOLANDA, 1995, p.64).

Ainda a respeito da presença dos holandeses, os autores didáticos demonstram que eles, majoritariamente protestantes, perceberam que a tolerância religiosa poderia render bons frutos aos seus interesses políticos e econômicos e, portanto, permitiram relativa liberdade religiosa. Mas, os autores destacam que a tolerância não se deveu a razões humanitárias, já que “holandeses eram colonizadores e, assim como portugueses, queriam fundamentalmente lucrar com seus empreendimentos na América” (ALVES, 2016, v.2, p.27). Tal ideia também foi mencionada por Sérgio Buarque de Holanda quando, ao abordar o tipo de colonização praticada pelos holandeses, com espírito metódico e coordenado, diz que faltou-lhe a plasticidade comum aos portugueses e que o problema esteve no tipo de colono enviado para o Brasil, “recrutados entre aventureiros de toda espécie, de todos os países da Europa, homens cansados de perseguições, eles vinham apenas em busca de fortunas impossíveis, sem imaginar criar fortes raízes na terra” (HOLANDA, 1995, p.62).

A autonomia do colono espanhol, que se distanciou do controle exercido pela Coroa, descrito por Sérgio Buarque de Holanda como semeador, em oposição ao ladrilhador português, pode ser encontrada pelos autores da coleção didática, que compartilham semelhante ideia. “O esforço controlador do rei espanhol, porém, chocava-se com a falta de clareza administrativa, com as pressões das elites locais para preservar seus interesses e com a corrupção” (ALVES, 2016, v.2, p.37). E os autores seguem citando um trecho de John Lynch a respeito das elites locais e da falta de controle da Coroa Espanhola “[...] a fraqueza do governo real e sua necessidade de renda davam a esses grupos condições de desenvolver formas eficientes de resistência ao distante governo imperial [...]” (LYNCH apud ALVES, 2016, v.2, p.37).

O compêndio *Caminhos do Homem* elaborado por Adhemar Marques e Flávio Berutti, divide-se em três volumes, cada um voltado para uma série do Ensino Médio. No material, os conteúdos são organizados, cronologicamente, a partir da História da Europa e, conforme a passagem do tempo, insere o Brasil, a América e a Ásia na narrativa. Conforme divisão tradicional, o primeiro volume apresenta da Antiguidade Clássica à expansão marítima e colonização da América, passando pelo mundo feudal; o segundo volume, já situado na Modernidade, abrange a Era das Revoluções e a América no século XIX. O último volume traz temas contemporâneos e o Brasil nos últimos dois séculos. O autor demonstra uma preocupação com uma formação histórica crítica ao considerar temáticas como a liberdade, a luta por direitos

e a resistência à exploração ao longo dos séculos e lugares. As sugestões dadas pelo autor como leitura, reflexão, comparação e argumentação merecem destaque e permitem que o professor mediador utilize essas fontes para questionar e problematizar as diferentes possibilidades de interpretação e aguce o senso crítico dos alunos.

As fontes visuais são largamente utilizadas como uma estratégia de comunicação com os alunos. Muitas imagens e, junto delas, o professor tem recursos para trabalhar com os alunos a leitura das fontes, considerando todo o contexto de produção e de apropriação, tornando possível que o aluno compreenda um pouco mais sobre a construção do conhecimento histórico a partir da análise de fontes, isso se torna possível na seção *Trabalhando com Imagens*. Outra seção relevante é *Lendo, Assistindo e Navegando*, que traz sugestões de leitura, de filmes e de sites. Além do texto principal, muitas seções complementam a narrativa histórica: *Presente Passado; Discutindo a História; Construindo o saber; Trabalhando com fontes históricas e Sabendo um pouco mais*. Ao final, uma série de atividades voltadas para o Enem e outras habilidades.

A coleção divide-se em três volumes, todos com 280 páginas e organizados em capítulos. O primeiro volume conta com 11 capítulos, mas apresenta uma introdução ao conhecimento histórico; os demais volumes contam com 12 capítulos. O livro destinado ao Primeiro Ano do Ensino Médio se inicia com a Pré-história, passa pela Antiguidade Oriental e Clássica, pela Idade Média na Europa e na África e chega até a Modernidade com o Renascimento, os Ameríndios e a formação do Estado Moderno. Já o segundo livro começa com o Império colonial português e chega até os Estados Unidos no século XIX, passando por toda a construção do Brasil Colônia, Independência e Primeiro Reinado e, também, pelo processo de iluminismo e revoluções até o século XIX. O último livro traz a Industrialização e o Imperialismo e discorre sobre temas contemporâneos do Brasil e do Mundo, tais como Guerras Mundiais, Ditadura e Populismo, Globalização, entre outros.

Na abertura da Unidade 2, *A Europa, a América e a Ásia na Modernidade*, que, aqui, tomaremos para estudo, o autor faz uma reflexão sobre a relação de subalternidade estabelecida após a Conquista, da América em relação ao Velho Mundo. Ainda na introdução, uma citação de Walter Benjamin está em destaque e chama a atenção para o fato de que “o passado estudado está carregado do presente em que vivem os historiadores” (MARQUES, 2013, p.164). A frase deve ser utilizada pelo professor para se fazer uma discussão que deve nortear as reflexões históricas de toda e qualquer época.

Interessante perceber a maneira com esta coleção se estrutura. Todos os livros contêm textos mais curtos, muitos deles recortes de fontes históricas e passagens de historiadores

renomados e, integradas às leituras, estão questões que problematizam o conteúdo. As discussões históricas, comparando textos e fontes, estão muito presentes, e destoam das demais coleções. A nosso ver, ponto positivo para os autores, que souberam problematizar a partir de fontes, e não do estabelecido no senso comum, costurando as fontes com textos-base que fizeram a contextualização necessária, não desmerecendo a abordagem política enquanto traz para a discussão diversas fontes e abordagens.

Seguimos na leitura do capítulo, cheio de imagens e com uma organização diferenciada. Ao contemplar a conquista da América pelos europeus, chamamos a atenção para a preocupação do autor em mostrar a mentalidade presente na Europa e, em especial – ou em separado – na Península Ibérica. Para o autor,

o imaginário do europeu da Modernidade, em especial do ibérico, era marcado por uma visão de mundo em grande parte influenciada pela religiosidade. Para ele. Existia um conflito permanente entre o “bem” e o “mal”, sendo que este último podia assumir várias feições, mas deveria sempre ser combatido, uma vez que simbolizava o infiel. O pagão, enfim, o outro, cuja alteridade lhe era negada (MARQUES, 2013, p. 184).

Os autores seguem problematizando ao afirmarem que essas representações foram transplantadas para a América e os índios, com pele mais escura, tal como os mouros, foram vistos como aqueles que deveriam ser combatidos e derrotados.

Especialmente no livro *Visão do Paraíso*, mas também em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda fala sobre a mentalidade do português e de como ele (não) se inseria no contexto da Modernidade. Os autores também mostram a “tensão entre o racional e o maravilhoso, entre o pensamento laico e o religioso, entre o poder de Deus e do Diabo, embate, enfim, entre o bem e o mal que marcaram as concepções diversas acerca do Novo Mundo” (MARQUES, 2013, p.185). É a ideia, discutida no início deste trabalho, de que faltavam aos portugueses, aos ibéricos, de modo geral, algumas noções de modernidade já atingidas por outras nações quinhentistas.

O segundo capítulo da unidade aborda *Os povos indígenas e a formação sociocultural brasileira*; as problematizações feitas, os dados fornecidos do tempo presente, os questionamentos sem anacronismos levantados, são dignos de aprovação, pois, ao mesmo tempo que a situação presente é levantada, o material apresenta, como poucos, a cultura indígena antes e depois do contato com o europeu, relatando e destacando a resistência oferecida pelos nativos, não se atendo às visões europeias dos nativos e tomando o cuidado de mostrar aos alunos as fontes produzidas pelos europeus, que dizem tanto sobre os nativos, como sobre a cultura e imaginário do próprio europeu que as produziu no século XVI.



Há uma abordagem culturalista por parte dos autores e a conclusão de que a formação sociocultural do Brasil se deu a partir da incorporação de elementos da cultura indígena, que se mesclaram com a europeia e a africana num novo contexto econômico, político e social. E “é nessa perspectiva que se deve compreender determinadas práticas de trabalho coletivo, oriundas da realidade indígena, incorporadas na sociedade colônia, como o mutirão” (MARQUES, 2013, p.254). De onde os autores tiraram tal ideia? De *Raízes do Brasil*. O segundo capítulo, Trabalho e Aventura o Holanda (1995, p.60), destaca que o costume do muxirão, ou mutirão, era uma prática dos roceiros, que socorriam uns aos outros para a derrubada de mato, para o plantio, para construção de casas. Mas, o autor destaca que o que foi observado no século XVIII é que se participam dos mutirões, a animação que os leva é muito mais pela caninha (bebida) do que pelo gosto pelo trabalho.

De modo geral, os livros didáticos analisados consideram a chamada História Integrada, na qual a História do Brasil e da América inserem-se na História Geral, que é tomada como fio condutor, como eixo referencial dos conteúdos.

## 5 OBJETO DE APRENDIZAGEM

### 5.1 EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE REVOLUÇÃO INFORMACIONAL

As discussões a respeito da educação não são algo recente. Há muito, discute-se sobre as diferentes formas de ensinar e aprender, sobre o papel do professor e a posição do aluno nesse processo, sobre a maneira de se avaliar ou não se avaliar, e sobre papel da educação em meio à sociedade, como um instrumento mantenedor ou transformador da ordem. Não resta dúvida de que essas discussões permanecem atuais e que, conforme modificamos a sociedade, também modificamos os paradigmas educacionais.

O diálogo envolvendo os modelos educacionais e a sociedade é necessário, uma vez que estamos tratando de dois elementos complementares, que são uma via de mão dupla e que tem responsabilidade um para com o outro. Em meio a tantas transformações políticas, culturais, econômicas e sociais, a escola se pergunta quem é esse novo cidadão que a contemporaneidade requer que ela forme: alguém que se enquadre no sistema e na manutenção da ordem social? Ou um cidadão que tem, na escola, o suporte para desenvolver capacidades para o exercício da autonomia, da consciência e da crítica? Existe, evidentemente, a necessidade de articulação entre a educação e o mundo do trabalho e as relações sociais dele provenientes. É o que podemos observar no trecho de Leandro Konder:

Toda sociedade vive porque consome; e para consumir depende da produção. Isto é, do trabalho. Toda a sociedade vive porque cada geração nela cuida da formação da geração seguinte e lhe transmite algo da sua experiência, educa-a. Não há sociedade sem trabalho e sem educação (KONDER, 2000, p. 112).

A sociedade do século XXI vive um momento de revolução informacional, no qual novas tecnologias são criadas o tempo todo e a velocidade com a qual as coisas acontecem e se tornam conhecidas é muito alta. Como não poderia deixar de ser, tal transformação social tem seus reflexos na educação, que vive o dilema de ter professores com a formação do século XX, muitas vezes incompatível com os alunos do século XXI, em uma escola estruturada nos moldes do século XIX.

O ensino de História é, muitas vezes, associado à simples memorização de datas e fatos, e esse paradigma faz com que os alunos apresentem dificuldades e rejeitem esse aprendizado. Na era informacional na qual os alunos estão cada vez mais inseridos, é preciso estabelecer um diálogo entre o ensino de História e as novas mídias e veículos de comunicação, tão presentes na realidade de todos, especialmente dos mais jovens.

É isso, a educação, seja em que formato for, tem a incumbência de ensinar (não instruir) os homens aquilo que lhes é essencial, ou seja, sua capacidade de criar coisas, a cultura. Tem, portanto, a incumbência de transmitir, transformar e perpetuar algo que é inacabado, que está se transformando continuamente, que portanto, não pode ser estático, fixo, imutável, reservado a manuais a serem transmitidos para aprendentes ouvintes, leitores nas escolas, por mestres de conhecimentos inabaláveis. A educação se faz através do diálogo, seja na sala de aula, no trabalho, na Internet (HERNANDES, s/d, p.8).

A fala do professor Paulo Romualdo Hernandez mostra que a educação não é um processo estanque, mas tem o propósito de construir e reconstruir conceitos e que está em constante transformação. Nesse sentido, não podemos concordar com uma escola reprodutora de conceitos prontos, que se vale de manuais para alunos sempre passivos diante de mestres infalíveis. A necessidade é de utilizar a educação como instrumento para desenvolver o senso crítico dos alunos. A educação é vista como ferramenta de transformação da sociedade, e a instituição escolar, na sociedade moderna, precisa ser compreendida a partir de toda complexidade que envolve, não só a escola e sua relação com o meio social e a diversidade dos alunos, mas também a função e a prática do professor precisam ser entendidas dentro desta rede de relações complexas.

Considerar a escola a partir da complexidade significa compreender a função e a prática do professor também em consonância com este paradigma. Pensar a docência como uma prática complexa implica admitir que ela tem uma dimensão de totalidade, compõe-se de múltiplos saberes, que, para serem compreendidos em suas relações, exigem uma preparação especial, bem como condições particulares para seu exercício. As consequências desta perspectiva supõem mudanças pedagógicas e didáticas profundas. Supõe considerar a prática docente como um contexto de compreensão compartilhado, enriquecido com a contribuição dos participantes em que a aprendizagem se constrói de maneira cooperativa, dentro de um grupo com vida própria, com interesses, necessidades e exigências que vão formando uma cultura particular. Significa pensar a escola como um espaço de conhecimento construído mediante negociação aberta e permanente, de maneira que seja priorizada a reconstrução crítica do conhecimento de mundo que o aluno assimila acriticamente fora da escola. Significa ainda que a aula se transforme em um ambiente de trocas simbólicas na qual todos participam sem que deixem de ter funções definidas (SOUZA, 2006. p.9).

No trecho acima citado, a professora Ruth Catarina Cerqueira R. de Souza destacou a complexidade da atividade docente, apontando para a necessidade de sua compreensão como uma totalidade, percebendo a existência de múltiplos saberes e que por isso, exige uma preparação especial que supõe uma profunda mudança pedagógica e didática. A docência precisa ser compreendida num contexto de compartilhamento de experiências, onde a participação faz do processo de aprendizagem um processo cooperado, no qual o conhecimento é construído a todo tempo. Não entender que a aprendizagem é algo estagnado, acabado, é um

pressuposto desta forma construtivista, que leva o aluno a construir e reconstruir o tempo todo e atribuir significância aos conhecimentos provenientes da escola e de fora dela.

Partindo da ideia de que a escola exerce um papel importante na formação cultural e social dos jovens, os Parâmetros Curriculares Nacionais, elaborados pelo Ministério da Educação, já apontam a contribuição da disciplina de História nesse propósito, uma vez que os conhecimentos de História são considerados fundamentais para a construção da identidade coletiva, considerando o passado compartilhado na memória socialmente construída de um grupo social. Os conteúdos de História do Brasil são enfatizados, mas construídos em conexão com a chamada História Geral, numa estratégia de autoconstrução e autoconhecimento, estabelecendo a relação entre “figura” (Brasil) e “fundo” (Mundo), o que permite ao aluno situar-se histórica, cultural e socialmente na coletividade, o que envolve seu destino pessoal, mas também o destino do coletivo no qual está inserido (BRASIL, 2000, p.12).

## 5.2 XERTE COMO FERRAMENTA

A construção de um objeto de aprendizagem, utilizando a ferramenta Xerte, possibilitou a interatividade por meio de vídeos, conteúdos e atividades para abordar temas relacionados à ocupação portuguesa no Brasil durante os primeiros séculos da colonização.

No objeto de aprendizagem, as temáticas escolhidas são apresentadas a partir de um ou mais suportes (que podem ser fragmento de filme, vídeo, teleaula, recorte de jornal, trecho de livro didático, imagem, fotografia, mapas). Esses suportes fornecem os chamados conteúdos factuais. Tratam da descrição de algo, de dados, é concreto. Num segundo momento, por meio de reflexões propostas, perceberemos se houve a compreensão dos alunos ao trazer para a discussão conceitos considerados importantes para cada temática. Por exemplo, ao falar do Estado Português, elucidar os conceitos de patrimonialismo e de mercantilismo.

O próximo passo é utilizar os conteúdos factuais e conceituais para uma atividade, onde os conteúdos procedimentais estarão presentes. Neste momento, os alunos irão ler, classificar, inferir, recortar etc. É o momento da ação, e a ação “é uma condição *sine qua non* para a aprendizagem.” (ZABALA, 1998, p.44). Outro grupo de atividades deverá ser apresentado ao aluno: é o momento da reflexão. Por meio da problematização de questões relativas à diversidade, à alteridade, e estereótipos criados sobre os sujeitos históricos e tantas outras, espera-se que o aluno se familiarize com os conteúdos atitudinais, nos quais valores, atitudes e normas contribuirão para uma formação crítica e diversificada a respeito da formação da História e da identidade brasileira.

Por uma perspectiva socioantropológica, o objeto de aprendizagem em questão tem a proposta de desenvolver no aluno uma visão mais abrangente sobre os sujeitos e fatos históricos que contribuíram para a formação da identidade brasileira e perceber como isso reflete nas concepções que ele mesmo tem de si e de seu país. Isso seria possível a partir da escolha de conteúdos sobre o Brasil Colonial considerados relevantes dentro desta cultura, que envolvem a política, a economia e, principalmente, a sociedade, como já citados anteriormente. Esta seria a base epistemológica do objeto. A abordagem feita a esses conteúdos, valendo-se de vídeos, imagens e atividades, do modo a não aceitar apenas uma reprodução dos conteúdos, mas sim, buscar construir os conhecimentos, compreende a base psicológica construtivista do objeto. O professor, utilizando o objeto de aprendizagem, não vai considerar que o processo de aprendizagem se dá em uma mente em branco, mas em alunos que já possuem conhecimentos, que servirão de “ganchos” para os novos conteúdos. Para que a aprendizagem ocorra com sucesso a partir da utilização do objeto, o professor precisa abandonar as velhas práticas tradicionais de aula magistral e entender que o sujeito principal do processo de aprendizagem é o aluno – não é o professor, nem o conteúdo –, que precisa construir ativamente o conteúdo e não ter uma participação passiva neste processo como mero ouvinte do conteúdo conhecido pelo professor.

Mas, o papel do professor não é diminuído, é alterado: ele é responsável por ensinar o aluno a construir o conhecimento, é responsável por ensinar como se aprende, e, também, é responsável por proporcionar isso ao aluno, norteando, problematizando, criando as zonas de desenvolvimento proximal. É essa a postura didática que precisa ser adotada pelos professores.

O objeto de aprendizagem desenvolvido deverá ser utilizado na complementação do trabalho desenvolvido pelo professor em sala de aula a partir dos livros didáticos e/ou metodologia por ele adotados. O objeto de aprendizagem, intitulado “América colonial portuguesa: as *Raízes do Brasil*”, vai utilizar de um conjunto de atividades que abordam diferentes momentos e diferentes discussões a respeito dos primeiros séculos da colonização do Brasil.

O objeto é composto 5 atividades nas quais abordamos diferentes fontes históricas no processo de análise e reflexão. A proposta não é desenvolver uma metodologia de avaliação do aluno, mas possibilitar a compreensão de certos tipos a partir da análise de textos, vídeos, imagens. Optamos por não criar atividades que exigissem que o aluno decorasse, bem como atividades de V ou F ou lacunas. A ideia era trabalhar com textos e reflexões.

Para que tal objeto possa ser utilizado em sala, o professor deve, antes de iniciar os trabalhos sobre o Período Colonial, conhecer as atividades propostas e saber em qual momento

indicar cada atividade a fim de despertar o senso crítico dos seus alunos, sendo um complemento ao conteúdo apresentado pelo material escolhido para ser trabalhado em sala.



Imagem 1: Abertura do Objeto de Aprendizagem

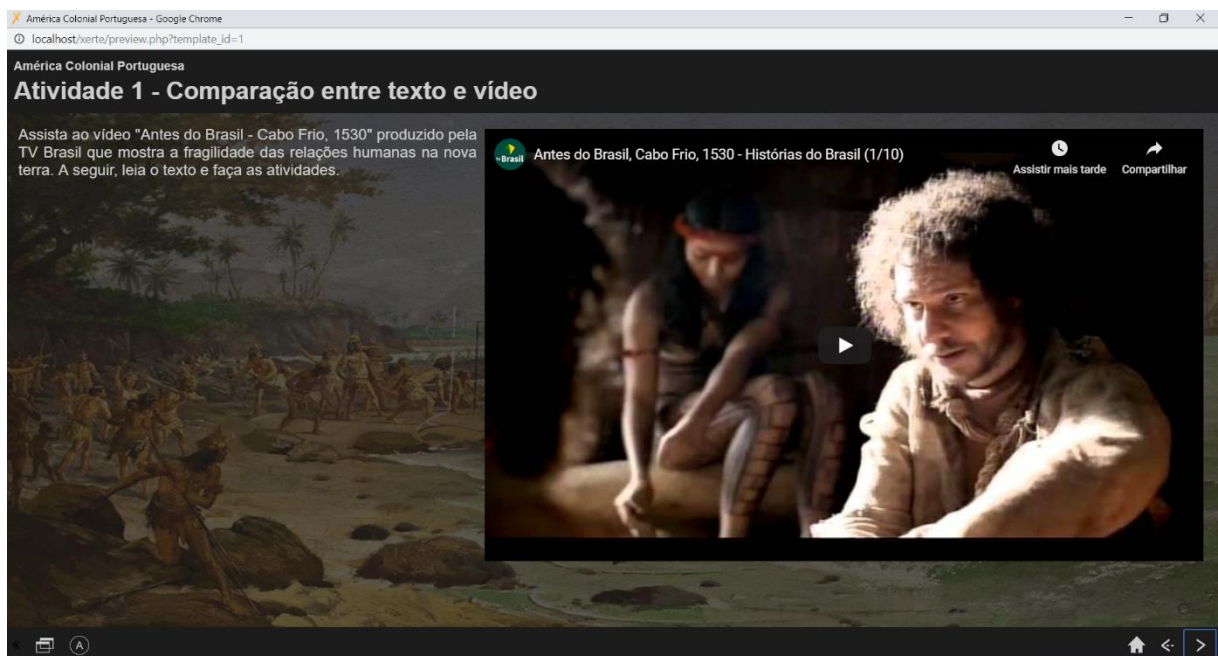


Imagem 2: Atividade 1 do Objeto de Aprendizagem

A primeira atividade é uma análise de vídeo. Os alunos devem assistir ao vídeo “Antes do Brasil, 1530, Cabo Frio” produzido pela TV Brasil, e perceber como os nativos e como os europeus (portugueses e franceses) foram retratados nos primeiros anos após a chegada dos europeus e como alguns tipos foram criados, mostrando o espírito aventureiro do português e

toda sua capacidade de adaptação na nova terra. A respeito dos nativos, perceber as práticas, a sociedade guerreira – e nada passiva – e a reflexão a respeito da barbárie e da civilidade que o vídeo faz, a partir da análise e compreensão das práticas antropofágicas.

The screenshot shows a web browser window with the following content:

**América Colonial Portuguesa**  
**Atividade 1 - Comparação entre texto e vídeo**

Ao abordar os primeiros anos do século XVI, dada a necessidade de explorar o pau-brasil, em 1511 o rei procurou regulamentar tal atividade por meio do "Regimento da Nau Bretoa". Veja como tal acontecimento aparece em um livro didático do PNL D 2018.

*O mais interessante nesse documento é o que revela o cotidiano dos marujos: "Você pode negociar com nativos, dormir com as nativas e muitas vezes acabamos registrando novamente em navios, práticas proibidas pelo regulamento. Muitos dos supostos "náufragos" desses tempos eram apenas desertores, que preferiam viver entre indígenas e voltar para Portugal (VAINFAS, 2016, p.249).*

1. Observe como os nativos foram retratados no vídeo. Explique a importância da guerra e dos rituais antropofágicos para a sobrevivência do grupo.

2. A partir do que foi estudado e visto no vídeo, foi realizada uma reflexão sobre barbárie, civilização e eurocentrismo.

3. Estabeleça uma relação entre o português retratado no vídeo e o tipo apresentado pelo texto a seguir.

Feedback

Imagem 3: Atividade 1 do Objeto de Aprendizagem

Na primeira, assim como nas demais atividades, há um feedback para os alunos. Não se trata de uma resposta da questão, até porque as questões aqui propostas consideram a interpretação e análise que cada aluno é capaz de fazer das fontes sugeridas. O feedback é uma mensagem com dicas e reflexões às quais ele só tem acesso depois de responder a atividade.

A segunda atividade é uma análise de imagem. A obra “A primeira missa do Brasil” de Victor Meirelles, deverá ser analisada pelos alunos. A primeira questão pede uma simples descrição da obra. Espera-se que, com isso, o professor seja capaz de perceber os conhecimentos prévios dos alunos e a capacidade de leitura de uma obra de arte. Os alunos devem perceber quem são os sujeitos retratados e como é o comportamento deles na obra. A partir daí, e com a intervenção do professor mediador, os estudantes devem se posicionar diante da ideia de construção de marcos históricos. Será possível perceber se a ideia da construção do Brasil por meio da mistura de raças é um conceito presente no imaginário de jovens adolescentes. Tal noção, atribuída ao culturalismo de Gilberto Freyre, não foi negada por Sérgio Buarque de Holanda, foi criticada por Jessé Souza, e ainda persiste nos livros didáticos. A ideia é que o aluno seja capaz de problematizar a relação entre os três grupos, não aceitando certos



comportamentos supostamente pacíficos. E refletindo, além, sobre as construções das verdades históricas por determinados grupos dominantes.

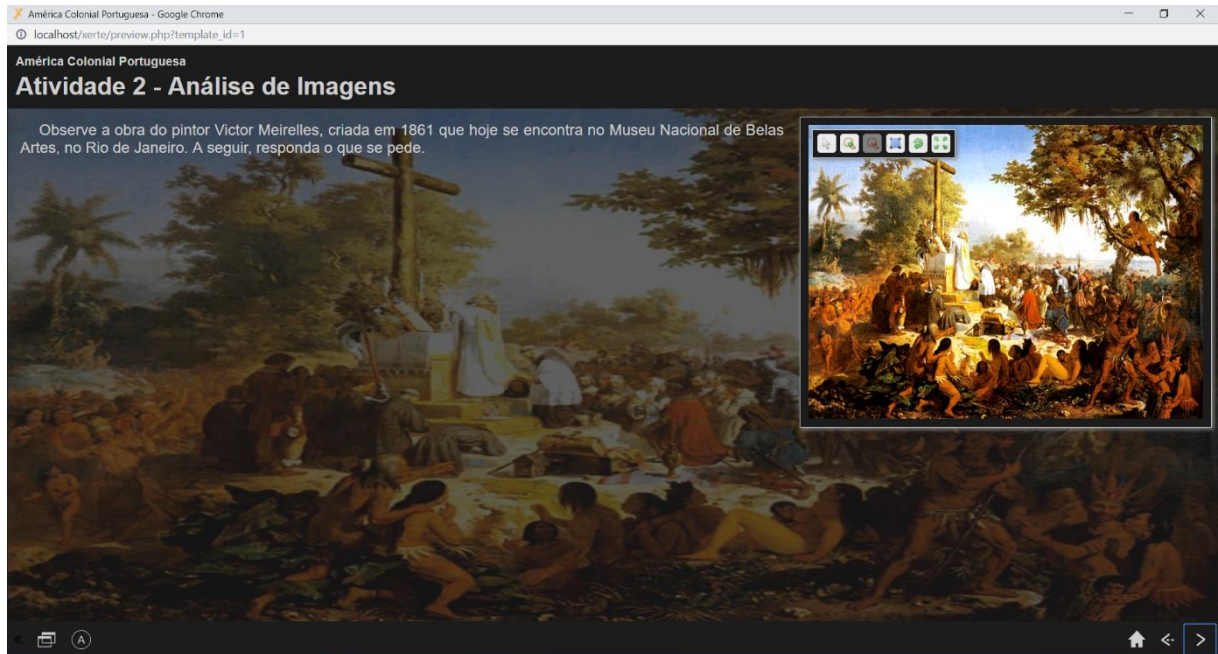


Imagem 4: Atividade 2 do Objeto de Aprendizagem.

Aqui, convém destacar os recursos disponíveis pelo programa Xerte, que permitem que o aluno amplie a imagem e tenha acesso aos detalhes da obra.

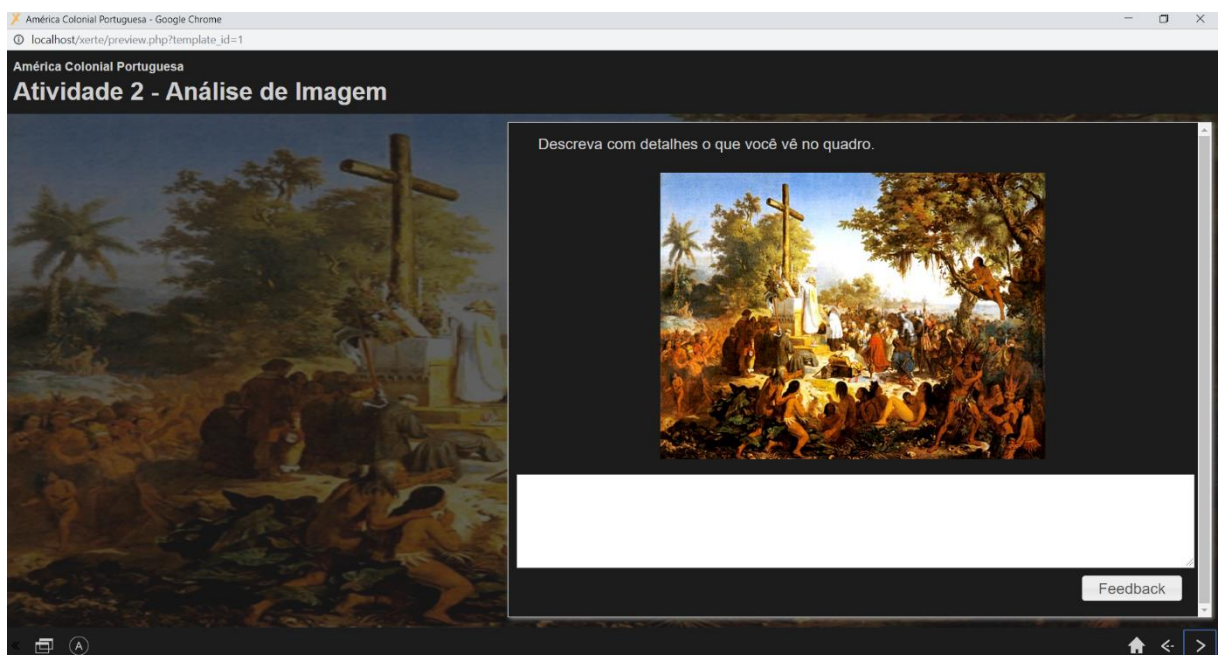


Imagem 5: Atividade 2 do Objeto de Aprendizagem.



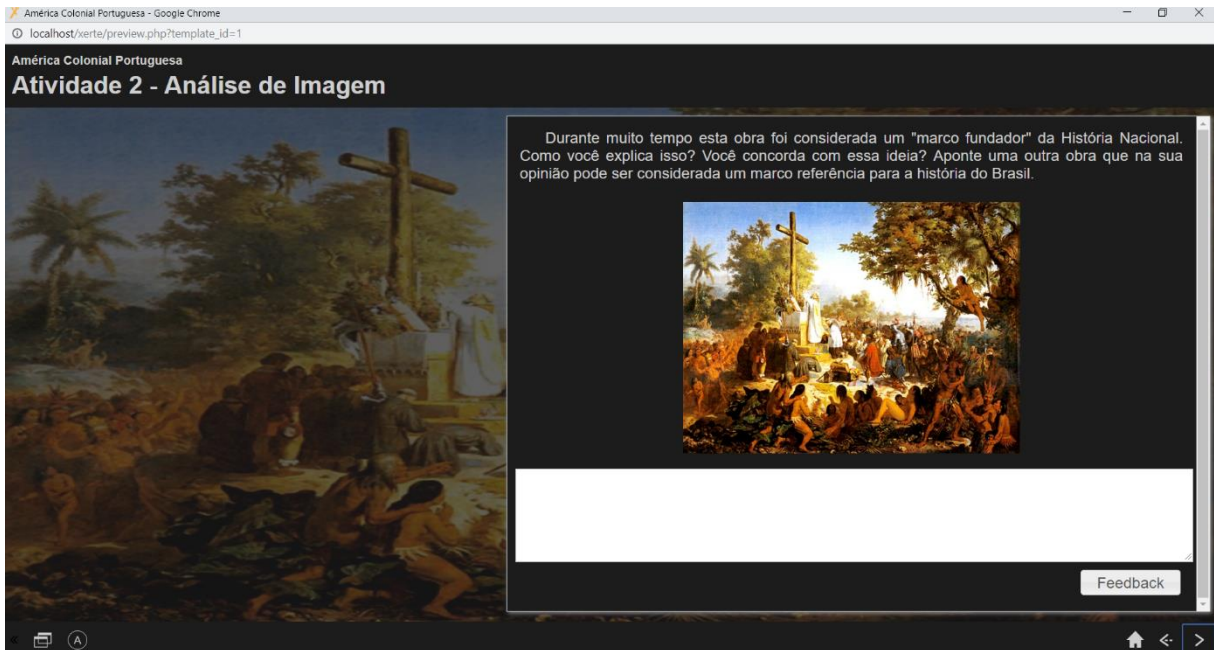


Imagem 6: Atividade 2 do Objeto de Aprendizagem.

A terceira atividade proposta é a análise de um texto. Um trecho retirado de *Raízes do Brasil*, que deve fazer com que o aluno reflita sobre a colonização portuguesa. A partir do trecho lido, deverá refletir sobre como o texto aborda a colonização portuguesa e analisar a colonização por uma perspectiva do passado e outra do presente. O aluno é lançado a um debate historiográfico a respeito da construção da história colonial.

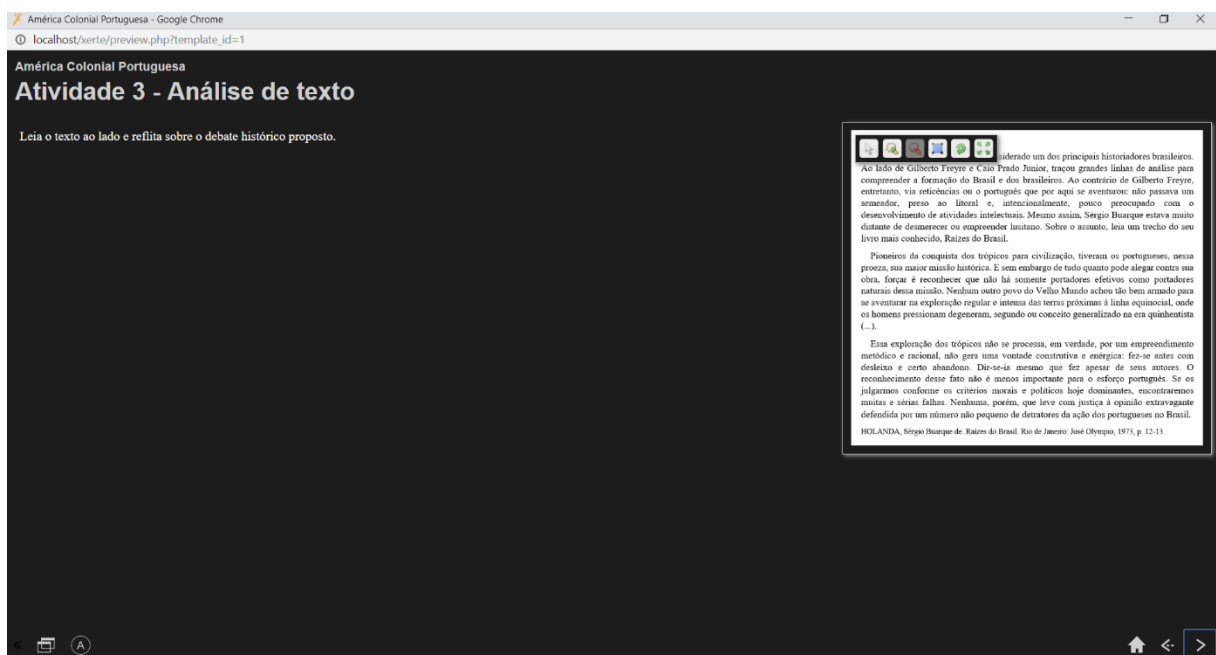


Imagem 7: Atividade 3 do Objeto de Aprendizagem.

Aqui, cabe destacar novamente os recursos do Xerte, que possibilitam ao aluno ampliar o texto e visualizar em tamanho maior.

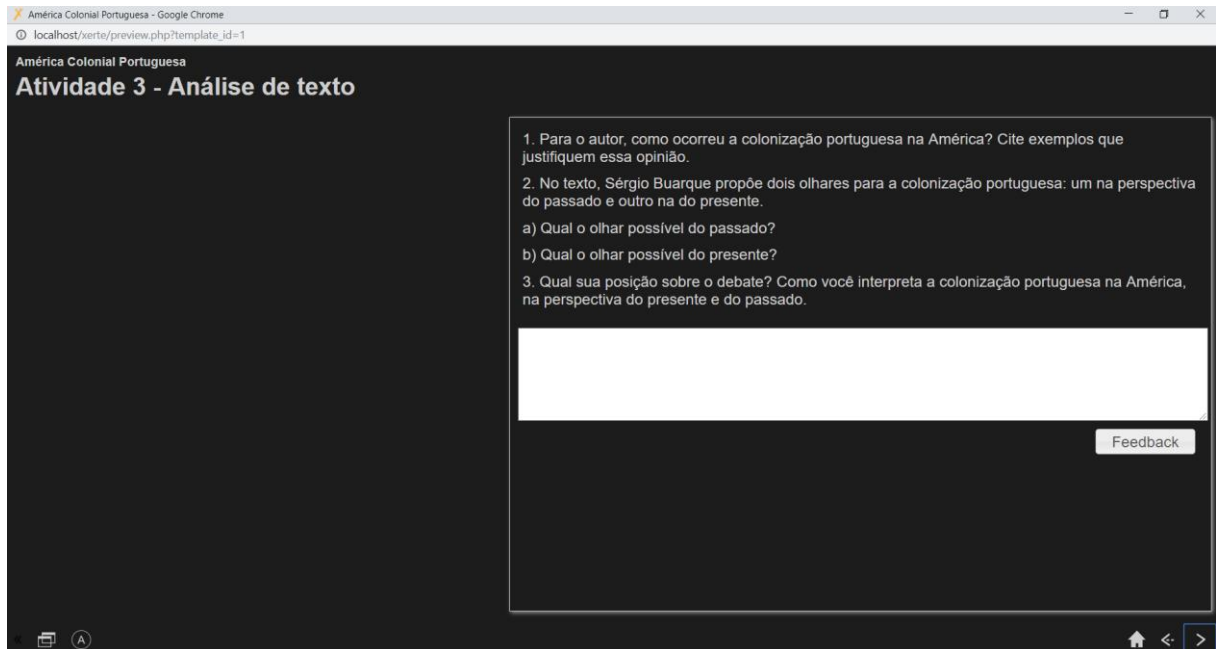


Imagem 8: Atividade 3 do Objeto de Aprendizagem.

A quarta atividade é uma comparação entre dois textos. As duas fontes foram retiradas de dois livros didáticos diferentes, que foram analisados nesta pesquisa, e referem-se à herança colonial. O primeiro texto, de autoria de Leandro Karnal, faz uma reflexão a respeito da comparação entre a colonização inglesa e ibérica. A intenção é desconstruir alguns padrões presentes no senso comum acerca da comparação entre a colonização inglesa e a ibérica e a desconstrução das ideias fixas de colônia de povoamento e de exploração e toda herança deixada na América imposta por esses modelos. Se o primeiro texto vem refletir e fazer o aluno desconstruir tais ideias, o segundo texto é a confirmação das ideias presentes no senso comum a respeito da corrupção como herança da colonização. A ideia, aqui, é que o aluno compare os dois textos e perceba o que eles dizem a respeito da herança colonial.

Os recursos do programa permitem que o aluno acesse os dois textos utilizando a barra de acesso. É possível retornar para qualquer um dos textos com facilidade, bem como ampliar para facilitar a leitura.

América Colonial Portuguesa - Google Chrome  
localhost/xerte/preview.php?template\_id=1

América Colonial Portuguesa  
**Atividade 4 - Comparando Textos**

Os dois textos a seguir foram retirados de diferentes livros didáticos aprovados para o PNL D 2018. Leia-os com atenção e responda o que se pede.

Texto 1: BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA Myriam Becho. História das Cavernas ao Terceiro Milênio. 4 ed. São Paulo: Moderna, 2016. (v.2, p. 25).

Texto 2: SANTIAGO, Pedro; CERQUEIRA, Célia; PONTES, Maria Aparecida. Por dentro da História. 4 ed. São paulo: Escala Educacional, 2016. (v.1, p.29).

**Texto 1** | Texto 2

**Exploração x Povoamento**

Atualmente, a ideia de que a diferença econômica existente entre os Estados Unidos e a América Latina decorre de seus distintos modelos de colonização é questionada, como no texto a seguir.

“Por que os Estados Unidos são tão ricos e nós não? [...] Desde o século XIX a explicação dos norte-americanos para seu ‘sucesso’ diante dos vizinhos da América hispânica e portuguesa foi clara: havia um ‘destino manifesto’, uma vocação dada por Deus a eles, um caminho claro de êxito em função de serem um ‘povo escolhido’.

No Brasil sempre houve desconfiança sobre a ideia [...]. Porém, criou-se aqui uma explicação tão fantasiosa como aquela. A riqueza deles e nossas mazelas decorriam de dois modelos históricos: as colônias de povoamento e as de exploração. [...]

As áreas colonizadas por Portugal e Espanha existiriam apenas para enriquecer as metrópoles. [...] A América ibérica seria um local para suportar um certo período, extrair o máximo e retornar à pátria europeia. [...] O oposto das colônias de exploração seriam as de povoamento. Para lá as pessoas iriam para morar definitivamente. [...]

Há uma ideia associada a essa que versa sobre a qualidade das colônias. Para as colônias de

A Península Ibérica enviava ao Novo Mundo homens de toda espécie. [...] Imaginar o Brasil povoado só por ladrões [...] é tão falso como supor que apenas intelectuais piedosos foram para as Treze Colônias. [...]

A falta de um efetivo projeto colonial aproximou os Estados Unidos de sua independência. As Treze Colônias nascem sem a tutela direta do Estado. [...] Quando a Coroa britânica tentou implantar um modelo sistemático de pacto colonial, o resultado foi o desastre. Em suma, quando Londres tentou imitar Lisboa, já era tarde demais.

O mundo ibérico dá a ideia de permanência. Construir e reformar ao longo de três séculos uma catedral como a da Cidade do México não é atitude típica de quem quer apenas enriquecer e voltar para a Europa. [...]

No limite do cômico, aqueles que apelam para a explicação de colônias de povoamento e exploração parecem dizer que, caso um colono em Boston no século XVII encontrasse um monte de ouro no quintal, diria: “Não vou pecar esse ouro porque

Imagem 9: Atividade 4 do Objeto de Aprendizagem.

América Colonial Portuguesa - Google Chrome  
localhost/xerte/preview.php?template\_id=1

América Colonial Portuguesa  
**Atividade 4 - Comparando Textos**

Os dois textos a seguir foram retirados de diferentes livros didáticos aprovados para o PNL D 2018. Leia-os com atenção e responda o que se pede.

Texto 1: BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA Myriam Becho. História das Cavernas ao Terceiro Milênio. 4 ed. São Paulo: Moderna, 2016. (v.2, p. 25).

Texto 2: SANTIAGO, Pedro; CERQUEIRA, Célia; PONTES, Maria Aparecida. Por dentro da História. 4 ed. São paulo: Escala Educacional, 2016. (v.1, p.29).

Texto 1 | **Texto 2**

**Corrupção: outra triste herança**

Em toda a América existem péssimas heranças deixadas pela colonização. Na parte latina, a corrupção que marca a política de muitos países pode ser creditada a esse legado.

Os governantes coloniais, portugueses ou espanhóis, consideravam o Estado sua propriedade, um instrumento para garantir seus privilégios e suas riquezas — a instituição nunca foi vista como voltada ao bem-estar de todos.

Em meados da década de 2010, por exemplo, no Brasil, ocorreram intensas denúncias de corrupção por grupos ligados ao governo, como o caso da Petrobras, relacionado à administração federal, e da companhia de trens (CPTM), vinculada ao governo de São Paulo.

A corrupção freia o crescimento econômico, impede a consolidação da democracia, perpetua a pobreza e amplia as desigualdades.

Imagem 10: Atividade 4 do Objeto de Aprendizagem.

Após a leitura dos textos, a próxima imagem é uma proposta de comparação das ideias apresentadas nos dois fragmentos a respeito da colonização. Espera-se que os alunos percebam a diferente abordagem a respeito da herança colonial em cada um dos textos.

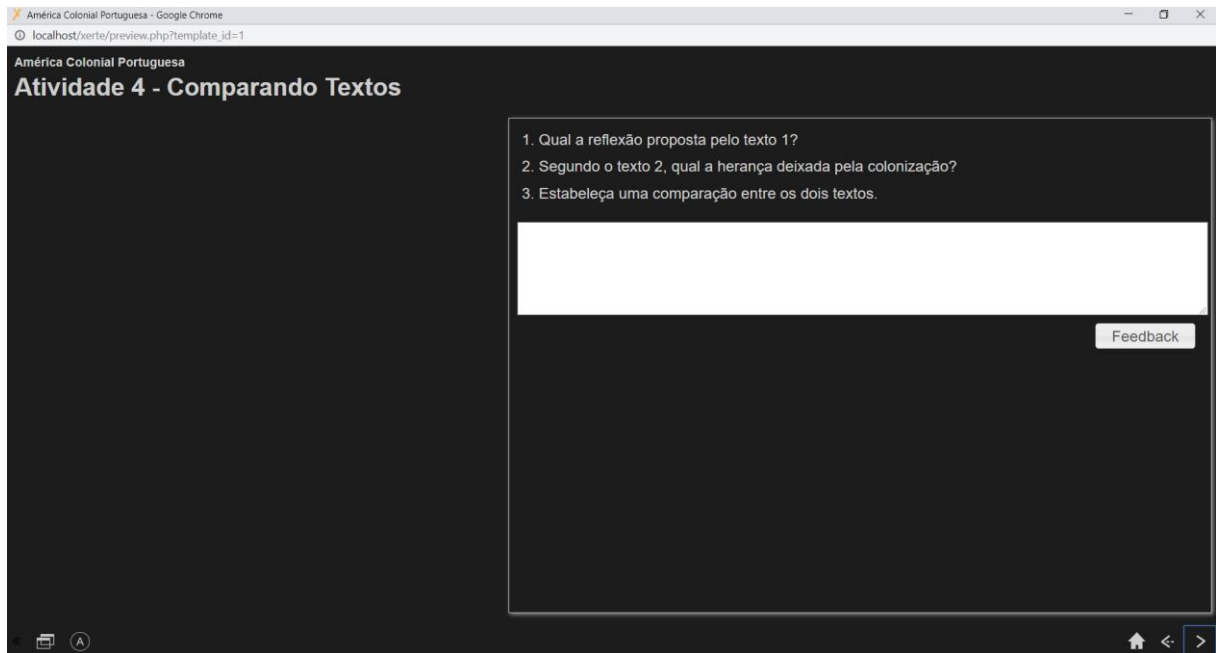


Imagem 11: Atividade 4 do Objeto de Aprendizagem.

A quinta atividade, chamada de “Leitura de Mundo”, aborda a questão da cordialidade. Os alunos são levados a refletir sobre a cordialidade presente na formação da identidade brasileira. No primeiro momento, os alunos deverão ler um trecho de *Raízes do Brasil*, onde a questão da cordialidade é abordada. No primeiro momento, é solicitado aos alunos que seja feita uma leitura minuciosa do texto. Depois de feita uma primeira sondagem com os alunos, um trecho de *Raízes do Brasil* apresentando a cordialidade será lido pelos alunos. Depois disso, deverão analisar algumas manchetes de jornais e perceber se a cordialidade está ou não presente nos dias de hoje. A primeira notícia mostra o brasileiro lidando com as eleições como um torcedor apaixonado lida com futebol. A segunda reportagem mostra o crescimento da intolerância e do discurso de ódio em relação às religiões afro no Brasil. A partir das duas leituras, o aluno deverá analisar como a ideia de cordialidade pode ser vista em cada um dos casos. O professor mediador pode utilizar da discussão para questionar as ideias fixas a respeito do brasileiros, que comumente se faz presente nos alunos do Ensino Médio e, num segundo momento, fazê-los pensar em outras situações capazes de exemplificar a cordialidade – e a falta dela – nos dias de hoje.

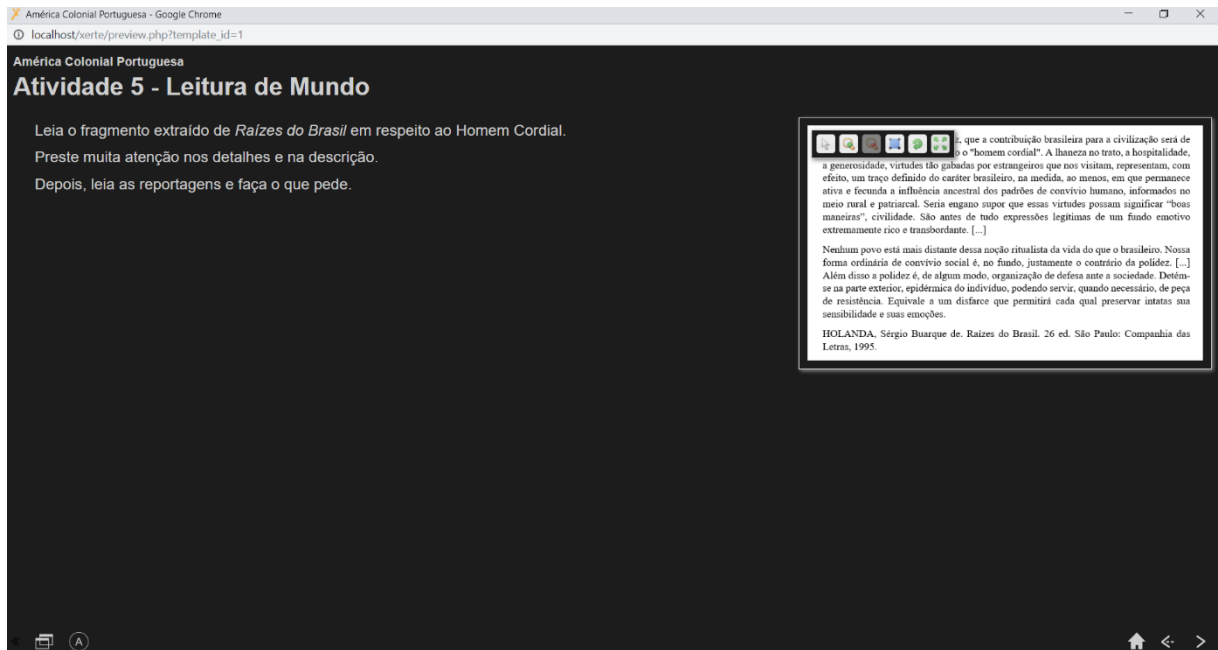


Imagem 12: Atividade 5 do Objeto de Aprendizagem.

Para conseguir acessar as duas reportagens, que estão *linkadas*, será necessário ter acesso à rede de internet. Caso contrário, ao clicar na Reportagem, o aluno não será direcionado para a página na qual ele terá acesso e não conseguirá ler, na íntegra, a matéria indicada.

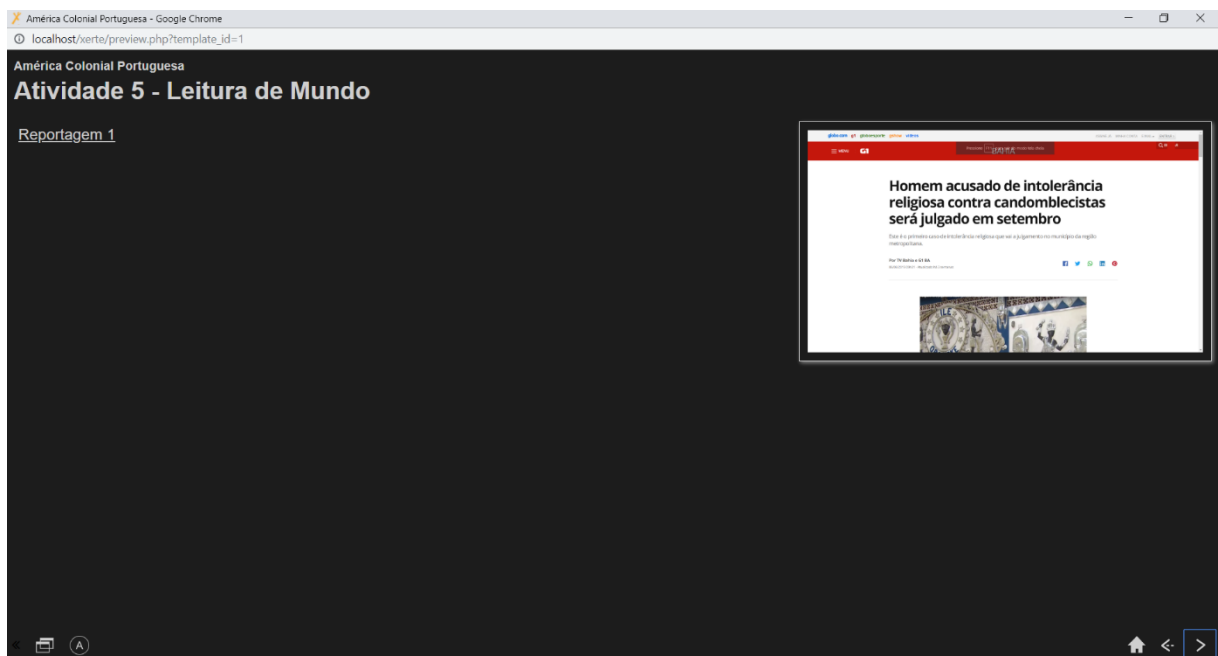


Imagem 13: Atividade 5 do Objeto de Aprendizagem.



Imagem 14: Atividade 5 do Objeto de Aprendizagem.

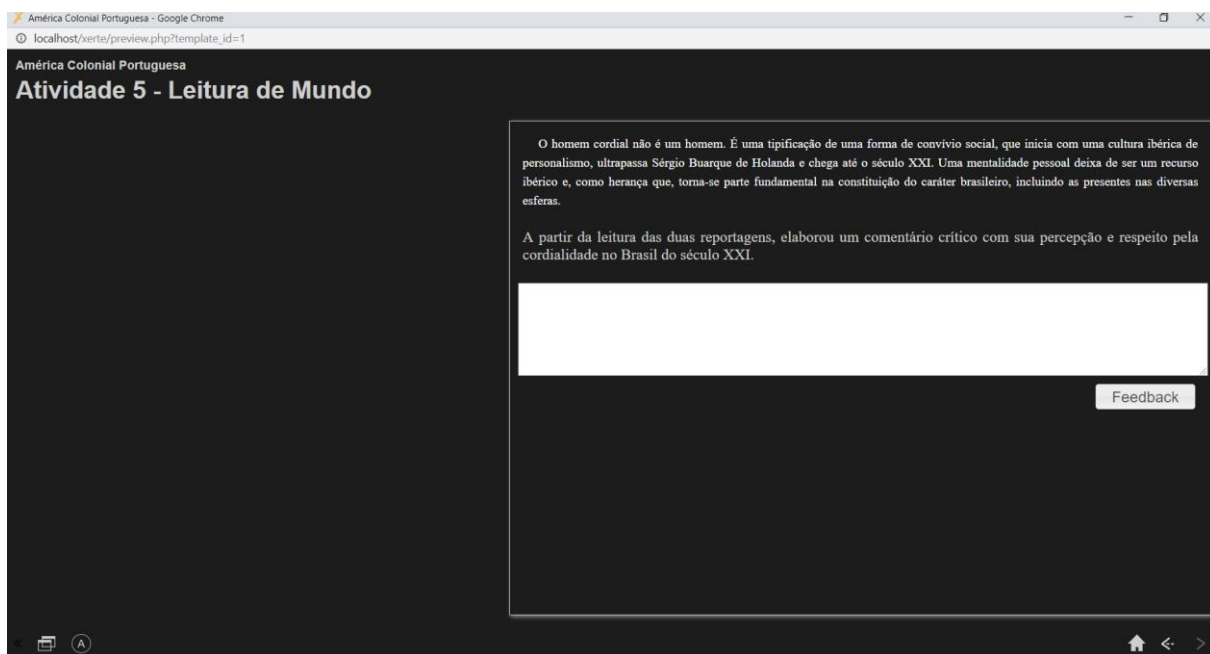


Imagem 15: Atividade 5 do Objeto de Aprendizagem.

## 6 CONCLUSÃO

Oitenta anos se passaram desde a primeira edição de *Raízes do Brasil* e a obra continua muito atual. A discussão feita à época, anos 1930, sobre a identidade brasileira, desconstruindo parâmetros adotados, questionando o determinismo biológico, o positivismo e o darwinismo social, colocaram tal obra na categoria de clássico da nossa historiografia.

A atualidade da obra, contudo, é que nos faz pensar como a nação descrita por Sérgio Buarque de Holanda, marcada pela cordialidade, pelo paraíso edênico e pela sensualidade convive hoje com toda violência, desigualdade social e discriminações de todos os tipos. A permanência da mentalidade construída sobre o Brasil – que é muito mais bonita do que a realidade – fazem da cordialidade e da debilidade moral e política verdadeiros obstáculos que dificultam o rompimento com o passado colonial e com sua herança ibérica escravista e colonialista. A intromissão da cordialidade na identidade brasileira é um entrave para que mudanças efetivas ocorram.

Nas críticas proferidas pelo professor Jessé Souza, Sérgio Buarque de Holanda seria o responsável pela perpetuação de uma ideia que nos apresenta o Estado brasileiro dotado de incompetência e carente de credibilidade, enquanto o mercado se mostra como centro da racionalidade e da virtude. Mergulhado no culturalismo, o homem cordial foi descrito como emotivo, particularista, personalista e merecedor de privilégios. Essas características, herdadas da colonização ibérica, tornaram-se um ranço a ser superado. Se, por um lado, é, sim, possível perceber várias das características construídas nas raízes do Brasil, nos dias de hoje e na identidade do povo brasileiro, por outro, há uma boa dose de exagero na responsabilidade atribuída ao clássico autor, pelo professor Jessé Souza. No contexto dos anos 1930, com toda política industrializante de Getúlio Vargas mudando o curso de uma economia secularmente agrária, era preciso buscar respostas compatíveis com as dificuldades de tal transição e Sérgio Buarque de Holanda buscou tais respostas nas *Raízes do Brasil*. A apropriação feita de sua obra, nas décadas seguintes, é uma outra discussão. O brasileiro não é cordial porque Sérgio Buarque de Holanda disse que assim seria, nem o descrédito atribuído ao Estado brasileiro é sua responsabilidade ou do “veneno do culturalismo”. Porém, a significativa influência exercida por Sérgio Buarque de Holanda na produção historiográfica e sociológica posterior aos seus estudos não pode ser ignorada.

A análise dos livros didáticos permitiu encontrar, nas narrativas sobre os primeiros séculos de colonização, a implantação de uma sociedade onde os privilégios eram abertamente distribuídos. Hoje, a ideia de privilégio é contrária à ideia de justiça e, portanto, nossa

sociedade, que supostamente superou a distribuição de privilégios do passado, precisa encarar que muitos desses privilégios permanecem, sob nova ótica e novas justificativas. Mas, eles estão aí. E se vestem da cordialidade do brasileiro para aí permanecerem.

Se a cordialidade foi apontada como uma herança ibérica, é pertinente o questionamento se ela veio transplantada ou se só foi possível graças à interação entre distintos grupos que conviveram na América Portuguesa durante a formação do Brasil. Acreditamos que a herança portuguesa é parte essencial, mas não única na formação da cordialidade, uma vez que tal afetividade só se tornou possível diante da mistura de formas distintas de adaptação e organização, considerando diferentes grupos culturais, valores morais e crenças religiosas.

Não vamos negar que muito do que foi encontrado no colonizador português, nossa famigerada herança ibérica, por mais que rejeitada, ainda se faz presente. [...] Nem o contato e a mistura com raças indígenas ou adventícias fizeram-nos diferentes dos nossos avós de além-mar, como, às vezes, gostaríamos de sê-lo (HOLANDA, 1995, p.40). Brasileiros, inegavelmente, identificamo-nos com relações íntimas e primárias e o oposto disso, na maioria das vezes, é visto como inadequado.

Na análise feita dos livros didáticos, percebemos forte influência buarqueana na maioria das coleções. A construção de tipos ideais é uma estratégia amplamente utilizada pelos autores e, antes de ser a descrição fiel dos tipos presentes nos primeiros séculos de ocupação, diz muito sobre como os autores do século XXI viram o Brasil Colonial. Muitas vezes, a descrição não acompanha fontes históricas, mas é compatível a ideias já difundidas no senso comum.

Convém destacar aqui as coleções *História em debate*, de autoria de Renato Mocellin e Rosiane de Camargo e *Olhares da História – Brasil e Mundo* de Cláudio Vicentino e Bruno Vicentino. Entre as treze coleções observadas, as duas aqui citadas parecem estabelecer um diálogo com a narrativa de Sérgio Buarque de Holanda sobre o primeiro século da ocupação portuguesa nas terras americanas, evidenciando os tipos ideais criados pelo autor na elaboração do material didático.

O objeto de aprendizagem desenvolvido é uma ferramenta útil na complementação do trabalho do professor. Por meio de atividades que utilizam como suporte diferentes fontes, os alunos podem ser levados a uma reflexão e a um olhar crítico sobre a sociedade (cordial, ou não) na qual eles se inserem. E perceber o processo de construção histórico e as estratégias, como os tipos ideais, das quais os autores se valem para tornar o ensino didático e facilitado.

Os livros didáticos já foram alvos de pesadas discussões, mas sua importância como ferramenta de ensino é indiscutível. E, depois de tantas críticas, podemos perceber uma preocupação com a adequação aos novos tempos e a introdução de estratégias inovadoras. É



notável que os livros didáticos aprovados pelo PNLD de 2018 utilizam uma diversidade de fontes na tentativa de tornar o ensino de História mais atrativo aos estudantes. A presença de recursos gráficos de qualidade e da utilização de mídias diversas também foi uma constatação. Encontramos, na quase totalidade das coleções, a opção por uma abordagem cronológica da História, tendo como referencial a História Europeia e mesclando a esta a História do Brasil e de outros lugares. A grande influência dos *Annales* nestas coleções merece nossa atenção; o que vemos, na maior parte das coleções, é que elas não constroem uma narrativa de elogios aos “grandes homens”, nem se baseiam na narrativa de “grandes eventos”, pois os recursos utilizados, as mídias e o trabalho com fontes procuram incorporar novos temas, novos sujeitos e novos objetos de análise. Trata-se de um processo de renovação para a adaptação dos livros didáticos aos novos tempos. Porém, apesar de a análise política ter perdido seu monopólio, é preciso lembrar que a política é essencial para a compreensão de qualquer sociedade. E não deve, como observado em alguns casos, desaparecer da narrativa histórica.

Finalizamos com a certeza de que os tipos ideais de Sérgio Buarque de Holanda ainda se fazem presentes nos livros didáticos, o que nos mostra a importância de sua obra, cujo legado norteia muitos historiadores; com a compreensão histórica do homem cordial; e com a constatação da cordialidade no cotidiano, no qual as ações movidas pelas emoções e pelo *core* demonstram frequentemente violência (nem sempre simbólica), autoritarismo e intolerância. Com ou sem o consentimento dos intelectuais, suas ideias são apropriadas e contribuem para a construção da identidade do povo e, mesmo que de forma inconsciente, o senso comum perpetua tipos que *parecem* sempre ter existido. As escolas, os professores e muitos materiais didáticos dão sequência a tal reprodução. Mais de oitenta anos se passaram e as discussões sobre os tipos de Sérgio Buarque de Holanda se fazem necessárias, pois existe uma urgência em repensar tais tipos e seus lugares na sociedade e no Estado brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Cecília de. **Conexões com a história**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- ASSIS, Gabriella Lima de. Um intérprete modernista do Brasil: análise do método de Visão do Paraíso. In: **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia**. v. 3, n. 4, jul. 2012.
- AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História: passado e presente**. São Paulo: Ática, 2016.
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História, sociedade & cidadania**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2016.
- BEZERRA, Holien Gonçalves. O processo de avaliação de livros didáticos – história. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 20., 1999, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPUH, 1999.
- BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio) – Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2018.
- CAMPOS, Flávio de; PIMENTEL, Júlio; CLARO, Regina. **Oficina de História**. 2. ed. São Paulo: Leya, 2016.
- CORDEIRO, Eros Belin de Moura Cordeiro. **A modernização brasileira segundo a visão de Jessé Souza**. 2009. Disponível em: <http://www.abdconst.com.br/revista/ARTIGO%203.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2018.
- COTRIM, Gilberto. **História global**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- DAMATTA, Roberto. **Conta de mentiroso**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna. **Revista Lua Nova**, 1996. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451996000100012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451996000100012). Acesso em: 25 fev. 2018.
- GILENO, Carlos Henrique. **Americanismo e iberismo: a questão do atraso na América Latina**. 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/125299>. Acesso em: 25 fev. 2018.
- GIUCCI, Guillermo. **Viajantes do maravilhoso: o Novo Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GRANGEIRO, Cândido Domingues. **Cenas da história**. São Paulo: Palavras Projetos Editoriais, 2016. v. 2.
- HANSEN, João Adolfo. **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- HERNANDES, Paulo Romualdo. **Educação: desafios no mundo tecnológico**. Alfenas: Unifal, 2009.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octávio. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 49, 2002.
- KONDER, Leandro A **Construção da proposta pedagógica do SESC Rio**. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2000.
- MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio. **Caminhos do homem**. 2. ed. Curitiba: Base Editorial, 2013.
- MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Rosiane de. **História em debate**. 4. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.
- MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas: Editora da UNICAMP.
- NICODEMO, Thiago Lima. Sérgio Buarque de Holanda. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (Org.). **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PELLEGRINI, Marco César; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila. **#Contato história**. São Paulo: Quinteto Editorial, 2016.
- PEREIRA FILHO, Gerson. A identidade do Brasil e do Brasileiro. **Gestão e Conhecimento**, v. 2, n. 2, mar./jun. 2006. Disponível em: <https://www.pucpcaldas.br/graduacao/administracao/revista/artigos/v2n2/v2n2a1.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.
- PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrihadores e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 1: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- SANTIAGO, E. G. Península Ibérica como Espaço Diferenciado no Território Europeu: as repercussões na colonização brasileira segundo o pensamento de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. In: CONGRESSO INTERNACIONAL “ A Europa das Nacionalidades - Mitos de origem: Discursos Modernos e Pós-modernos ”, 2011, Aveiro. **Atas...** Aveiro: Universidade de Aveiro, 2011.
- SANTIAGO, Pedro; CERQUEIRA, Célia; PONTES, Maria Aparecida. **Por dentro da História**. 4. ed. São Paulo: Escala Educacional 2016.
- SARAMAGO, José. **A Jangada de Pedra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SILVA, Mozart Linhares da. Aquém e além da modernidade: aproximações e distanciamentos entre Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. **Agora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, 2005.
- SIQUEIRA, Lucília. O nascimento da América portuguesa no contexto imperial lusitano. Considerações teóricas a partir das diferenças entre a historiografia recente e o ensino de História. **História**. v.28, n.1, p. 99-125, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/04.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2018.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: Leya, 2015.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SOUZA, Ruth Catarina Cerqueira Ribeiro de. A complexidade, a escola e o aprender-ensinar. In: MONTEIRO, Filomena M. de A. **Educação como espaço da cultura**. 2006. Disponível em: [https://estagiodepedagogia.fe.ufg.br/up/235/o/A\\_complexidade\\_a\\_escola\\_e\\_o\\_aprender-ensinar.pdf](https://estagiodepedagogia.fe.ufg.br/up/235/o/A_complexidade_a_escola_e_o_aprender-ensinar.pdf). Acesso em: 24 fev. 2018.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VAINFAS, Ronaldo et al. **História 1: Ensino Médio**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2016. v.1.

VAINFAS, Ronaldo. Sérgio Buarque de Holanda. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org). **Introdução ao Brasil. Um Banquete no Trópico II**. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. **Leituras Brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

VIANNA, Luiz Werneck. **Weber e a interpretação do Brasil**. 1997. Disponível em: [http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/87/20080627\\_weber\\_e\\_a\\_interpretacao.pdf](http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/87/20080627_weber_e_a_interpretacao.pdf). Acesso em: 22 maio 2017.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. **Olhares da História: Brasil e Mundo**. São Paulo: Editora Scipione, 2016.

WAGNER, Robert. Os EUA e a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: SOUZA, Jessé (Org.). **O malandro e o protestante**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

ZIEBELL, Zinka. **Terra de canibais**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.